

# ACOLHER

CENTRO DE PRODUÇÃO E APOIO AOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS



CAMILA CARDOSO NASCIMENTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG) UNIDADE ACADÊMICA  
ESPECIAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (UAECSA)

CAMILA CARDOSO NASCIMENTO

**Acolher: Centro de Produção e Apoio aos  
Pequenos Produtores Rurais**

Cidade de Goiás – Goiás  
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

### 1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): Camila Cardoso Nascimento

Título do trabalho: Acolher: Centro de Produção e Apoio aos Pequenos Produtores Rurais

### 2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO<sup>1</sup>

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

#### Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

**Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Teixeira Ramos, Professor do Magistério Superior**, em 10/12/2025, às 11:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Camila Cardoso Nascimento, Discente**, em 12/12/2025, às 15:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5828611** e o código CRC **25227397**.

---

Referência: Processo nº 23070.062211/2025-74

SEI nº 5828611

CAMILA CARDOSO NASCIMENTO

**Acolher: Centro de Produção e Apoio aos  
Pequenos Produtores Rurais**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Arquitetura e Urbanismo, da Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas (UAECSA), da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador(a): Gabriel Teixeira Ramos

Cidade de Goiás – Goiás

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Nascimento, Camila Cardoso

Acolher: Centro de Produção e Apoio aos Pequenos Produtores Rurais [manuscrito] / Camila Cardoso Nascimento. - 2025.  
CXLII, 142 f.

Orientador: Prof. Dr. Gabriel Teixeira Ramos.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas, Arquitetura e Urbanismo, Cidade de Goiás, 2025.

Inclui siglas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Agricultura familiar. 2. Pequeno produtor rural. 3. Valorização da cultura local. 4. Comercialização. 5. Itaberaí - GO. I. Ramos, Gabriel Teixeira, orient. II. Título.

CDU 72



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

### ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC II) intitulado “Acolher: Centro de Produção e Apoio aos Pequenos Produtores Rurais”, de autoria de Camila Cardoso Nascimento, do curso de Arquitetura e Urbanismo, da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais Aplicadas do Câmpus Goiás da UFG. Os trabalhos foram instalados pelo Dr. Gabriel Teixeira Ramos – orientador (UAECSA/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: João Paulo Oliveira Huguenin (UAECSA/UFG) e Júlia França de Melo (FAV/UFG). Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição da estudante. A banca considerou a relevância do trabalho, com estrutura clara e um bom anteprojeto arquitetônico, destacando a importância do contexto de apresentação e inserção do projeto. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de 10, tendo sido o TCC II considerado aprovado.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Joao Paulo Oliveira Huguenin, Professor do Magistério Superior**, em 10/12/2025, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Teixeira Ramos, Professor do Magistério Superior**, em 10/12/2025, às 11:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5828609** e o código CRC **A10B3F88**.

# Agradecimentos

Primeiramente, agradeço a Deus por me sustentar durante o processo e me dar força nos dias difíceis, me permitindo chegar até aqui. Sem Ele, nada disso seria possível.

À minha família, minha raiz e meu abrigo, agradeço pelo amor que me manteve firme, pelos braços que me acolheram, pelas palavras de carinho e pelo incentivo diário. Aos meus amigos, que foram fundamentais durante essa caminhada. Foi cuidado, foi zelo, foi cumplicidade.

Aos professores que cruzaram minha trajetória acadêmica, meu sincero agradecimento por todo o conhecimento compartilhado que ajudaram a moldar meu olhar crítico e sensível sobre a arquitetura e a cidade, que vai além das formas - é gesto, é cuidado, é pertencimento.

E ao meu orientador, Gabriel Teixeira Ramos, agradeço pela escuta generosa, pela paciência e pelas palavras que me fizeram seguir em segurança. Sua orientação fez toda diferença na construção deste trabalho e no meu crescimento pessoal e profissional.

A cada pessoa que, de alguma forma, me ajudou nesse processo. Este TCC carrega memórias, afeto e muita gratidão.

# Resumo

Este trabalho propõe o anteprojeto de um Centro de Produção e Apoio aos Pequenos Produtores Rurais em Itaberaí-GO. O objetivo é fomentar a troca de conhecimentos, melhorar as condições de comercialização dos produtos locais e fortalecer práticas de agricultura sustentável, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico da região. A escolha do tema se justifica pela importância da agricultura familiar como base econômica, social e cultural, sobretudo em cidades de pequeno e médio porte. A proposta parte de um resgate histórico dos modelos produtivos, destacando a necessidade de equipamentos que conectem o urbano e o rural. Dessa forma, o centro de apoio surge como instrumento estratégico para impulsionar a produção, garantir direitos, incentivar a permanência do agricultor no campo de forma digna e sustentável, além de preservar e valorizar a cultura local. O projeto arquitetônico visa consolidar este espaço voltado à capacitação, comercialização e valorização da cultura local, de forma harmônica e integrada com a paisagem e identidade da região.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar; Pequeno produtor rural; Valorização da cultura local; Comercialização; Itaberaí - GO.

# Abstract

This work proposes the development of a preliminary design for a Production and Support Center for Small Rural Producers in Itaberaí-GO. The objective is to foster the exchange of knowledge, improve the marketing conditions of local products, and strengthen sustainable agricultural practices, contributing to the social and economic development of the region. The choice of the theme is justified by the importance of family farming as an economic, social, and cultural base, especially in small and medium-sized cities. The proposal starts from a historical review of production models, highlighting the need for facilities that connect the urban and rural areas. In this way, the support center emerges as a strategic instrument to boost production, guarantee rights, encourage farmers to remain in the countryside in a dignified and sustainable manner, and preserve and value local culture. The result serves as a basis for the development of the architectural project, consolidating a space focused on training, marketing, and valuing local culture, in a harmonious and integrated way with the landscape and identity of the region.

**Keywords:** Family farming; Small rural producer; Appreciation of local culture; Marketing; Itaberaí - GO.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Horta comunitária	23
Figura 2: Reportagem Brasil de Fato	26
Figura 3: Mapa do Brasil, estado de Goiás e Itaberaí	35
Figura 4: Capela de Nossa Senhora da Abadia, 1784, Itaberaí - GO	38
Figura 5: Mapa de manchas de crescimento urbano	39
Figura 6: Mapa de cheios e vazios	39
Figura 7: Mapa de hierarquia viária	40
Figura 8: Mapa de uso e ocupação do solo	41
Figura 9: Mapa de espaços livres	42
Figura 10: Localização de áreas para potenciais intervenções	45
Figura 11: Mapa da área de estudo	48
Figura 12: Área de estudo	49
Figura 13: Área de estudo	50
Figura 14: Localização Rússia, Tula e Zaoksky	54
Figura 15: Mercado de Agricultores de Tula	55
Figura 16: Mercado de Agricultores de Tula	56
Figura 17: Planta baixa do Mercado de Agricultores de Tula	56
Figura 18: Diagrama - Mercado de Agricultores de Tula	57
Figura 19: Mercado de Agricultores de Tula – Vista do jardim	57
Figura 20: Mercado de Agricultores de Tula – Vista da estrada	57
Figura 21: Localização México, Quintana Roo e Nicolás Bravo	59
Figura 22: Localização do Mercado Nicolás Bravo	59
Figura 23: Cobertura - Mercado Nicolás Bravo	60
Figura 24: Planta geral - Mercado Nicolás Bravo	61
Figura 25: Implantação do Mercado Nicolás Bravo	61

Figura 26: Módulo telhado - Mercado Nicolás Bravo	62
Figura 27: Pátios internos verdes - Mercado Nicolás Bravo	62
Figura 28: Cortes e elevações - Mercado Nicolás Bravo	63
Figura 29: Mercado Nicolás Bravo	64
Figura 30: Localização Brasil, Goiás e Goiânia	66
Figura 31: Localização CEASA-GO em Goiânia	66
Figura 32: Mercado Municipal da Vila Operária	67
Figura 33: CEASA-GO: Vista geral dos pavilhões em construção	67
Figura 34: CEASA-GO: Vista da execução das abóbodas autoportantes	68
Figura 35: Mapa interno CEASA-GO	69
Figura 36: Colagem 1	72
Figura 37: Colagem 2	73
Figura 38: Colagem 3	74
Figura 39: Colagem 4	75
Figura 40: Mapa de zoneamento de Itaberaí - GO	78
Figura 41: Área de estudo com curvas de nível	80
Figura 42: Mapa de Hierarquia Viária	81
Figura 43: Mapa de meios físicos	82
Figura 44: Organograma	83
Figura 45: Entorno da área de intervenção	84
Figura 46: Intervenções propostas	85
Figura 47: Vista Composteira	120
Figura 48: Vista Composteira	124
Figura 49: Fachada - Bloco Capacitação	125
Figura 50: Fachada - Armazém	125
Figura 51: Sala Oficina	126
Figura 52: Sala Capacitação	127
Figura 53: Pátio interno	128

Figura 54: Área de cultivo	129
Figura 55: Estufas agrícolas	130
Figura 56: Área de cultivo	131
Figura 57: Parquinho	132
Figura 58: Parquinho	132
Figura 59: Implantação geral	134

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Cronograma TCC 1 e 2	30
Tabela 2: Análise de áreas para potenciais intervenções	45
Tabela 3: Tabela de estudos morfológico e funcional	58
Tabela 4: Tabela de estudos morfológico e funcional	64
Tabela 5: Tabela de estudos morfológico e funcional	69
Tabela 6: Programa de necessidades preliminar	75

## LISTA DE SIGLAS

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

ITCO – Instituto de Terras, Cartografia e Geociências do Estado de Goiás

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

# Sumário

## 1. INTRODUÇÃO

1.1. Problema	16
1.1.2 Contextualização	17
1.1.3. Cidades resilientes e o microplanejamento urbano	23
1.1.4. Disputas pela terra e outras questões agrárias no contexto goiano	28
1.1.5. Conflitos fundiários e políticas públicas: o cenário da agricultura familiar no estado de Goiás	29

## 1.2. OJETIVO

1.2.1. Objetivo geral	
2.1.2. Objetivo específico	33
1.3. Justificativa	35
1.4. Metodologia	36
1.4.1. Cronograma	36
	37

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1.1. Relação entre rural e urbano	38
2.1.2. Inserções das questões ambientais	39
2.1.3. Modos de intervenção na cidade	41
	42

## 3. APROXIMAÇÕES E ANÁLISES DO LUGAR

3.1. Introdução histórica, geográfica e de sítio	43
	44

# Sumário

<b>3.1.2. EVOLUÇÃO URBANA</b>	<b>45</b>
3.1.3. <i>Contexto atual: uso do solo, cheios e vazios</i>	<b>47</b>
3.1.4. <i>Aspectos legais</i>	<b>52</b>
3.1.5. <i>Áreas para potenciais intervenções</i>	<b>53</b>
3.1.6. <i>Análise do lugar: sensorial e da paisagem (área de estudo)</i>	<b>57</b>
<b>4. FUNDAMENTAÇÃO PROJETUAL</b>	<b>61</b>
4.1.1. <i>Mercado de Agricultores de Tula / 8 Lines</i>	<b>64</b>
4.1.2. <i>Mercado Nicolás Bravo / AIDA STUDIO</i>	<b>69</b>
4.1.3. <i>Central de Abastecimento de Goiás / Eládio Dieste</i>	<b>74</b>
<b>5. PROJETO</b>	
5.1.1. <i>Conceitos e Diretrizes Projetuais</i>	<b>80</b>
5.1.2. <i>Programa de necessidades</i>	<b>81</b>
5.1.3. <i>Primeiras aproximações</i>	<b>84</b>
5.1.4. <i>Diretrizes legais e ambientais para ocupação da área</i>	<b>89</b>
5.1.5. <i>Plano de massas</i>	<b>92</b>
5.1.6. <i>Modificações do entorno</i>	<b>94</b>
5.1.7. <i>Pensando o projeto</i>	<b>95</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>125</b>
<b>7. REFERÊNCIAS</b>	<b>137</b>

01



# Introdução

A agricultura familiar desempenha um papel fundamental no desenvolvimento socioeconômico de diversas regiões do Brasil, sendo responsável por grande parte dos alimentos consumidos no país (Schneider, 2003). Além de sua importância econômica, a agricultura familiar carrega valores culturais, práticas sustentáveis e diversidade social, refletindo no modo de vida da comunidade local. Entendendo a figura do pequeno produtor como enfoque geral, “são considerados agricultores familiares os pequenos produtores rurais, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores” (Embrapa, s/p, 2024).

O agricultor familiar e empreendedor familiar rural se caracteriza como aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: i) não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; ii) utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; iii) tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; iv) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (Lei da Agricultura Familiar, nº 11.326/2006).

Entretanto, essa forma de produção enfrenta desafios significativos em relação ao avanço das transformações no campo, o que acaba exigindo estratégias de apoio e fortalecimento para permanecer e garantir a valorização do rural (Reis; Ribeiro, 2014). Num contexto de escassez de recursos naturais e reestruturação da aproximação do urbano e o rural, busca-se fomentar a criação e a aproximação a equipamentos culturais e de mercado, que conectem pessoas às práticas rurais. Dessa forma, a fim de valorizar a produção local e o saber tradicional, é necessário compreender os modelos produtivos que moldaram a agricultura moderna através de uma análise histórica, e entender de que forma tal agricultura tem se desenvolvido atualmente.

Os centros de produção e apoio rural ao pequeno produtor são exemplos de valorização deste público em específico, pois investem no desenvolvimento profissional dos envolvidos, por meio de pesquisas, investimento em inovações tecnológicas, reforço da cultura local, orientações sobre isenções e crédito rural, programas de apoio, entre outros.

---

Considerando o município de Itaberaí (GO), o parâmetro de 4 (quatro) módulos fiscais corresponde a aproximadamente 20 hectares, configurando, assim, o limite máximo de área para o enquadramento de propriedades na categoria de agricultura familiar. Essa delimitação é de fundamental importância, uma vez que norteia a implementação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da produção local, bem como o acesso a programas de crédito, assistência técnica e comercialização diferenciada para os pequenos produtores.

As unidades também possibilitam um retorno econômico local, já que contribuem para o aumento da renda do produtor, geração de empregos e desenvolvimento sustentável, trazendo, assim, benefícios também para o município e/ou estado (Agência Sebrae, s/p. 2024).

Diante da devolutiva altamente positiva e das inúmeras vantagens que a instalação que um centro de apoio possibilita, este trabalho tem por objetivo propor diretrizes para a criação de uma unidade, a fim de fomentar e fortalecer a agricultura e, simultaneamente, incentivar o desenvolvimento social e econômico de uma região.

Primeiramente, é necessário fazer um resgate histórico de como ações e eventos passados influenciaram diretamente nas atividades exercidas pelo setor atualmente. Também é de fundamental importância identificar aspectos da Constituição Brasileira sobre o tema, e de que forma tais atribuições devem ser colocadas em prática, garantido que os direitos e deveres dos pequenos produtores sejam mantidos. Um estudo baseado em saberes históricos, sociais, sustentáveis e democráticos que reforça a importância do desenvolvimento de centros de produção e apoio ao pequeno produtor rural.



# 1.1.2

## Problema



## 1.1.2. Contextualização

Este trabalho está inserido no contexto das relações rurais e urbanas, entendendo-as a partir de diferentes momentos da história ocidental. Para tal, destacam-se alguns pontos sobre o contexto de urbanização mundial e brasileira, especialmente no que diz respeito à necessidade de expansão das cidades, conseqüentemente, de maior consumo de combustíveis fósseis e uma economia vinculada à indústria. Para fazer este resgate histórico, é importante ressaltar o contexto de produção de cidades desde o pós-Segunda Guerra (a partir de 1950), quando se deu uma maior aceleração na utilização de uma economia predatória e extrativista.

Neste período, cabe mostrar que desde fins da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), três grandes crises do petróleo afetaram a economia de diversos países, sendo resultantes de embargos na exportação de combustíveis fósseis oriundos do Oriente Médio, um dos principais exportadores do produto. Apesar do Brasil ser um grande produtor de petróleo, o país importa a matéria-prima do exterior para adquirir o petróleo refinado (Dias, 2021), evidenciando a condição de dependência deste e o deslocamento das relações contextuais, como biocombustíveis, agricultura local e aproximação às práticas do campo.

Em meio à Ditadura Militar (1964-1985), no governo de Ernesto Geisel (1974-1979), as transformações no cenário internacional diante de uma crise em escala mundial e as possibilidades de atuação do Brasil foram ampliadas, permitindo o fortalecimento e a diversificação de relações com outros países, com o intuito de garantir o abastecimento de petróleo e atrair novos mercados consumidores para os produtos brasileiros (Idem).

Embora tenha sido um momento difícil, devido ao autoritarismo que acontecia durante a Ditadura Militar (1964-1985), a inserção internacional do Brasil foi importante para o país em relação ao fortalecimento econômico, devido à diversificação das relações exteriores, a fim de atrair investimentos estratégicos e reduzir a dependência econômica de grandes potências, o que acabou resultando no acesso à tecnologia e ao ingresso de recursos energéticos e financeiros, incluindo, ainda, o apoio dos novos parceiros comerciais e políticos (Ibidem). Apesar dos inúmeros benefícios, vale ressaltar que foi nesse cenário que surgiu a necessidade de se pensar em alternativas menos prejudiciais ao meio ambiente.

Em que pese o uso do petróleo impulsionar o crescimento econômico e industrial, esta fonte de energia trouxe diversos impactos ambientais, como a emissão de gases poluentes e o agravamento das mudanças climáticas. Para mitigar os efeitos negativos causados pelo petróleo, o desenvolvimento sustentável surge como uma alternativa viável e necessária, a fim de promover práticas garantindo a preservação de recursos naturais, sem comprometer o crescimento econômico (CBIE, 2023).

Após o golpe militar de 1964, com o início da abertura democrática, foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), por meio do Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970. Com o intuito de promover o ordenamento fundiário nacional, o órgão passou a ganhar destaque nesse novo contexto político (Schneider, 2003). Com o objetivo de corrigir desigualdades fundiárias, promover a produção agrícola familiar e a justiça social, a reforma agrária é um conjunto de políticas públicas voltadas para a redistribuição de terras improdutivas. Como destacou Schneider (Idem, p. 22),

Contudo, embora a questão agrária brasileira ainda não tenha sido superada, é preciso ter claro que, nos dias atuais, a dicotomia campo-cidade não se resume à diferença de classes e tampouco a meros problemas de política econômica. Atualmente, não se fala apenas da agricultura e da produção agrícola, mas do rural ***lato sensu***.

Vale ressaltar, que nessa época, entre 1970 e 1980, houve uma alta no processo de “desruralização”, sofrendo, assim, um declínio populacional e absoluto devido aos movimentos migratórios (Camargo; Abramovay, 1999). Isso se deu, principalmente, pelos ajustes fiscais e econômicos que refletiram no meio rural, agravando as condições da vida no campo, principalmente dos pequenos produtores rurais, além do fator de atração para novos postos de trabalho que as cidades detinham, com seu crescimento cada vez maior. Dessa forma, sem acesso aos recursos necessários para permanecer no campo, muitos agricultores migraram para os centros urbanos em busca de melhores condições e oportunidades, contribuindo, assim, para o crescimento desordenado das cidades.

No Brasil, a partir de meados da década de 1980, com a inviabilização dos subsídios ao crédito, tornam-se gradativamente mais visíveis as consequências menos gloriosas do padrão de agricultura introduzido com a Revolução Verde (Altieri, 2004, p. 7).



Nota-se, então, que a desigualdade no acesso à terra e os conflitos fundiários ainda persistem no Brasil, visto que o espaço rural não se resume apenas à produção agrícola, mas à cultura, aos saberes tradicionais, à qualidade de vida, às relações sociais e principalmente, ao meio ambiente. “Ao mesmo tempo em que na busca de novos mercados e matérias-primas o capitalismo se expande provocando uma homogeneização, ele também acentua as diferenças” (Coelho; Cunha, 2020, p. 541). Nesse contexto, a globalização exerce um papel fundamental no que diz respeito às dinâmicas culturais, sociais e econômicas no espaço rural, mesmo que até atualmente ainda tenha um desigual acesso. Dessa forma, é possível perceber que a globalização, ao mesmo tempo que conecta territórios e amplia fluxos de informação e capital, também intensifica desigualdades históricas, sobretudo no campo. De acordo com Milton Santos, geógrafo, escritor e professor, a globalização dominante impõe uma lógica perversa, concentrando riquezas e poderes nas mãos de poucos, enquanto marginaliza populações e saberes locais. Segundo Tavares, que introduz a obra “Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal” de Milton Santos, “a visão de uma nova horizontalidade na luta dos oprimidos contra a verticalidade dos opressores é comovedora e estimulante, já que conduz a uma nova utopia” (Tavares, 2000, p. 3).

No espaço rural brasileiro, essa lógica se materializa na valorização de grandes empreendimentos agroindustriais em detrimento da agricultura familiar e das comunidades tradicionais, comprometendo modos de vida sustentáveis e relações sociais enraizadas no território. Dessa forma, a inserção subordinada do campo às dinâmicas globais reforça conflitos fundiários e ambientais, ao mesmo tempo em que ameaça a diversidade cultural e ecológica dessas regiões (Santos, 2000). Ao reconhecer o campo como espaço múltiplo, torna-se possível construir políticas que atendam às necessidades da população rural sem comprometer os recursos de futuras gerações.

Em 1987, Gro Brundtland, médica, política, diplomata e ex-diretora-geral da Organização Mundial da Saúde, apresentou o relatório da comissão que presidiu, o chamado “Relatório de Brundtland”, intitulado Nosso Futuro Comum. Publicado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, tinha como objetivo apresentar o conceito de desenvolvimento sustentável, no qual responde às “necessidades do presente sem comprometer a capacidade de respostas das necessidades de gerações futuras” (Nobre, 1999).

O relatório, buscava destacar os principais problemas ambientais e sociais, de forma a chamar atenção global, colocando as questões ambientais como centro das decisões políticas e econômicas, incentivando os países parceiros a pensarem em alternativas a longo prazo. Outras conferências foram criadas a partir do relatório de Brundtland, como a ECO-92 e a Agenda 21 (Idem).

No contexto do Brasil, vale ressaltar que a Constituição Federal vigente, promulgada em 1988, deu especial atenção à política de desenvolvimento urbano executada pelo Poder Público, conforme diretrizes gerais fixadas em lei. Dentre os principais objetivos elencados no artigo 182 da atual Carta Magna (CF/88) estão ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes (Brasil, 1988, art. 182).

Ademais, vale ressaltar ainda, que a Constituição Federal faz menção também, em seu artigo 225, sobre o direito que todos têm ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (Idem, art. 225).

Nos incisos subsequentes, destacam-se as incumbências do Poder Público para assegurar a efetividade desse direito, dentre elas estão: preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; bem como, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente (Ibidem).

Trata-se, portanto, de um período em que a consciência ambiental ganhou espaço e aos poucos a comunidade internacional percebeu que era imprescindível analisar as consequências da degradação ambiental, envolvendo igualmente uma esfera sociopolítica (Ribeiro, 2023). Vários países latino-americanos aderiram ao ideário produtivo intitulado Revolução Verde, cujo principal objetivo é ampliar a produção das atividades agrícolas, baseado principalmente no uso intensivo de insumos químicos, no cultivo de variedades geneticamente melhoradas e na ampliação de mecanização das lavouras. No Brasil, a partir de 1980, as consequências negativas do modelo de agricultura promovido pela Revolução Verde começaram a se tornar mais evidentes e as questões sustentáveis da agricultura ecológica tomaram espaço. De acordo com Jalcione Almeida, que escreve o prefácio do livro Agroecologia (Altieri, 2004):

O objetivo maior da agricultura sustentável - que sustenta o enfoque agroecológico - é a manutenção da produtividade agrícola com o mínimo possível de impactos ambientais e com retorno econômico- financeiros adequados à meta de redução da pobreza, assim atendendo às necessidades sociais das populações rurais (Almeida, 2004, p. 12)

Nesse contexto, em 1992, no Rio de Janeiro, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida também como ECO-92, em que 178 países se reuniram com o intuito de discutir e tomar decisões sobre medidas relacionadas ao desenvolvimento sustentável no Brasil, trazendo assim o socioambientalismo para a agenda internacional (Ribeiro, 2023). A conferência realizada pela ONU resultou na discussão das mudanças climáticas, na conservação da natureza e na criação e definição da Agenda 21, com o compromisso de definir uma série de ações com o intuito de enfrentar os problemas ambientais até o final do século (Idem).

Destaca-se ainda a necessidade da criação do Protocolo de Kyoto, assinado em 1997, acordo internacional criado durante a 3ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que estabeleceu metas a fim de reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

Cada nação toma decisões econômicas e faz planos para o desenvolvimento futuro com base na premissa de que os dados climáticos do passado é um guia seguro para o futuro. Essa não é mais uma boa premissa, pois, a concentração crescente de Gases de Efeito Estufa (GEE1) na atmosfera nos leva a esperar um aquecimento significativo do clima global. O passado não é mais um guia para o futuro. (Silveira; Costa, 2008, p. 30)

Outrossim, em dezembro de 2015, aconteceu o Acordo de Paris, adotado por 196 Partes na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP21)<sup>1</sup>. Esse acordo tem como objetivo limitar o aquecimento global e a emissão de gases de efeito estufa, e sua implementação requer transformações tanto econômicas, quanto sociais. O intuito é que, até 2030, os países parceiros consigam neutralizar as emissões de gases do efeito estufa (UNFCCC, 2024).



---

Iniciadas em 1995 e promovidas pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), as Conferências das Partes (COPs) são encontros anuais promovidos com o objetivo de negociar ações globais para mitigar as mudanças climáticas. ACOP30 aconteceu entre os dias 10 a 21 de novembro de 2025, em Belém, no estado do Pará. O Brasil, como anfitrião, propõe a criação de um novo conselho global de governança climática a fim de acelerar a implementação dos compromissos climáticos e garantir maior efetividade nas ações. A escolha de Belém como sede visa destacar a importância da Amazônia na agenda climática global.

Importante ressaltar que mesmo com o compromisso de combater os problemas ambientais, muitas cidades ainda enfrentam desafios relacionados à poluição, crescimento desordenado e mobilidade urbana insustentável, que atingem de certa forma, a qualidade de vida dos cidadãos. No artigo, "Direito à cidade contra o desenvolvimento" (Coelho; Cunha, 2020), aborda-se a questão do desenvolvimento urbano, promovido como algo "positivo", porém, que apresenta seu outro lado marginalizado, sendo ele "subdesenvolvido", representado pela favela e seus moradores, reforçando assim, a desigualdade existente, em relação aos cidadãos e seus direitos.

Os territórios dos povos indígenas e comunidades tradicionais, quilombolas, ribeirinhos, e tantos outros não brancos e representativos da diversidade socioterritorial brasileira são o alvo principal. Esses territórios não são necessariamente rurais ou urbanos, eles muitas vezes ocupam um espaço de intersecção - até porque meio rural e meio urbano são completamente interdependentes entre si. Entretanto, os conflitos socioambientais costumam ser tratados como um problema do campo, da ruralidade. Isto faz com que os povos e comunidades tradicionais e originários sejam invisibilizados no contexto das cidades, especialmente através da negativa de seus direitos territoriais em contexto urbano (Idem, p. 544).

Dado esse quadro da situação ambiental e econômica global e brasileira, é importante considerar que as cidades precisam se envolver ativamente na busca por soluções sustentáveis, a reconexão com o rural e o meio ambiente, além de garantir a valorização das práticas de agricultura familiar. Nota-se então, a urgência para a implantação de ideias mais sustentáveis, a fim de criar cidades resilientes.

Para o incentivo de produção local, é necessário promover políticas públicas que visam o fortalecimento de circuitos de comercialização em áreas urbanas. Essa integração entre o urbano e o rural, não fortalece apenas a segurança alimentar, como gera benefícios sociais, econômicos e ambientais, além de melhorar a qualidade de vida da população e ampliar a diversificação econômica local (Silveira; Ribeiro, 2010).



### 1.1.3. Cidades resilientes e o microplanejamento urbano

O planejamento urbano, quando orientado por um viés ambiental, tem se tornado um impulsionador das atividades relacionadas à agricultura urbana, através da integração de práticas sustentáveis, que tem como principal motivação a segurança alimentar e nutricional, além de atuar como um incremento da renda familiar. Realizada em pequenas áreas dentro de um perímetro urbano, a agricultura urbana, praticada mais comumente em regiões ou municípios com forte tradição agrícola no meio rural, é destinada exclusivamente para a utilização e consumo próprio ou para a venda local, diferenciando-se da agricultura tradicional (rural), que tem como finalidade a produção em larga escala, além de atuar exclusivamente no campo (Araújo, 2016).

No Brasil, o êxodo rural ocorre devido o envelhecimento da população rural e à precariedade da vida no campo, resultando em uma “desruralização” constante (Camargo; Abramovay, 1999). Cerca de 87% da população brasileira vive em áreas urbanas, enquanto apenas 13% residem em zonas rurais, de acordo com o Censo 2022.

Esse deslocamento populacional não se direciona exclusivamente às grandes metrópoles; cidades pequenas e médias têm absorvido parte significativa dessa migração, configurando-se como novos polos de atração populacional e econômica. Segundo dados do IBGE, municípios com população entre 100 mil e 500 mil habitantes, apresentaram crescimento relativo superior ao de grandes cidades e capitais entre os anos de 2010 e 2022. Esse crescimento está diretamente ligado ao êxodo rural, revelando uma reconfiguração do espaço urbano brasileiro e levantando desafios quanto à infraestrutura, planejamento urbano e políticas públicas adequadas (Jornal da Unesp; s/p, 2023).

A modernização nas formas de produção agrícola, a concentração fundiária e a busca por melhores condições de vida, também são alguns dos fatores que impulsionam o êxodo rural. Somado a isso, a dificuldade de acesso à crédito e financiamento limita o investimento em melhorias tecnológicas e em ampliação nas técnicas produtivas e práticas agrícolas que sejam eficientes e sustentáveis, desestimulando os pequenos produtores a permanecerem no meio rural (Camargo; Abramovay, 1999).

Entretanto, com o constante crescimento dos centros urbanos, surge o processo de exclusão e segregação da cidade. Frequentemente, as propostas urbanas ignoram a complexa realidade social e física das cidades, resultando em questões que geram desigualdades e conflitos urbanos. Publicado na revista “Minha Cidade” (Vitruvius, 2010, s/p), o artigo “Cidade e história, caminhos e aspirações: qual a cidade que queremos?”, de José Augusto Ribeiro da Silveira e Edson Leite Ribeiro, propõe uma crítica reflexão sobre os desafios urbanos contemporâneos no Brasil.

Com a introdução gradativa de um capitalismo pré-industrial, mercantilista, a partir do Renascimento, visualizam-se grandes desigualdades sociais e a especulação, com a acumulação da riqueza. Historicamente, a urbanização mais vigorosa foi fruto da concentração de riquezas e poder, que conduziram à fascinação pela cidade e, as fases mais intensas, ocorreram no período industrial, onde as regiões que mais se urbanizavam eram as mais industrializadas. A década de 1970 gerou muitas modificações na sociedade, na estrutura da cidade e no pensar o planejamento: o urbano se “globaliza” e emergem as preocupações ambientais de forma ampla e, no Brasil, intensifica-se a chamada “urbanização acelerada”, iniciada nos anos 1940/1950.

Segundo o Decreto-Lei nº 4.403/1942, conhecido como Lei do Inquilinato, da Era Vargas (1930-1945), que dispõe sobre o regime de locações de residências e dá outras providências (Brasil, 1942), o processo de consolidação da casa própria se intensificou, o que resultou no desestímulo do mercado de aluguel. Dessa forma, sem políticas públicas efetivas, qualidade de vida e moradia, a população de baixa renda passou a ocupar áreas precárias e periféricas, enquanto as classes mais favorecidas ocupavam os centros urbanos bem estruturados, resultantes do modelo de ocupação totalmente desigual (Bonduki, 1998).

Atualmente, a maior parte da população mundial vive em cidades (Silveira; Ribeiro, 2010), estas que não foram planejadas para tal e reproduziram a lógica de segregação capitalista, o que tem resultado na “desorganização” e “periferização” do espaço. De acordo com Flávio Villaça, professor, arquiteto e urbanista, a desigualdade social resulta na segregação urbana. O arquiteto contesta o modelo tradicional que opõe centro e periferia, onde as classes de maior renda concentram-se em regiões específicas e opostas às regiões mais pobres.



Vale ressaltar também a análise de Raquel Rolnik, professora, arquiteta e urbanista, que, no livro “Guerra dos Lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças”, faz uma análise crítica sobre a financeirização da moradia e de seus impactos globais e locais. A autora discute sobre como as políticas públicas contemporâneas têm se moldado por interesses financeiros, e como o acesso à terra e moradia está cada vez mais disputado e determinado pelo mercado, resultando, então, na discriminação para com as classes mais pobres (Peixoto *et al.*, 2016).

Ambos os autores criticam a produção desigual do espaço urbano e como isso influencia diretamente na qualidade de vida dos cidadãos. Enquanto Villaça enfatiza a análise estrutural da desigualdade e da segregação, Rolnik destaca as disputas políticas e econômicas que moldam as cidades contemporâneas.

Em 2020, com a pandemia global de COVID-19, que reproduziu uma série de processos e exclusões que já aconteciam, ficou evidente a necessidade de integrar urbanização, sustentabilidade e qualidade de vida. Durante os lockdowns, registrou-se uma queda significativa de emissão de poluentes, como se torna evidente da análise do trecho abaixo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC, 2021, s/p):

Em 2020, o sistema das Nações Unidas gerou aproximadamente 1,5 milhão de toneladas de emissões de CO2 equivalente (CO2eq), cerca de 5 toneladas de emissão per capita desse gás de efeito estufa (GEE). (...) esses números representam uma redução de 25% em relação a 2019 e refletem as adaptações imediatas e drásticas adotadas pela ONU em 2020 devido à pandemia global de COVID-19.

Nesse contexto, as adaptações relacionadas à pandemia reduziram a geração de resíduos, a emissão de gases de efeito estufa e o consumo de água, reforçando, então, a necessidade de investir em planejamento urbano sustentável, a fim de desenvolver cidades prontas para enfrentar desafios futuros (ArchDaily, 2022, s/p).

Com o confinamento e as restrições na mobilidade, a pandemia de COVID-19 evidenciou a importância de bairros autossuficientes, com áreas verdes e infraestrutura adequada, de forma a promover a qualidade de vida da população. Diante desse cenário, o conceito de “cidade sustentável” ganhou mais relevância, se tornando uma prioridade global (Junior; Filho, 2016).

Cidades sem planejamento (caso de grande parte dos municípios brasileiros), por sua vez, exacerbam a pressão sobre os ecossistemas adjacentes e sobre o ambiente global, principalmente por serem energeticamente ineficientes. Usam recursos naturais demais e produzem rejeitos demais, que não são adequadamente dispostos, aumentando o risco de epidemias, infecções e contaminações locais (Idem).

O período pós-pandemia intensificou o debate sobre sustentabilidade urbana e como as cidades estão frágeis em relação ao modelo atual de ocupação e gestão. Nesse contexto, a crise sanitária evidenciou a desigualdade no acesso à moradia adequada, espaços públicos e serviços essenciais, necessários para a sociedade contemporânea (ArchDaily, 2022, s/p). Dessa forma, vê-se a necessidade da arquitetura e urbanismo rever/revisitar paradigmas e intervir em práticas realizadas na cidade, de forma a incorporar saúde e bem-estar em cidades que sejam sustentáveis, inclusivas e resilientes.

Em “Microplanejamento urbano: práticas urbanas criativas”, Marcos Rosa (2011), arquiteto, professor e pesquisador, apresenta práticas urbanas como possibilidades pelas quais pode-se pensar as cidades a partir de uma ideia coletiva, se destacando como uma abordagem essencial para o planejamento de cidades sustentáveis e resilientes, fazendo uso de intervenções pontuais e estratégicas.

O autor ainda apresenta como as pessoas sobrevivem em meio às situações mais diversas. Diferente das grandes estratégias de planejamento urbano, que muitas vezes negligenciam realidades locais, o microplanejamento urbano permite soluções abrangentes que compreendem as características, desafios e potencialidades de cada cidade e suas particularidades, que muitas vezes são influenciadas pela história, cultura, infraestrutura existente e interações sociais (Idem).

Figura 1: Horta comunitária



Fonte: Marcos L. Rosa – Microplanejamento urbano (2011)

Essas práticas promovem a colaboração e a troca de ideias entre os moradores, além de ser um meio de fortalecer a relação entre os cidadãos e os gestores públicos. De acordo com o autor, Marcos L. Rosa (2011), “a diversidade de saberes e experiências enriquece o processo e aumenta a chance de sucesso das intervenções”. Dessa forma, a população deve se sentir parte do projeto. Vale ressaltar ainda, que o microplanejamento contribui, de igual modo, para a construção de cidades mais inclusivas, dinâmicas e inovadoras, que valorizam as especificidades locais e estimulam o desenvolvimento sustentável. Além disso, uma cidade sustentável, deve garantir o acesso à uma alimentação saudável (Idem).

No entanto, é necessário manter uma postura crítica em relação a esse processo, uma vez que sua adoção não pode significar a transferência exclusiva da responsabilidade de gestão para os agentes locais. O microplanejamento deve ser compreendido como complemento e não como substituto da atuação estatal. Assim, torna-se fundamental que tais iniciativas mantenham a articulação com as políticas públicas mais amplas, de modo a garantir que a escala local esteja integrada às diretrizes do Estado.

Essa relação é essencial para que as ações não se tornem fragmentadas ou desiguais, mas sim fortaleçam o papel da agricultura familiar e promovam o desenvolvimento sustentável em municípios de pequeno e médio porte, como Itaberaí.

Dessa forma, vê-se como necessário, o fortalecimento da agricultura familiar, através do desenvolvimento de políticas públicas que incentivem a permanência no campo. É de suma importância, garantir o acesso facilitado a recursos financeiros e à promoção de capacitações técnicas, além de garantir uma infraestrutura adequada, com assistência técnica contínua e mercados acessíveis para a comercialização de produtos locais, a fim de promover e valorizar o trabalho no meio rural.



### 1.1.4. Disputas pela terra e outras questões agrárias no contexto goiano

Essa valorização do trabalho rural passa a se fortalecer principalmente em meio às disputas por terra no país, a partir do surgimento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Criado durante o regime militar, o INCRA tinha como objetivo inicial promover a colonização de terras amazônicas, além de desenvolver o setor rural (SciELO, 2015, s/p).

Em 1980, com o processo de redemocratização, a instituição criada veio para substituir e assumir as responsabilidades anteriormente atribuídas as duas entidades existentes: o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) e o INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário), passou a incorporar de forma mais efetiva a política de reforma agrária, respondendo às pressões sociais por redistribuição de terras (Idem).

A partir disso, durante os anos 1990, a criação de assentamentos rurais se intensificou, embora carecessem de infraestrutura básica. Em 2000, o foco se voltou para o desenvolvimento e a consolidação dos assentamentos existentes, com políticas públicas voltadas à agricultura familiar, acesso ao crédito rural, educação e assistência técnica. Contudo, a partir de 2016, o órgão sofreu um processo de enfraquecimento institucional, marcado pela redução de recursos e pela priorização da regularização fundiária em detrimento da ampliação da reforma agrária (Brasil, 2022).

Na Constituição Federal de 1988, este tema está previsto no Título VII, Capítulo III, que regulamenta a política agrícola e fundiária e da reforma agrária. Nos termos do artigo 184 da atual Carta Magna, compete a União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social (Brasil, 1988, art. 184).

A função social é cumprida quando a propriedade rural atende simultaneamente os requisitos previstos em lei (Idem, art. 186), quais sejam: I) aproveitamento racional e adequado; II) utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III) observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV) exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. A Constituição faz referência também às propriedades insuscetíveis de desapropriação como a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra; bem como a propriedade produtiva (Ibidem, art. 185).

Dado o tema, é possível pensarmos isso para o estado de Goiás, em especial, a cidade de Itaberaí. Goiás é um estado que apresenta um cenário agrícola marcado pela coexistência, não necessariamente harmônica do agronegócio de grande escala e a agricultura familiar, um dos principais pilares da economia local. Entretanto, apesar de sua importância econômica e social, o estado enfrenta inúmeros desafios relacionados à permanência no campo, ao acesso a políticas públicas efetivas e à sucessão rural (Reis; Ribeiro, 2024).

### **1.1.5. Conflitos fundiários e políticas públicas: o cenário da agricultura familiar no estado de Goiás**

A reportagem (Figura 2), publicada pelo Brasil de Fato em julho de 2024, destaca a ocupação da sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no município de Goiânia, por cerca de 300 trabalhadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). A ação fez parte da Jornada Nacional por Reforma Agrária e Alimento Saudável e teve como principal objetivo pressionar o governo federal e avançar em pautas como o assentamento de famílias acampadas, melhoria das condições de vida no campo, fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o cadastramento no Programa Nacional de Reforma Agrária. A mobilização também denunciou os impactos negativos do agronegócio e a estagnação de políticas públicas voltadas à agricultura familiar (Brasil de Fato, s/p, 2024).

Figura 2: Reportagem Brasil de Fato

## MST ocupa sede do Incra em Goiás e pede urgência em moradias e reforma agrária; ação faz parte de jornada nacional

Ação inicia a Jornada Nacional do movimento, com atividades em 24 estados até 27 de julho.

27-JUL-2024 AS 23H42 @ SÃO PAULO (SP) CAROLINE SARAIB



Fonte: Brasil de Fato (2024)

Segundo Reis e Ribeiro (2014), a agricultura familiar em Goiás é responsável por significativa parcela de produção de alimentos e emprega grande parte da mão de obra rural. Questões estruturais como o acesso à informação, baixa qualificação técnica e falta de infraestrutura, são alguns dos fatores que dificultam o fortalecimento desse setor. Além disso, o processo de modernização da agricultura no estado favoreceu grandes propriedades voltadas à monocultura e à exportação, marginalizando assim, os pequenos produtores e suas técnicas tradicionais (Idem).

A agricultura familiar representa um segmento fundamental para o desenvolvimento rural sustentável e para a segurança alimentar no Brasil. Sua importância foi reconhecida legalmente por meio da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. De acordo com essa legislação, são considerados agricultores familiares aqueles que desenvolvem atividades no meio rural de forma predominantemente com mão de obra própria, cuja gestão do estabelecimento seja feita pela própria família, além da renda estar vinculada majoritariamente às atividades do próprio local (Brasil, 2006).

Com o objetivo de combater a insegurança alimentar, e simultaneamente, fortalecer a produção voltada ao mercado, foram criados programas públicos voltados ao apoio e à valorização da agricultura familiar no Brasil. Dentre eles, destacam-se: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), instituído em 1996, com foco na oferta de crédito e no financiamento para pequenos produtores; o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, que visa incentivar a produção local por meio da compra direta de alimentos da agricultura familiar; o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), reformulado em 2009, que determina a obrigatoriedade da compra de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar de escolas públicas; e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), estabelecida em 2010, que busca promover o acesso à serviços de orientação técnica e desenvolvimento sustentável no campo. No entanto, apesar dos avanços proporcionados por essas iniciativas, a efetivação plena dessas políticas públicas no estado de Goiás ainda enfrenta entraves significativos, como a carência de infraestrutura adequada, a limitação no acesso à informação e aos serviços técnicos especializados, além de dificuldades na organização e inserção dos agricultores familiares nos circuitos comerciais (Embrapa, p. 4)

Em Itaberaí, esses desafios se refletem na necessidade de criar estratégias que valorizem o pequeno produtor, promovam a sustentabilidade e fortaleçam os vínculos entre produção, cultura local e desenvolvimento regional. Situado a 92km da capital do estado, o município apresenta um agronegócio expressivo, caracterizado principalmente pela produção integrada de proteína animal, com destaque para a avicultura desenvolvida pela empresa São Salvador Alimentos (SSA), além da significativa produção de grãos, como soja e milho, e de frutas, especialmente laranja e abacaxi (Junior; Oliveira; Wander, 2013).



Em contrapartida, os assentamentos da reforma agrária localizados na região enfrentam dificuldades de acesso a políticas públicas efetivas, infraestrutura adequada e canais de comercialização, o que compromete a autonomia e o fortalecimento da agricultura familiar (Idem). Nesse contexto, torna-se fundamental reconhecer o papel estratégico dos pequenos produtores e dos movimentos sociais do campo, como o MST, na construção de alternativas sustentáveis e na promoção da justiça social e territorial. Assim, é urgente fomentar iniciativas que integrem esses atos ao desenvolvimento regional, assegurando melhores condições de produção, acesso a mercados e valorização dos saberes tradicionais, contribuindo para um modelo de cidade mais inclusivo e conectado com seu entorno rural.

Em Itaberaí, por exemplo, estão localizados seis assentamentos da reforma agrária: Che Guevara (Santa Rosa), com 109 famílias; Dom Fernando, próximo ao Laranjal (saída para a Cidade de Goiás), com 56 famílias; Carlos Marighella e Dom Helder, ambos na região do Mato Dentro, com 12 e 8 famílias respectivamente; Luizório, também nas proximidades do Laranjal mas sentido à capital Goiânia, com 22 famílias; e o Assentamento Fundão, com 13 famílias.

Juntos, esses núcleos representam não apenas a luta pela terra e a busca por melhores condições de vida, mas também o potencial de fortalecimento da agricultura familiar na região, configurando-se como espaços estratégicos para a promoção da soberania alimentar e do desenvolvimento local sustentável.

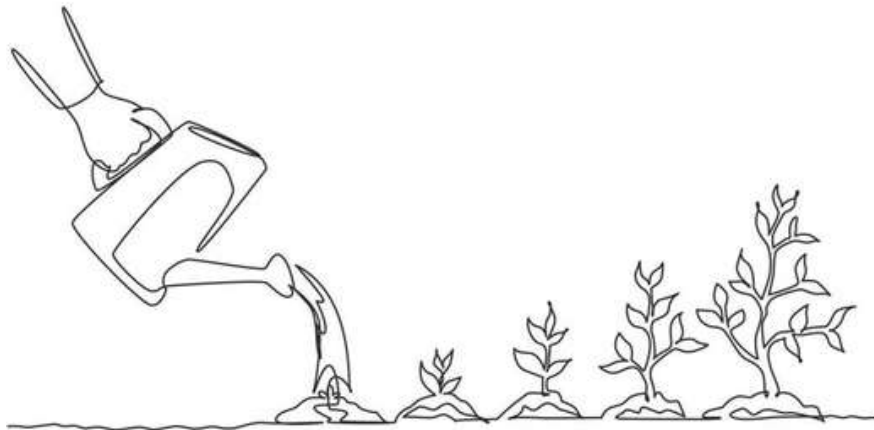
# 1.2

## Objetivo



## 1.2.1. Objetivo Geral

Desenvolver um projeto arquitetônico em nível de anteprojeto de um centro de produção e apoio aos pequenos produtores rurais em Itaberaí (GO), fundamentado em pesquisa investigativa crítica, visando fomentar a troca de conhecimentos, proporcionar melhores condições para a comercialização de produtos locais e fortalecer a agricultura sustentável, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico da região.



## 1.2.2. Objetivos Específicos

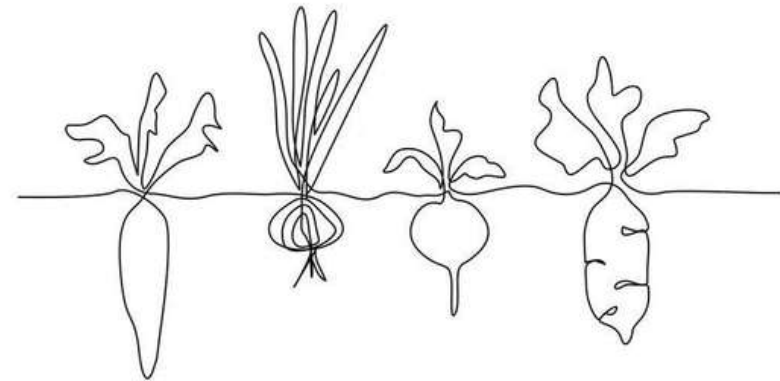
1. Relacionar aspectos teórico-críticos investigados à etapa projetual;
2. Categorizar as principais demandas dos pequenos produtores rurais de Itaberaí-GO, considerando aspectos sociais, produtivos e estruturais que influenciam sua permanência no campo e sua relação com o urbano;
3. Definir diretrizes e estratégias projetuais a partir das demandas contextuais e das referências estudadas, orientando a concepção arquitetônica;

### 1.3. Justificativa

A escolha do tema se justifica pela importância da agricultura familiar como base econômica, social e cultural, especialmente em municípios de pequeno e médio porte como Itaberaí, em Goiás. Apesar de sua relevância, o meio rural tem enfrentado um progressivo processo de esvaziamento, sobretudo pela migração de jovens para os centros urbanos em busca de melhores oportunidades e condições de vida (Guitarrara, 2025), o que evidencia a necessidade urgente de estratégias que promovam a permanência das novas gerações no campo.

Nesse contexto, os centros de apoio ao pequeno produtor rural surgem como ferramenta fundamental para estimular o desenvolvimento sustentável, a capacitação técnica e a valorização dos saberes tradicionais (IDH, 2024). Tais espaços podem potencializar o protagonismo do agricultor familiar, facilitar o acesso a tecnologias apropriadas, além de promover redes de comercialização e incentivar o sentimento de pertencimento ao território.

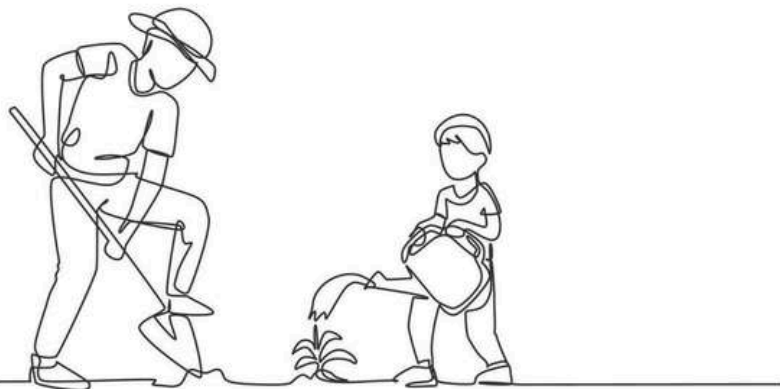
Do ponto de vista da arquitetura, este trabalho busca explorar soluções projetuais que respeitem o contexto local e se integrem ao ambiente rural, utilizando materiais sustentáveis e formas que dialoguem com a identidade da comunidade, visando não apenas atender demandas funcionais, mas também, atuar como um espaço de encontro, formação e fortalecimento social, capaz de estimular o interesse pela vida no campo.



## 1.4. Metodologia

Para o desenvolvimento deste trabalho, adotou-se uma abordagem qualitativa, fundamentada em procedimentos de análise e proposição. Na etapa de diagnóstico, foram realizados o mapeamento das necessidades locais e urbanísticas, visitas *in loco*, registros fotográficos e conversas informais, que possibilitaram compreender o contexto e fundamentar a investigação.

Na etapa propositiva, foram estudados casos de referência e analisadas áreas potenciais para implantação, permitindo a definição de diretrizes projetuais. Essas diretrizes subsidiaram a escolha do terreno, a elaboração do plano de massas/conceito e, por fim, o desenvolvimento do anteprojeto arquitetônico para o centro de produção e apoio aos pequenos produtores rurais em Itaberaí-GO.



ABORDAGEM QUALITATIVA  
**visitas *in loco***  
**fotografias** CONVERSAS  
estudos de INFORMAIS  
caso **mapeamento**  
análise da paisagem **urbano**  
**PLANO DE MASSAS**  
diretrizes projetuais

## 1.4.1. Cronograma

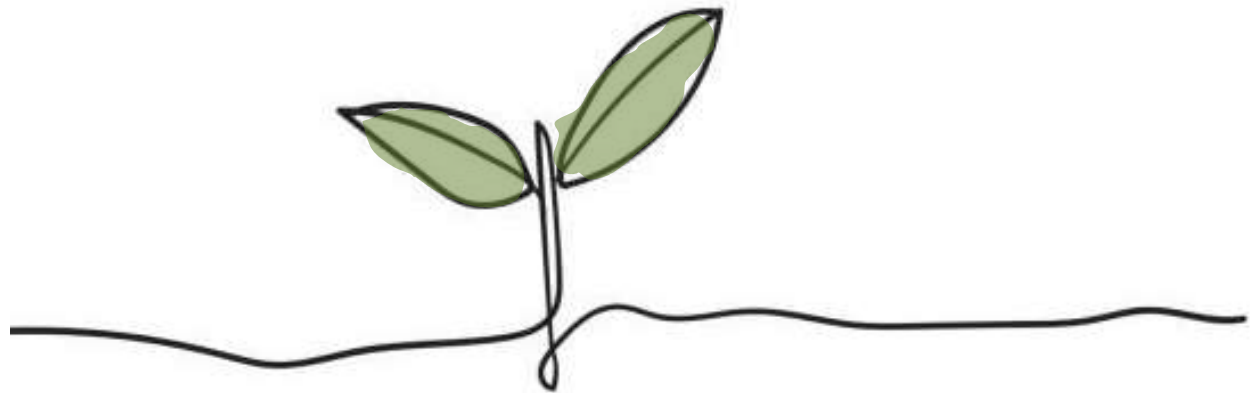
Tabela 1: Cronograma TCC 1

CRONOGRAMA TCC										
MÊS	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Construção do projeto										
Capítulo 1										
Capítulo 2										
Capítulo 3										
Fechamento										
Apresentação										
<b>RECESSO</b>										
Correções										
Estudo preliminar										
Desenvolvimento do programa										
Desenvolvimento dos desenhos técnicos										
Maquete 3D										
Fechamento										
Apresentação										

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

# 02

## Fundamentação histórica e cultural



## 2.1.1. Relação entre rural e urbano

A compreensão da relação entre rural e urbano exige uma análise crítica das dinâmicas de crescimento das cidades, suas implicações espaciais e sociais e os processos históricos que moldaram essa expansão. Ao longo do tempo, o território brasileiro foi marcado por políticas que estimularam a urbanização desigual, ao mesmo tempo em que fragilizaram a integração entre os espaços urbanos e rurais (Coelho; Cunha, 2020).

A urbanização no Brasil se intensificou no século XX, principalmente após a industrialização e a concentração de investimentos nas áreas urbanas. Essa centralização gerou não apenas a migração em massa para as cidades, mas também, uma ocupação desordenada dos centros urbanos, frequentemente desprovida de planejamento e/ou infraestrutura adequada. Essa urbanização acelerada, sem a devida mediação entre os interesses sociais, econômicos e ambientais, produziu cidades fragmentadas, onde a desigualdade se manifesta na forma de exclusão territorial e precarização das condições de vida (Silveira; Ribeiro; 2010).

Flávio Villaça (2010) contribuiu para essa análise ao demonstrar que a segregação urbana no Brasil não é um fenômeno casual, mas sim estruturado a partir das desigualdades sociais e da lógica do capital. Segundo o autor, o modelo de cidade que opõe centro e periferia escancara a forma como o espaço é utilizado como mecanismo de controle e diferenciação entre classes. A ocupação periférica pelas populações de baixa renda revela a ausência de políticas públicas que promovam inclusão e equidade no uso do território.

Nessa mesma direção, Nabil Bonduki (1998) destaca como as políticas habitacionais brasileiras, desde o período Vargas, privilegiaram a propriedade privada em detrimento de soluções coletivas de moradia. A Lei do Inquilinato de 1942, ao favorecer a casa própria, contribuiu para o enfraquecimento do mercado de aluguel e para a expulsão dos mais pobres para áreas sem serviços básicos, consolidando a urbanização periférica e a segregação socioespacial (Idem).

Raquel Rolnik (2015), por sua vez, amplia esse debate ao abordar o processo de financeirização da terra e da moradia, denunciando a forma como o espaço urbano passou a ser tratado como ativo financeiro. A autora aponta que as cidades, em vez de espaços de convivência e direito coletivo, têm sido moldadas por interesses de mercado, intensificando as disputas por terra e tornando o acesso à moradia digna cada vez mais restrito para a população de baixa renda.

Diante desse cenário, o debate sobre a relação entre o rural e o urbano precisa considerar os impactos do crescimento das cidades na organização territorial, bem como os conflitos que emergem da desigualdade no acesso ao solo, à moradia e aos serviços públicos, de modo a repensar os modelos de urbanização e planejar espaços que promovam justiça social, integração e sustentabilidade.

O artigo “A importância do agronegócio familiar no Brasil”, publicado na Revista de Economia e Sociologia Rural, analisa a participação da agricultura familiar no agronegócio brasileiro entre os anos de 1995 e 2003. Utilizando modelos de insumo-produtos, os autores demonstram que cerca de um terço do Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio brasileiro tem origem na produção agropecuária familiar. Além disso, os resultados mostram que, no período analisado, o crescimento da agropecuária familiar e dos setores a ela vinculados foi mais expressivo que o do segmento patronal, destacando a relevância socioeconômica desse setor para o país (Maranhão; Oliveira; Silva, 2006).



## 2.1.2. Inserções das questões ambientais

A agricultura familiar desempenha um papel central na promoção da sustentabilidade social e ambiental, pois é responsável não apenas pela produção de alimentos, mas também pela preservação dos recursos naturais, manutenção dos saberes tradicionais e fortalecimento da economia local (Gomes, 2004). Práticas adaptadas às condições específicas das comunidades rurais contribuem para a conservação ambiental e para a construção de territórios mais resilientes. Além disso, a adoção de políticas públicas adequadas e de incentivos técnicos, pode potencializar os impactos positivos da agricultura familiar, favorecendo modelos agroecológicos e sustentáveis que integram as dimensões sociais, econômicas e ecológicas do desenvolvimento rural (Idem).

Miguel Altieri (2004) destaca que a agroecologia constitui uma abordagem essencial para promover a sustentabilidade nos sistemas agrícolas, integrando princípios ecológicos ao manejo das atividades produtivas. Para o autor, a agricultura sustentável não depende apenas de técnicas isoladas, mas de uma visão sistêmica que valorize a biodiversidade, os conhecimentos locais e as interações entre solo, planta, animal e ser humano.

Esse modelo contrasta com a lógica da agricultura convencional, pois busca fortalecer a autonomia dos produtores, reduzir a dependência de insumos externos e aumentar a resiliência socioambiental das comunidades rurais. Assim, a adoção de práticas agroecológicas torna-se estratégica para garantir não apenas a produção de alimentos saudáveis, mas também a preservação dos recursos naturais, a equidade social e a sustentabilidade econômica, aspectos centrais para projetos voltados ao fortalecimento da agricultura familiar.

### 2.1.3. Modos de intervenção na cidade

O conceito de microplanejamento urbano, desenvolvido por Marcos Rosa (2011), propõe uma abordagem estratégica e sensível ao planejamento das cidades, pautada em ações pontuais e criativas que surgem a partir das necessidades e potencialidades locais. Diferentemente das grandes estratégias do planejamento urbano, que muitas vezes são gerais e desconectadas da realidade cotidiana das comunidades, o microplanejamento parte do princípio de que soluções eficazes devem considerar os saberes locais, a história, a cultura e as formas de ocupação já consolidadas nos territórios. Segundo Rosa (2011), “a diversidade de saberes e experiências enriquece o processo e aumenta a chance de sucesso das intervenções”, reforçando a importância da participação dos cidadãos e da escuta ativa como bases para a construção de espaços mais inclusivos e funcionais.

Essa perspectiva se mostra particularmente relevante no contexto de cidades pequenas e médias, como Itaberaí, onde a escala territorial favorece uma relação mais direta entre o poder público e a população. Nesse cenário, as práticas de microplanejamento podem ser fundamentais para desenvolver projetos que promovam o desenvolvimento sustentável, respeitando as especificidades socioterritoriais e estimulando a permanência da população no campo. A agricultura familiar, por sua vez, se insere como elemento central nesse processo, não apenas por sua contribuição à segurança alimentar e ao abastecimento local, mas também por sua capacidade de estruturar redes de produção, comércio e troca de saberes em âmbito regional (Idem).

Ao incorporar o microplanejamento como abordagem principal, é possível desenvolver intervenções que dialogam com a realidade local, promovem a sustentabilidade e fortalecem a identidade territorial. A proposta de criação de um centro de apoio à produção rural, por exemplo, representa um tipo de intervenção que transcende o espaço físico, pois busca articular saberes tradicionais, práticas agrícolas sustentáveis e políticas públicas de incentivo à agricultura familiar. Assim, o projeto se insere como uma ação transformadora que atua na escala local, mas com impactos ampliados na qualidade de vida e na estrutura socioeconômica do município.

# Aproximações e análise do lugar

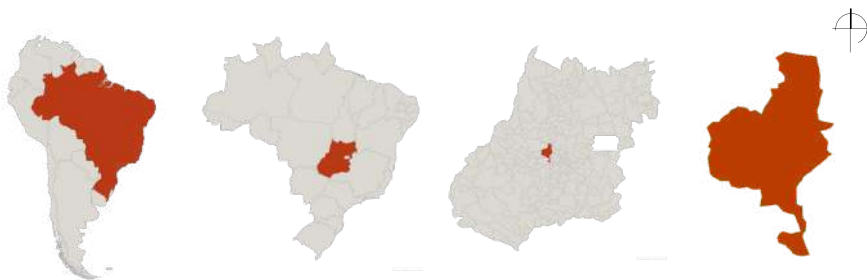


03

### 3.1.1. Introdução histórica, geográfica e de sítio

Localizado na região Noroeste do estado de Goiás (Figura 3), o município de Itaberaí, integra a mesorregião do Centro Goiano e está a aproximadamente 92km da capital, Goiânia. Sua posição geográfica estratégica entre importantes eixos rodoviários como a GO-070, contribui para sua integração regional e facilita o escoamento da produção agropecuária, atividade predominantemente em seu território (IBGE, 2022). Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Itaberaí possui uma extensão territorial de 1.461,916 ha, com uma população estimada em 44.734 habitantes (IBGE, 2025). O município conta com 1.917 estabelecimentos rurais, dos quais 1.362 são destinados à agricultura familiar, com área estimada em até 120 hectares (Emater Goiás, 2025).

Figura 3: Mapa da América do Sul, Brasil, estado de Goiás e Itaberaí



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Historicamente, Itaberaí surgiu no contexto do ciclo do ouro no século XVIII, em 1770, próximo à fazenda de Palmital, quando bandeirantes e mineradores passaram a ocupar a região em busca de jazidas auríferas. Após a construção da capela de Nossa Senhora da Abadia (Figura 4), hoje denominada Igreja Matriz, o antigo arraial conhecido como “Curralzinho”, passou a se chamar “Curralinho” (Barbosa, 2022). Posteriormente, em 9 de novembro de 1868, por meio da Resolução nº 416, o local foi oficialmente elevado à categoria de Vila (Prefeitura de Itaberaí, 2023).

Figura 4: Capela de Nossa Senhora da Abadia, 1784, Itaberaí - GO.



Fonte: Prefeitura de Itaberaí (2021).

No ano de 1903, a então Vila foi elevada à categoria de cidade. Posteriormente, em 5 de agosto de 1924, foi aprovado o projeto de lei nº 762 que oficializou a mudança do nome do município para *Itaberahy*. O novo nome, de origem tupi guarani, pode ser traduzido como “rio das pedras brilhantes”, em referência às características geológicas da região, como o rio que atravessa a cidade (Idem). O sítio urbano original desenvolveu-se em áreas de terreno levemente ondulado, com ocupação voltada inicialmente à zona central, ao redor da igreja matriz, expandindo-se posteriormente em direção às margens de vias de circulação e áreas mais planas adequadas ao crescimento urbano.

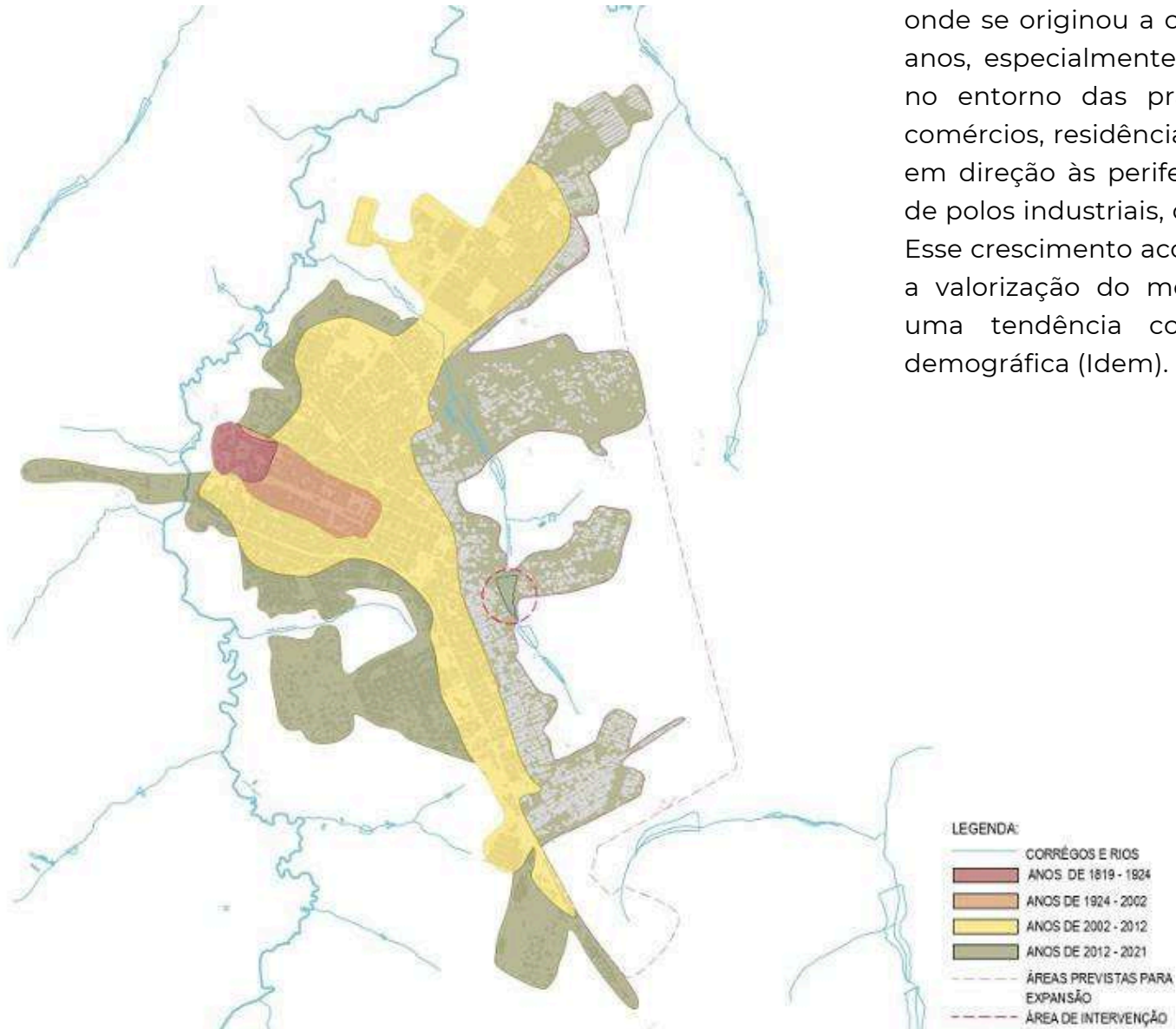
Atualmente, o município apresenta uma malha urbana em expansão, marcada pela presença de bairros residenciais, zonas comerciais e áreas de uso misto, além de vastas áreas rurais que sustentam sua economia. A paisagem cultural e natural de Itaberaí reflete a integração entre as práticas tradicionais do campo e os processos contemporâneos da urbanização (IBGE, 2022).

### 3.1.2. Evolução urbana

Itaberaí se desenvolveu ao longo do século XX, de forma gradual. O antigo arraial transformou-se progressivamente em um núcleo urbano consolidado. Esse processo de urbanização se intensificou nas últimas décadas, impulsionado pela implantação de polos industriais e pela construção de rodovias estaduais, que promovem a integração com outras cidades. O município apresenta uma localização estratégica, uma vez que está inserido em importantes eixos de conexão regional. São Benedito, Lobeira e São José do Retiro são distritos urbanos distantes da sede municipal, mas ainda vinculados a ela tanto administrativa quanto economicamente. Além disso, existem também povoados em fase de consolidação urbana, como Santa Rita, Santo Antônio e Corigoné (Barbosa, 2022).



Figura 5: Mapa de manchas de crescimento urbano

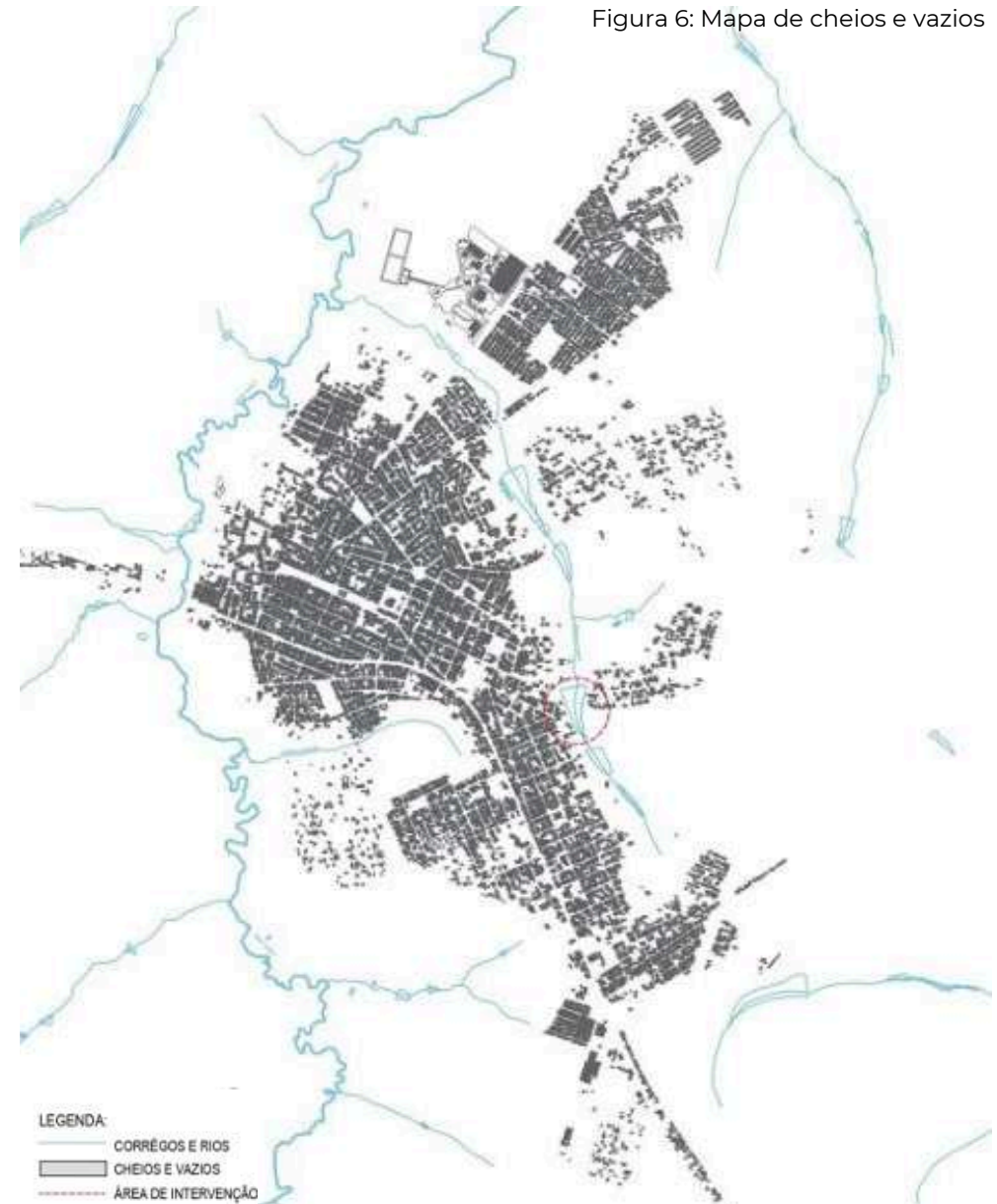


Fonte: Barbosa (2022).

A expansão urbana de Itaberaí partiu do núcleo histórico, onde se originou a cidade, e se intensificou ao longo dos anos, especialmente em 2002. Inicialmente concentrada no entorno das praças centrais, com a presença de comércios, residências e serviços, a ocupação se expandiu em direção às periferias, impulsionada pela implantação de polos industriais, como a São Salvador Alimentos (SSA). Esse crescimento acompanhou o aumento populacional e a valorização do mercado de trabalho local, indicando uma tendência contínua de expansão territorial e demográfica (Idem).

### 3.1.3. Contexto atual: uso do solo, cheios e vazios

A análise do mapa em questão (Figura 6) permite observar a distribuição das edificações na malha urbana de Itaberaí, abrangendo tanto os bairros já consolidados quanto os loteamentos em processo de formação. Nota-se que o crescimento do município tem se direcionado principalmente para as áreas periféricas, onde se concentram setores comerciais e industriais. Esse padrão de expansão tem resultado em um tecido urbano com configuração irregular, reflexo do desenvolvimento desigual entre diferentes regiões da cidade. À medida que novas áreas comerciais são implantadas e a cidade recebe novos habitantes, verifica-se um aumento gradual das áreas edificadas.

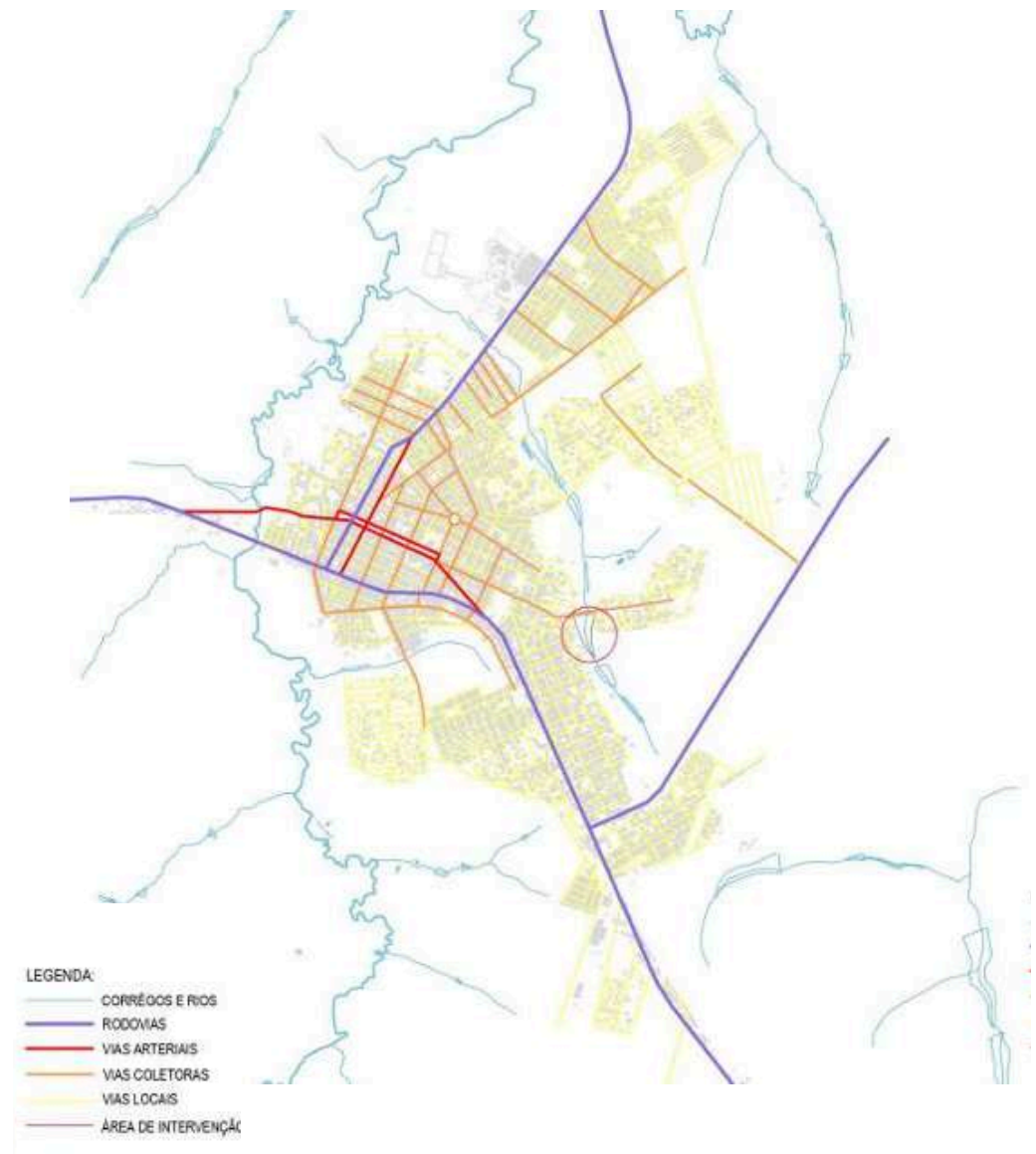


Fonte: Barbosa (2022).

É importante destacar que o centro urbano se apresenta como uma zona consolidada e densamente ocupada, com expansão contínua em direção aos limites do território municipal. Em contrapartida, os bairros ainda em consolidação demonstram menor integração com a malha urbana mais densa e com a infraestrutura já implantada.

Em relação à hierarquia viária (Figura 7) de Itaberaí, é possível notar que as rodovias exercem grande influência na organização da malha urbana, direcionando o crescimento e funcionando como vias expressas que interligam o município a outras regiões e dão continuidade ao sistema interno de circulação. As rodovias se conectam a vias arteriais, coletoras e locais, organizando o tráfego urbano e facilitando o acesso entre áreas centrais e periféricas. O sistema viário atual atende principalmente às zonas centrais, mas, diante do crescimento habitacional, há a perspectiva de futuras expansões e a consequente necessidade de adequações na infraestrutura viária.

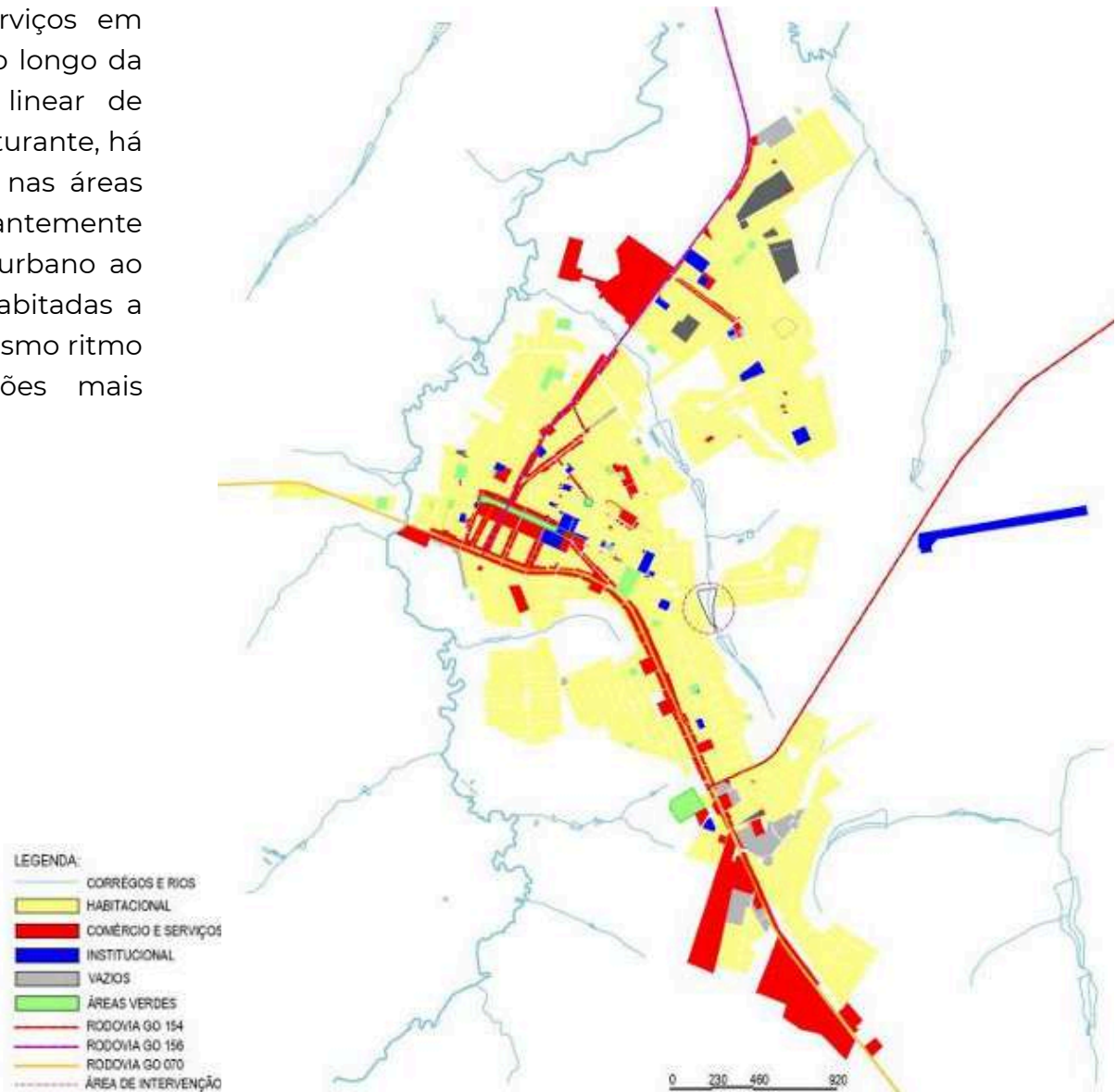
Figura 7: Mapa de hierarquia viária



Fonte: Barbosa (2022).

Apartir do mapa de uso e ocupação do solo (Figura 8), observa-se que os eixos comerciais e de serviços em Itaberaí estão concentrados principalmente ao longo da rodovia GO-070, configurando um acúmulo linear de atividades no município. Apesar desse eixo estruturante, há carência de equipamentos públicos e serviços nas áreas mais periféricas, marcadas pelo uso predominantemente residencial. Esse padrão reflete o crescimento urbano ao longo do tempo, com a expansão das áreas habitadas a partir do núcleo antigo da cidade, mas sem o mesmo ritmo de distribuição de infraestrutura nas regiões mais afastadas.

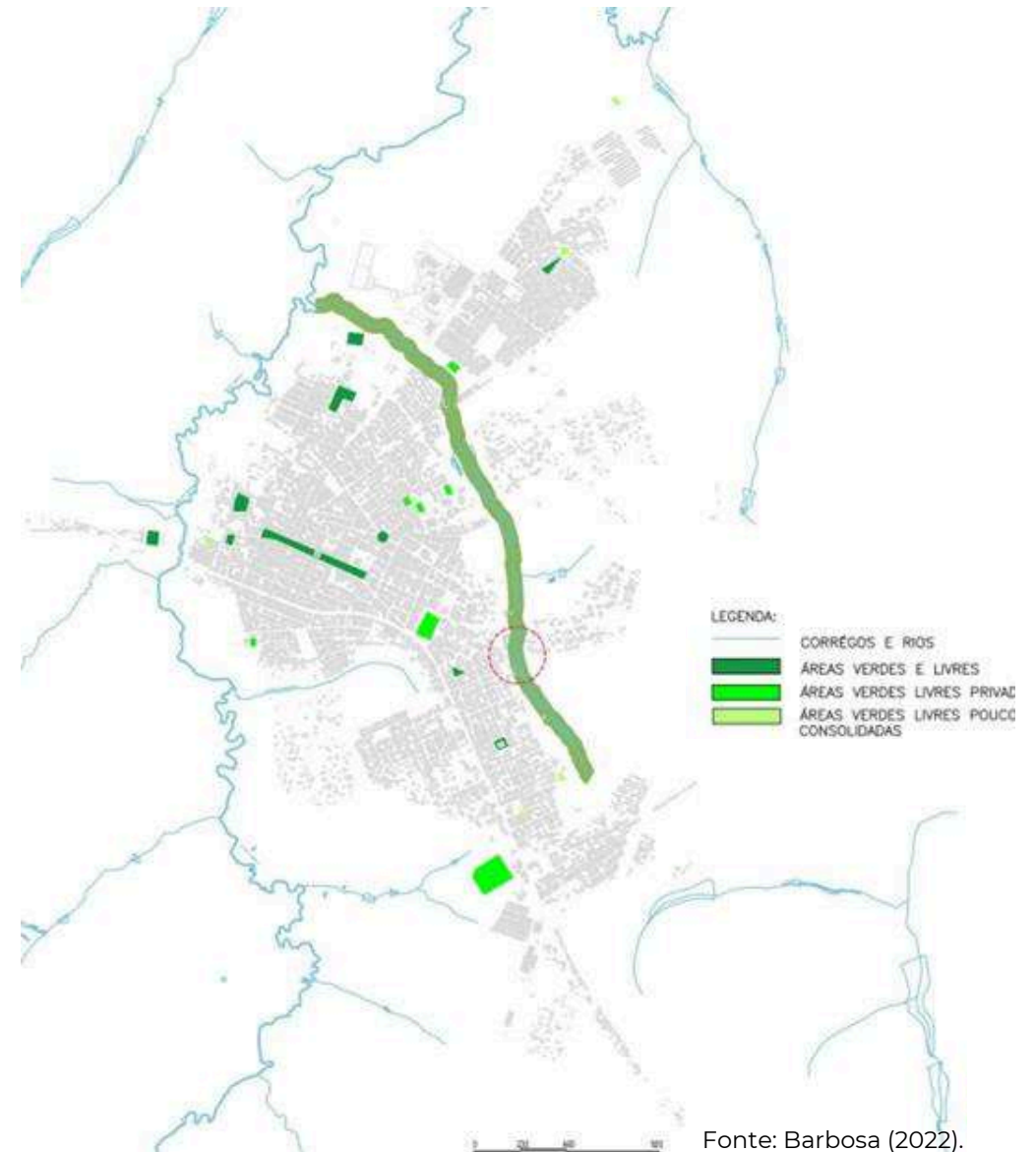
Figura 8: Mapa de uso e ocupação do solo



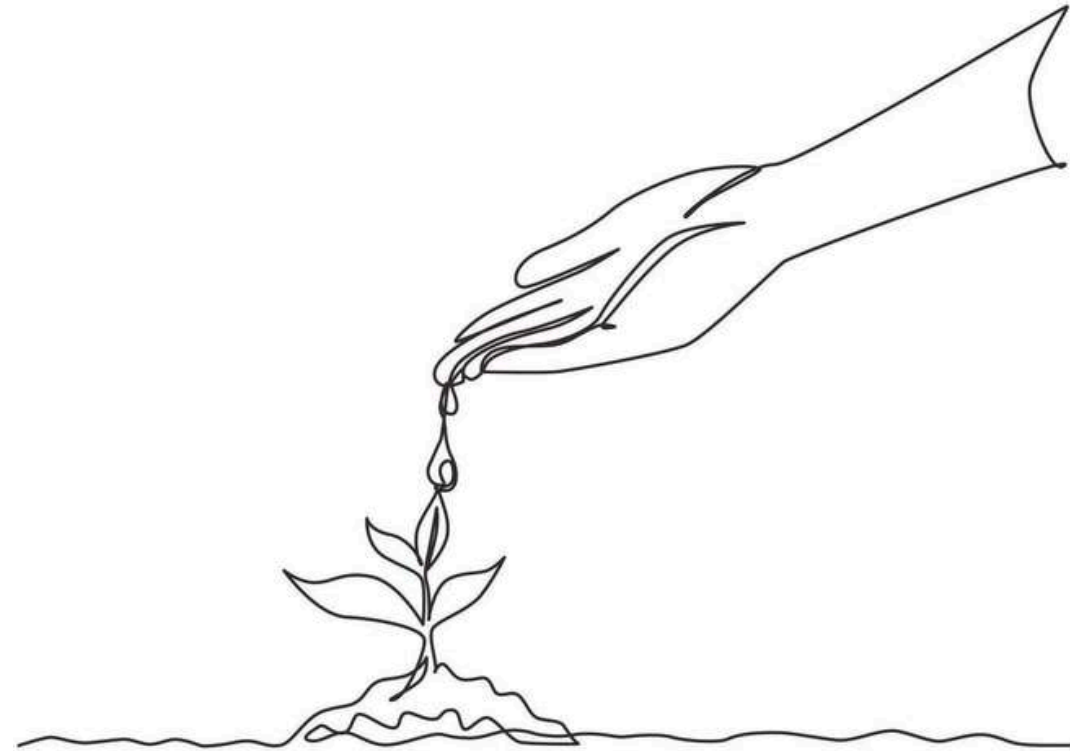
Fonte: Barbosa (2022).

Na configuração dos espaços livres em Itaberaí (Figura 9), sobressai-se um eixo linear central que conecta cinco praças em torno das quais estão concentradas as atividades comerciais e de serviços da cidade. Em outros pontos do perímetro urbano, existem áreas verdes livres, com diferentes naturezas - públicas, privadas e ainda pouco estruturadas. Os espaços públicos ao lazer apresentam dimensão bastante limitada quando comparados à quantidade de edificações, evidenciada pela relação entre cheios e vazios. De forma geral, as áreas verdes são pequenas, distribuídas de forma dispersa e predominam nas regiões centrais da cidade.

Figura 9: Mapa de espaços livres



Em Itaberaí, a rodovia GO-070, que se transformou em Avenida Goiás na porção sudeste, concentra boa parte dos centros comerciais da cidade, assim como outra centralidade situada ao norte, nas proximidades do conjunto de praças centrais. Esses eixos estruturantes, embora relevantes, mostram-se descontinuados nas bordas da cidade, onde há carência de áreas verdes públicas, espaços de lazer e equipamentos educacionais. As regiões periféricas, apesar de apresentarem comércio e indústrias pontuais, carecem de infraestrutura urbana qualificada. Nesse cenário, destaca-se o potencial dos setores menos adensados para receber novas centralidades que diversifiquem o uso do solo e fortaleçam a economia local. A implantação de um Centro de Apoio e Produção Rural em uma dessas áreas, Em relação à hierarquia viária (Figura 7) de Itaberaí, é possível notar que as rodovias exercem grande influência na organização da malha urbana, direcionando o crescimento e funcionando como vias expressas que interligam o município a outras regiões e dão continuidade ao sistema interno de circulação. As rodovias se conectam a vias arteriais, coletoras e locais, organizando o tráfego urbano e facilitando o acesso entre áreas centrais e periféricas. O sistema viário atual atende principalmente às zonas centrais, mas, diante do crescimento habitacional, há a perspectiva de futuras expansões e a conseqüente necessidade de adequações na infraestrutura viária.



### 3.1.4. Aspectos legais

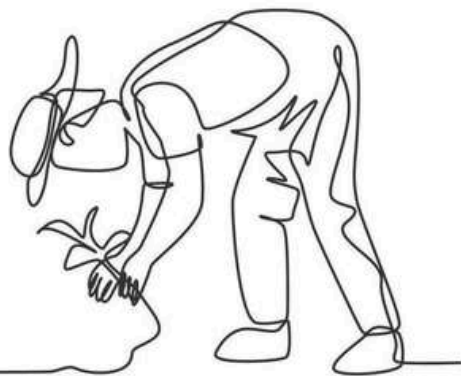
O Plano Diretor, segundo a Constituição Federal de 1988, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, utilizado para nortear as ações do Poder Público Municipal na etapa de planejamento urbano (ITCO, 2023). O município de Itaberaí conta com um Plano Diretor instituído pela Lei Ordinária nº 1.056, de 2009, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Estatuto da Cidade, com o intuito de garantir o uso sustentável do território municipal e promover melhores condições de vida para a população (Idem).

A revisão do Plano Diretor de Itaberaí-GO, envolveu reuniões comunitárias e aplicação de questionários online, a fim de captar demandas, sugestões e percepções dos moradores, assegurando uma gestão mais participativa (Itaberaí, 2023). A mais recente revisão, coordenada pela prefeitura municipal em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Tecnológico do Centro Oeste (ITCO), teve início em 2022, com previsão de conclusão em 2023 (Idem). Essa revisão trouxe um olhar mais atento às dinâmicas locais, incorporando temas centrais como sustentabilidade ambiental, social, econômica e cultural, além de realizar um diagnóstico das potencialidades e fragilidades do município.

Entre as intenções e tendências identificadas no plano e em sua revisão, destacam-se a priorização do desenvolvimento sustentável, a preservação das áreas ambientalmente sensíveis, o fortalecimento da infraestrutura urbana e rural, bem como a promoção da agricultura familiar e da economia local. Os estudos técnicos foram acompanhados por mapeamentos detalhados de aspectos geológicos, hidrológicos e de uso e ocupação do solo, fornecendo uma base sólida para decisões de planejamento territorial (Prefeitura de Itaberaí, 2023).

Embora os documentos disponíveis não apontem explicitamente áreas sob especulação imobiliária, é comum em municípios como Itaberaí, que regiões em expansão urbana, especialmente aquelas próximas a eixos viários, equipamentos públicos ou novos empreendimentos, estejam sujeitas a pressões especulativas. Esses processos geram impactos como aumento do preço da terra, pressão sobre a infraestrutura e, em alguns casos, ocupações irregulares, aspectos que precisam ser acompanhados de perto pelas políticas públicas locais (ITCO, 2023).

No que diz respeito aos aspectos legais, destaca-se a Lei nº 1.153/2011, que redefiniu os limites dos perímetros urbano e suburbano de Itaberaí, estabelecendo áreas potenciais para novos usos urbanos (Itaberaí, 2011). Já a Lei nº 1.387/2016, referente ao parcelamento do solo, regulamentou a divisão de terrenos para fins urbanos, criando regras para ocupação, infraestrutura e regularização fundiária, o que pode vir a confirmar novas pressões pela valorização e o uso da terra (Itaberaí, 2016).



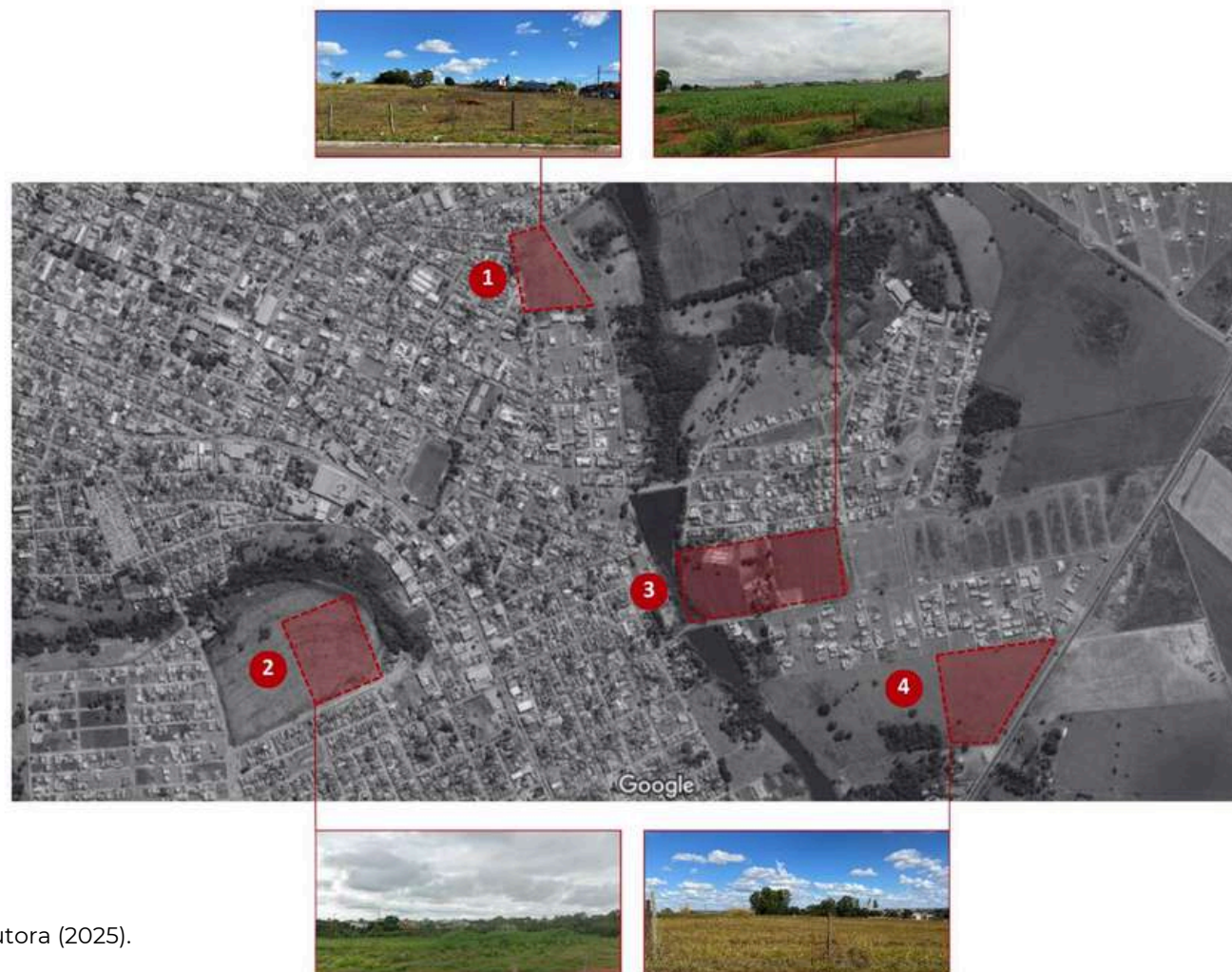
### 3.1.5. Áreas para potenciais intervenções

Dentre os principais critérios analisados, destacam-se aspectos topográficos, morfológicos e geológicos. A localização estratégica dentro do perímetro urbano, a proximidade com áreas residenciais e vias de fácil acesso, topografia favorável à implantação, presença de infraestrutura básica como vias pavimentadas, rede elétrica e abastecimento de água, potencial integração com a paisagem e com o contexto socioeconômico do entorno, além de aspectos ambientais, como a preservação de áreas verdes e corpos d'água, foram alguns dos pontos de maior peso para determinada análise. Visibilidade do terreno, uso do solo nas imediações e a possibilidade de estabelecer conexões com equipamentos públicos já existentes também foram fatores consideráveis.

A partir disso, foi realizada uma análise comparativa de quatro áreas livres do município de Itaberaí, a fim de escolher o terreno ideal para a implantação do Centro de Produção e Apoio ao Pequeno Produtor Rural. Pontos positivos e negativos foram levantados, com o intuito de embasar tecnicamente a decisão final, levando em consideração não apenas a disponibilidade física do espaço, mas a capacidade de potencializar os objetivos do projeto, promovendo impactos positivos para os produtores locais e para a cidade como um todo.

A seguir, serão apresentadas as localizações das áreas com maior potencial para intervenções e as análises dos principais critérios previamente definidos de cada local.

Figura 10: Localização de áreas para potenciais intervenções



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Tabela 2: Análise de áreas para potenciais intervenções

<b>CRITÉRIO/TERRENO</b>	<b>TERRENO 1</b>	<b>TERRENO 2</b>	<b>TERRENO 3</b>	<b>TERRENO 4</b>
LOCALIZAÇÃO	Área próxima do centro e de bairros consolidados	Área mais afastada do centro, mas ainda integrada	Região entre bairros, em área de transição	Zona de expansão urbana
TOPOGRAFIA	Predominantemente plana	Leve declive, mas regular	Levemente ondulada, próxima a curso d'água	Plana, com leve inclinação em alguns pontos
MORFOLOGIA URBANA	Malha urbana consolidada, lotes definidos	Espaçamento maior entre construções e áreas abertas	Bairro recente com ocupação crescente	Loteamento novo com padrões mais abertos e flexíveis
ÁREAS RESIDENCIAIS	Vizinhança consolidada	Áreas habitadas esparsas	Entre conjuntos residenciais	Bairros recentes e espaçados
ACESSO E VIAS	Boa conexão com vias pavimentadas	Acesso misto, com ruas de terra	Acesso misto, com ruas locais pavimentadas e ruas de terra	Acesso razoável, mas com boa conexão pela BR-070
INFRAESTRUTURA BÁSICA	Presente e consolidada	Parcial, em implantação	Presente, mas em processo de consolidação	Parcial, com expansão em andamento
ASPECTOS AMBIENTAIS	Pouca vegetação, área já alterada	Área verde significativa	Próximo a corpo d'água, área verde significativa	Sem vegetação significativa
USO DO SOLO NO ENTORNO	Misto: residencial e serviços	Predominantemente residencial	Residencial e espaços naturais	Residencial em formação, com áreas agrícolas próximas

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A partir da análise feita, é considerável que o terreno 3 (três) seja o mais adequado para a implantação de um Centro de Produção e Apoio aos Pequenos Produtores Rurais, no município de Itaberaí, devido à sua proximidade com uma zona de APP (Área de Preservação Permanente), banhada pelo córrego Catarrão, sendo uma área potencial para exploração de vistas da paisagem. Além disso, outro ponto essencial foi a localização. O lote escolhido para a proposta localiza-se na Avenida Vicente da Silva Melo e se conecta diretamente com a BR-070, sendo uma das principais vias de acesso e escoamento de produtos agrícolas, ponto ideal para o tráfego de caminhões e conexão com regiões vizinhas.

Por estar localizada em uma zona de expansão recente, seu entorno ainda apresenta baixa densidade, sendo majoritariamente residencial. Além disso, atualmente, a área escolhida está em uso como local de plantio, o que potencializa o terreno, uma vez que evidencia a aptidão agrícola do local, permitindo o aproveitamento das técnicas e práticas já estabelecidas.

### 3.1.6. Análise do lugar: sensorial e da paisagem (área de estudo)

A área da gleba localiza-se no Setor Primavera, região Sul do município de Itaberaí - GO, sendo uma região limítrofe entre a malha urbana já consolidada e uma zona agrícola produtiva. O entorno imediato é predominantemente residencial, caracterizado por um tecido urbano de baixa densidade, com parcelamento regular e ocupação majoritariamente horizontal. A área é delimitada por ruas e avenidas, e possui conexão direta com a Avenida Vicente da Silva Melo, que faz ligação com a BR-070. O Lago Primavera, a oeste, é um ponto de destaque e potencial atrativo para o projeto em questão. Vale ressaltar que, segundo a Lei nº 12.651/2012, art. 4º do Código Florestal, as faixas de 50 metros de zonas de preservação não são edificáveis. Desse modo, não haverá ocupações as margens das zonas de APP's (Brasil, 2012)

Figura 11: Mapa da área de estudo



Fonte: Google Maps (2025).

Trata-se de um terreno agrícola em uso, amplo, com leve inclinação, marcado por linhas de plantio paralelas, que formam um ritmo visual. A paisagem atual apresenta grandes canteiros de cultivo, como o milho, árvores isolas, acessos não pavimentados e proximidade direta com o lago, com um grande potencial ecológico, produtivo e social.

Além disso, atualmente a região do Lago Primavera está passando por obras de revitalização do lago e pavimentação de novas vias. Uma delas, quando concluída, dará continuidade à malha viária existente, criando uma conexão entre o bairro e as áreas do entorno da gleba. Sua implantação cria uma divisão física entre o espelho d'água e a área do projeto, mas, ao mesmo tempo, representa uma oportunidade de qualificação do acesso, reforçando o vínculo entre o espaço urbano e o corpo d'água.

Do ponto de vista sensorial, o local apresenta características interessantes, ainda que pouco exploradas. O Lago Primavera confere valor paisagístico, entretanto a ausência de arborização significativa gera sensação de aridez e pouca sombra. A experiência sonora é marcada por sons da natureza, como o canto das aves, principalmente nas proximidades do lago, mas também, dos ruídos urbanos, originários do movimento da Avenida Vicente da Silva Melo, principalmente em horários de pico. O olfato, por sua vez, é estimulado pelo cheiro da terra, especialmente em dias úmidos, mas carece da diversidade de aromas de espécies aromáticas e floríferas. Além disso, o tato é pouco explorado, uma vez que tanto a gleba, como o entorno, apresenta pouca diversidade de texturas, ausência de elementos táteis e mobiliário. Devido ao uso agrícola do local, o paladar possui grande potencial, apesar de pouco explorado, gerando a possibilidade de implantação de pomares, jardins comestíveis e hortas.

Figura 12: Área de estudo



Fonte: Acervo da autora (2025).

Figura 13: Área de estudo



Fonte: Acervo da autora (2025).

Com base na leitura feita, é possível perceber que a paisagem revela uma série de potencialidades a serem exploradas. Sua posição estratégica no tecido urbano, somado à proximidade com o Lago Primavera, que é um corpo hídrico de valor ambiental, reforça o valor ecológico e paisagístico da área, permitindo a criação de um espaço multifuncional voltado tanto para a regeneração ecológica quanto à articulação de dinâmicas comunitárias. Entretanto, algumas fragilidades também são observadas em relação à ausência de infraestrutura urbana adequada, a baixa diversidade de usos e estímulos sensoriais e a carência de sombreamento da região, pontos importantes que deverão ser explorados e, de certa forma, estão sendo modificados com a revitalização da área.

Nesse sentido, propõe-se a implantação de um Centro de Produção e Apoio aos Pequenos Produtores Rurais, em Itaberaí-GO, concebido como um equipamento público de base agroecológica e comunitária. Esse centro, tem como função, ser um ambiente de comercialização, capacitação técnica, educação ambiental, estímulo à produção orgânica e fortalecimento da agricultura familiar. Além disso, o espaço contará com diretrizes sensoriais voltadas ao paisagismo, como criação de jardins comestíveis, trilhas táteis, mobiliários interativos e áreas de sombra com vegetação nativa, a fim de criar um espaço de encontro e vivência.

Cabe ressaltar que, embora o terreno analisado seja atualmente uma propriedade privada de uso agrícola, sua escolha para a implantação do Centro de Produção e Apoio aos Pequenos Produtores Rurais se justifica pela localização estratégica e pelo grande potencial ecológico, produtivo e social. Dessa forma, para fins acadêmicos, admite-se a possibilidade de desapropriação da área por parte do poder público, com base no interesse coletivo. Tal medida encontra respaldo na legislação brasileira, que prevê a desapropriação por utilidade pública, necessidade pública ou interesse social, conforme descrito no Decreto-Lei nº 3.365/1941 e na Constituição Federal. A proposta considera a viabilidade técnica e jurídica dessa ação como uma hipótese projetual, de forma a se alinhar aos princípios de planejamento voltado para o bem comum.

Além disso, é fundamental reconhecer a importância social da ocupação atual, considerando que o terreno é utilizado por uma família rural para fins produtivos. Nesse sentido, propõe-se que, em um cenário de implantação real do projeto, sejam garantidos mecanismos de inclusão para os ocupantes atuais no Centro de Produção e Apoio aos Pequenos Produtores Rurais, de forma a acontecer por meio da comercialização de produtos, da participação prioritária no centro ou até mesmo na gestão comunitária do espaço, de forma a manter e respeitar os saberes locais, evitando a exclusão dos atuais moradores.

Embora a área escolhida tenha atual uso agrícola, observa-se um processo de transformação iminente em função das obras de infraestrutura que estão em andamento no entorno da gleba, como a pavimentação de vias de acesso e a abertura de novas quadras. Apesar de não haver, até o momento, uma formalização no Plano Diretor ou em documentos públicos disponíveis para a população, há a expectativa da implantação de um novo loteamento na região, reforçada com base em relatos de moradores. Tal contexto aponta para uma possível expansão urbana futura, o que justifica e potencializa a escolha do local como território estratégico para a implantação do Centro de Produção e Apoio aos Pequenos Produtores Rurais.

Tais estratégias dialogam com o conceito de Microplanejamento Urbano, apresentando anteriormente, defendido por Marcos Rosa (2011), no qual as intervenções territoriais são realizadas de forma localizada, sensível às demandas sociais e ambientais, com o potencial de transformar o território, integrando assim o campo à cidade, através de práticas sustentáveis e inclusivas.

Em síntese, a leitura paisagística do terreno escolhido, evidencia não apenas suas fragilidades, mas também suas potencialidades, auxiliando assim, nas diretrizes ideais para a criar e ressignificar a paisagem urbana, fortalecendo assim, a rede de apoio aos pequenos produtores rurais do município de Itaberaí e região.

# 04 FUNDAMENTAÇÃO PROJETUAL



## 4. FUNDAMENTAÇÃO PROJETUAL

Como base para o desenvolvimento do Centro de Produção e Apoio aos Pequenos Produtores Rurais em Itaberaí-GO, foram selecionados 3 (três) projetos, seguindo os critérios morfológico e funcional, visando extrair informações que sejam relevantes para o desenvolvimento do trabalho proposto. O Estudo Morfológico, buscou compreender, não apenas os aspectos formais da volumetria e dos materiais utilizados, como também, as relações com o entorno e como as escolhas inteligentes contribuem para a criação da identidade local e única. Já o Estudo Funcional, analisa a funcionalidade do programa, as atividades desenvolvidas naquele espaço, além da disposição, fluxos e estratégias adotadas para promover o conforto ambiental na edificação.

Dessa forma, ao final de cada estudo, foi criado um Quadro Síntese, para facilitar a análise das características marcantes de cada projeto.

**MERCADO DE AGRICULTORES DE TULA |**  
8 LINES



Fonte: Kochurkin Anton (2017).

**MERCADO NICOLÁS BRAVO |**  
AIDA STUDIO



Fonte: Andrés Cedillo (2024).

**CEASA-GO |**  
ELADIO DIESTE



Fonte: CEASA-GO (2022).

### 4.1.1. Mercado de Agricultores de Tula / 8 Lines

O Mercado de Agricultores de Tula, fica localizado em Zaoksky, distrito administrativo, pertencente ao norte do *oblast* de Tula (divisão federal da Rússia), situada a oeste da Rússia. A cidade e centro administrativo, é uma grande produtora de armamentos, além de possuir uma variedade de indústrias de engenharia. Apesar do uso intenso de ferro e aço, Tula possui uma agricultura altamente desenvolvida, incluindo o cultivo de grãos, como o trigo e o centeio, horticultura, com a batata e beterraba, além da criação de gado e a produção de laticínios (Britannica, 2024). Tula possui um clima frio e temperado, por estar localizada no hemisfério norte. O verão se inicia no final do mês de junho e culmina no mês de setembro. Março se destaca como o mês mais seco, julho como o mais quente e janeiro como o mais frio do ano. As temperaturas variam entre  $-7.8\text{ }^{\circ}\text{C}$  a  $20.0\text{ }^{\circ}\text{C}$  (Climate, 2024).

Figura 14: Localização Rússia, Tula e Zaoksky



Fonte: Produzido pela autora (2025).

Embora não haja informações sobre sua localização exata, o Mercado de Agricultores está situado em uma região deserta do distrito de Zaoksky, marcada com uma vegetação que molda a edificação. O projeto se inspira nas tradicionais barracas de madeira com telhado de duas águas, típicas do comércio rural russo. As formas unificadas simbolizam a união entre os agricultores locais, valorizando o comércio de alimentos, produtos artesanais e a cooperação rural, “onde cada agricultor é primeiramente um indivíduo, mas também trabalha junto a uma cooperativa, gerenciando e ajudando uns aos outros a responder às condições do mercado” (ArchDaily, 2017).

Figura 15: Mercado de Agricultores de Tula



Fonte: Kochurkin Anton (2017).

A principal matéria-prima utilizada é a madeira, escolhida por sua sustentabilidade, disponibilidade local e conexão com a tradição vernacular. Inicialmente, para economizar recursos, foi construída apenas a cobertura com a infraestrutura necessária, sem fechamento lateral. Posteriormente, os próprios agricultores adicionaram paredes de vidro para proteger dos ventos, permitindo o uso do espaço durante todo o ano. Além disso, o paisagismo é um elemento fundamental para proporcionar maior conforto aos visitantes. A vegetação ao redor molda o espaço, contribuindo para a integração do edifício com o entorno (ArchDaily, 2017).

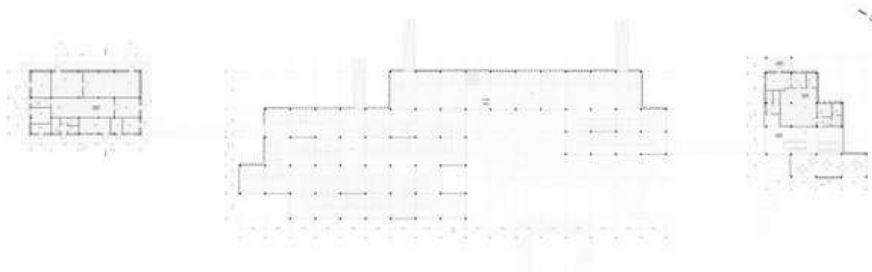
Figura 16: Mercado de Agricultores de Tula



Fonte: Alexey Narodizkiy (2017).

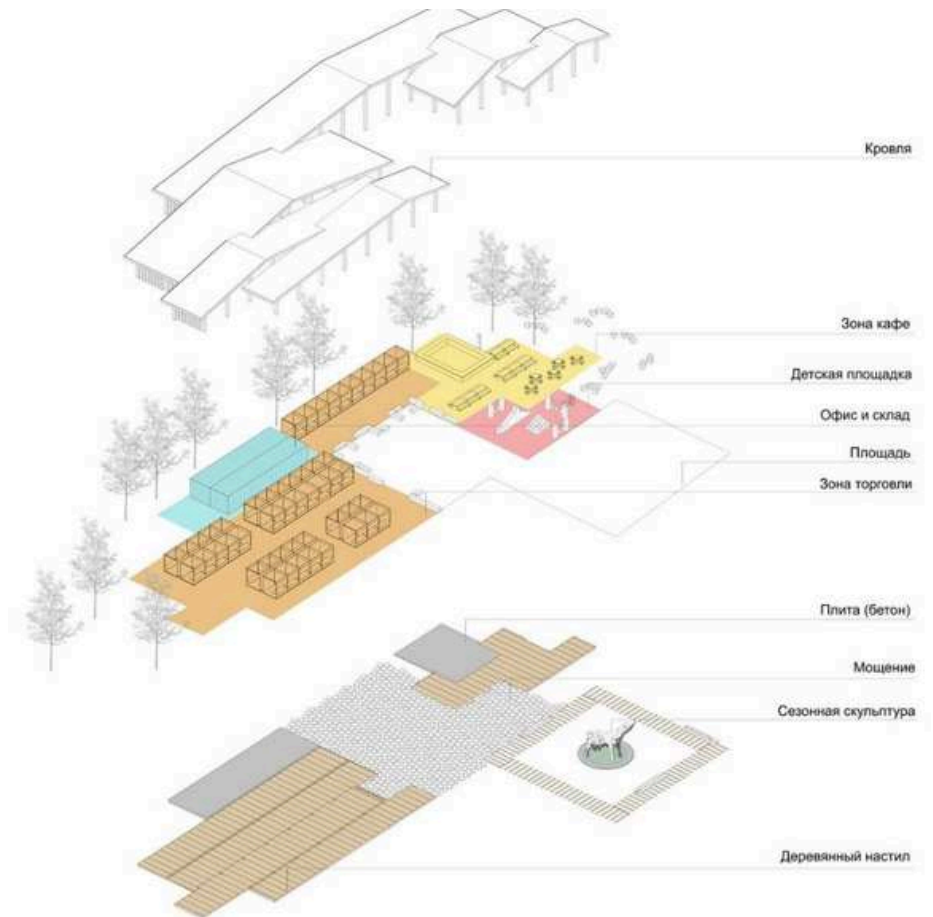
O mercado funciona como uma espécie de centro comunitário. Possui áreas para vendas de produtos agrícolas, café, laboratório de controle de qualidade de produtos, área administrativa com escritório, armazém e oficinas, áreas para eventos sazonais, recreação, playground além de espaços para exposições temporárias (Idem).

Figura 17: Planta baixa do Mercado de Agricultores de Tula



Fonte: ArchDaily (2017).

Figura 18: Diagrama - Mercado de Agricultores de Tula



Fonte: ArchDaily (2017).

O projeto se destaca por sua abordagem ecológica, cooperativa e democrática, promovendo um novo estilo de vida rural. Essa flexibilidade do espaço permitiu adaptações conforme as necessidades dos usuários, como a adição das paredes de vidro, para que fosse possível utilizar o espaço durante todo o ano. Essa adaptação demonstra uma arquitetura que evolui com a sua comunidade. Em 2018, o projeto recebeu o Grande Prêmio ARCHIWOOD como a melhor arquitetura de madeira do ano na categoria “Edifícios de madeiras públicos”, reconhecendo sua excelência em design e uso de materiais sustentáveis (Ibidem).

Figura 19: Mercado de Agricultores de Tula – Vista do jardim



Fonte: ArchDaily – 8 Lines (2017)

Figura 20: Mercado de Agricultores de Tula – Vista da estrada



Fonte: ArchDaily – 8 Lines (2017)

A escolha desse estudo de caso se justifica pela escolha da materialidade e pela organização do espaço projetado. O projeto se destaca pela sua flexibilidade e adaptação, ponto marcante que se alinha as diretrizes propostas. A partir disso, foi feita uma análise com base nos estudos morfológico e funcional, descritos na tabela a seguir (Tabela 3).

Tabela 3: Tabela de estudos morfológico e funcional

<b>ESTUDO MORFOLÓGICO</b>	
FORMA	Forma modular, inspirada em barracas tradicionais rurais russas; volumetria horizontal, com telhados inclinados, repetição de pavilhões que resultam em uma unidade visual com ritmo.
MATERIAIS	Madeira como principal material estrutural e de acabamento; uso do vidro para fechamento posterior, proporcionando leveza e transparência para o ambiente; materiais locais e sustentáveis.
RELAÇÃO COM O ENTORNO	Forte integração com a paisagem e a arquitetura vernacular; possui forma aberta e permeável; paisagismo que envolve e protege dos ventos, além de criar uma conexão com a natureza; respeito ao contexto físico e cultural.
<b>ESTUDO FUNCIONAL</b>	
PROGRAMA	Possui um programa multifuncional, com café, laboratório, mercado agrícola, escritórios e armazéns, oficinas, playground e espaços para eventos e exposições; atende as necessidades comerciais e sociais da comunidade.
CONFORTO AMBIENTAL	O uso da madeira contribui para o conforto térmico; possui cobertura ampla para proteção climática; ventilação cruzada natural e iluminação natural abundante; adaptação às condições locais com fechamentos variáveis.
ORGANIZAÇÃO ESPACIAL	Disposição linear e modular; espaços abertos e flexíveis; circulação clara; escala humana e apropriação comunitária.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

## 4.1.2. Mercado Nicolás Bravo / AIDA STUDIO

Localizado na pequena cidade de Nicolás Bravo, situada a oeste do município de Othón P. Blanco, no interior de Quintana Roo, no México, o Mercado Nicolás Bravo, projetado pelo escritório AIDA STUDIO e concluído em 2024, faz parte de um programa público de infraestrutura que visa impulsionar a economia de comunidades rurais e conectá-las a crescente atividade turística da região. O município de Nicolás Bravo possui clima predominantemente quente, subúmido, com chuvas de verão e umidade média (Wikiwand, s.d.).

Figura 21: Localização México, Quintana Roo e Nicolás Bravo



Fonte: Produzido pela autora (2025).

Figura 22: Localização do Mercado Nicolás Bravo



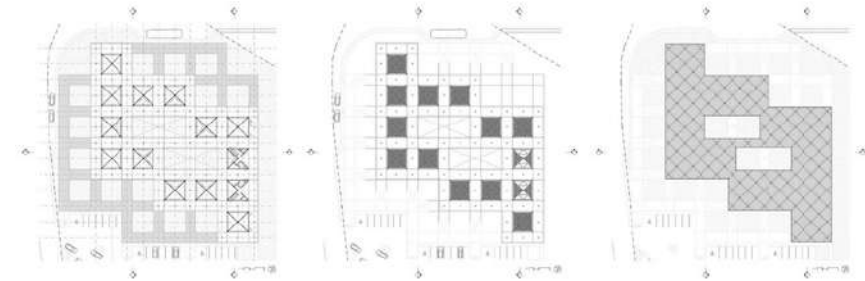
Fonte: Google Maps (2025).

Figura 23: Cobertura – Mercado Nicolás Bravo



Fonte: Andrés Cedillo (2024)

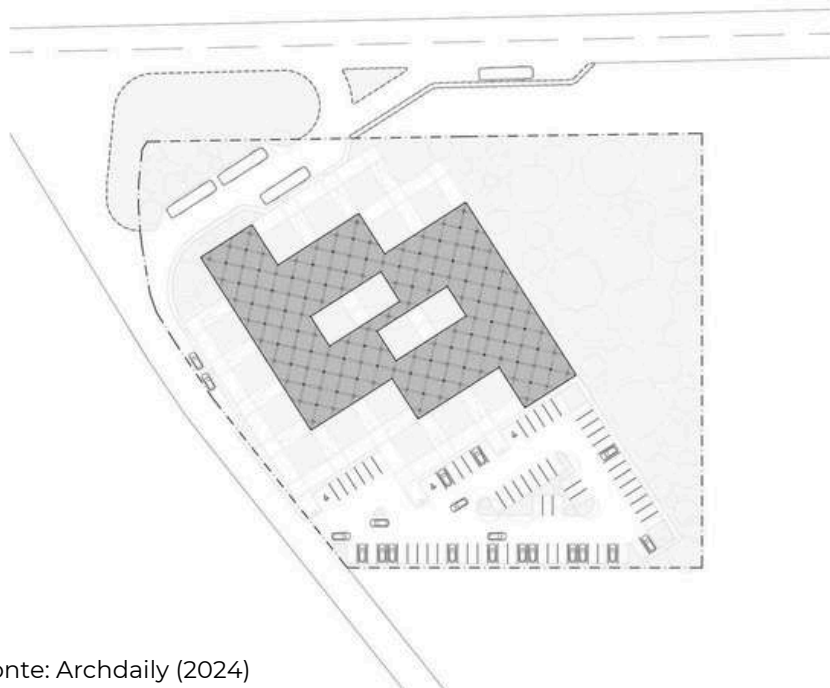
Figura 25: Implantação do Mercado Nicolás Bravo



Fonte: Archdaily (2024)

De acordo com informações extraídas do Google Maps, a região em que se localiza o Mercado Nicolás Bravo é caracterizada por um contexto rural com traçado regular, semelhante a pradaria, predominantemente plana, com predomínio de restaurantes de comida regional, equipamentos públicos e parques, com características de uma região interiorana e turística. Com área de 7.700 m<sup>2</sup>, o projeto se organiza a partir de uma malha modular de 8x8 metros, que permite maior flexibilidade na ocupação dos espaços (ArchDaily, 2024).

Figura 24: Planta geral – Mercado Nicolás Bravo



Fonte: Archdaily (2024)

A cobertura é formada por estruturas leves em forma de guarda-chuva invertido (Figura 26), que cumpre função tanto estética, quanto climática, garantindo maior proteção solar e ventilação. Além disso, o uso de pátios internos verdes (Figura 27) também contribui para a permeabilidade visual e conforto ambiental, além de deixar os espaços de permanência mais aconchegantes e atrativos.

Figura 26: Módulo telhado - Mercado Nicolás Bravo



Fonte: Archdaily (2025)

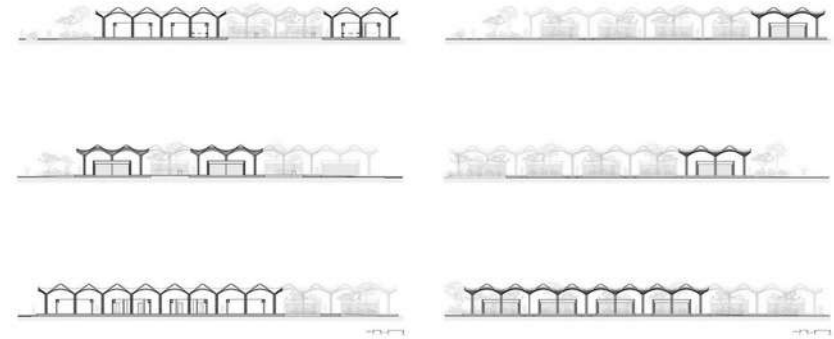
Figura 27: Pátios internos verdes - Mercado Nicolás Bravo



Fonte: Andrés Cedillo (2024)

Em relação ao modelo construtivo, o projeto se destaca pelo uso de materiais locais e de fácil manutenção, como blocos de concreto pigmentados, tijolo de barro e estrutura metálica leve. Essas escolhas resultam em uma arquitetura eficiente, acessível e criativa. Além disso, os espaços internos de multiuso e as áreas comuns, reforçam o caráter comunitário do edifício, possibilitando as trocas de saberes, atividades diversas e encontros (ArchDaily, 2024).

Figura 28: Cortes e elevações - Mercado Nicolás Bravo



Fonte: ArchDaily (2024)

A escolha desse estudo de caso se justifica pela sua abordagem arquitetônica voltada a valorização da produção local, pelo uso de soluções sustentáveis e adaptáveis, e pela forte integração social e espacial com a comunidade, princípios que se alinham diretamente aos objetivos deste trabalho. Além disso, foram analisados os seguintes aspectos: forma, materialidade, relação com o entorno, programa, conforto ambiental e organização espacial (Tabela 4).

Figura 29: Mercado Nicolás Bravo



Fonte: ArchDaily (2024)

Tabela 4: Tabela de estudos morfológico e funcional

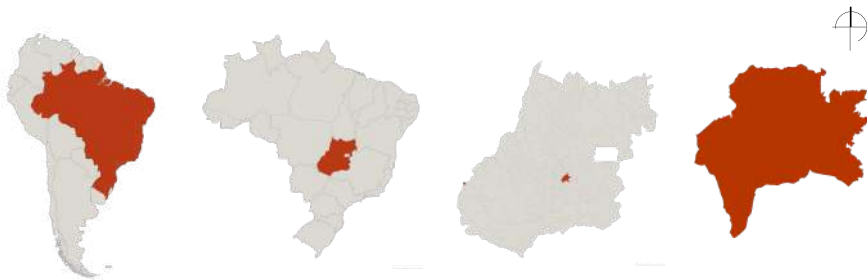
<b>ESTUDO MORFOLÓGICO</b>	
FORMA	Telhado como destaque; cobertura articulada formada por módulos em paraboloides hiperbólicos, distribuídos em uma malha de 8x8m; possui ritmo repetitivo, criando uma espécie de “tapete ondulado”, onde se organizam 50 boxes para comercialização de produtos; possui interrupções com jardins verdes centrais.
MATERIAIS	Estrutura leve de aço; lajes em concreto armado pigmentado; blocos de concreto colorido para as paredes; tijolos de barro utilizados tanto no piso quanto no telhado; materiais de baixo custo e manutenção.
RELAÇÃO COM O ENTORNO	Potencial de capacitar a comunidade local; potencial em conectar à indústria de turismo com as necessidades das comunidades locais; a cobertura ondulada e os materiais naturais dialogam com a vegetação típica da península de Yucatán, reforçando uma abordagem biofílica.
<b>ESTUDO FUNCIONAL</b>	
PROGRAMA	Possui 50 tendas flexíveis com 2 pátios verdes centrais; funciona como centro comunitário para atividades destinadas a eventos culturais e oficinas que promovem o bem-estar e a educação, além de atender o turismo local e fortalecer a economia comunitária.
CONFORTO AMBIENTAL	Ventilação cruzada e sombreamento eficiente; estrutura permite iluminação difusa sob a cobertura; materiais naturais auxiliam na climatização natural.
ORGANIZAÇÃO ESPACIAL	Volume disposto em uma malha estrutural de 8x8m, padronizado em 50 módulos; circulação clara e linear; possui pátios verdes centrais.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

### 4.1.3. Central de Abastecimento de Goiás / Eládio Dieste

A Central de Abastecimento de Goiás, também conhecida como CEASA, localizada em Goiânia (Figura 31), é uma das obras do renomado arquiteto uruguaio Eladio Dieste na região Centro-Oeste do país. O arquiteto introduziu a técnica da cerâmica armada no Brasil, aplicando a leveza nas formas e a espessura mínima nas coberturas (Suzuki, 2019).

Figura 30: Localização Brasil, Goiás e Goiânia



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Figura 31: Localização CEASA-GO em Goiânia



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A construção da CEASA Goiás se deu após discussões sobre as atividades informais causarem problemas urbanísticos na região. Antes de inaugurar a Central de Abastecimento, as atividades de comercialização de produtos aconteciam no Mercado Municipal da Vila Operária (Figura 32), no Mercado Municipal da Vila Nova e no Mercado Municipal de Campinas, em Goiânia. Nela, os comerciantes realizavam compra e venda, expondo seus produtos no chão (Lima *et.al*, 2015).

Figura 32: Mercado Municipal da Vila Operária



Fonte: CEASA-GO (2014)

Após a formalização conforme a Lei nº 5.557, de 20 de outubro de 1970, a construção do CEASA-GO se deu início. A unidade que foi inaugurada em 1976, possui 21.000 m<sup>2</sup> e é composta de blocos seriados em coberturas autoportantes, sendo 6 pavilhões de 16 abóbodas (CEASA-GO, 2010). O projeto se assemelha bastante à CEASA do Rio de Janeiro, pois seguem a mesma lógica de implantação, programa de necessidades, além de estarem localizadas próximas a rodovias, distantes de áreas centrais, de forma a facilitar o acesso, transporte e circulação dos hortigranjeiros.

Figura 33: CEASA-GO: Vista geral dos pavilhões em construção



Fonte: CEASA-GO

No início, a unidade contava com poucos boxes em funcionamento. Desde a sua fundação, o complexo funcionou sem um planejamento estratégico definido, mas passou por adequações ao longo dos anos. Dessa forma, as empresas atacadistas ficaram distribuídas de forma setorial entre os galpões (denominados GP's), o shopping e o pavilhão externo, organizados em boxes. O Galpão Não Permanente 1 (GNP-1), também chamado de Mercado do Produtor ou Pedra 1, é uma área aberta destinada à venda direta da produção rural para os compradores.

Figura 34: CEASA-GO: Vista da execução das abóbodas autoportantes



Fonte: CEASA-GO

O Galpão Não Permanente do Pequeno Comerciante 2 (GNPC-2), conhecido como Pedra 2, abriga tanto o comércio atacadista quanto o varejista. Já o Galpão Não Permanente do Pequeno Comerciante 3 (GNPC-3), é popularmente chamado de Rua do Milho e da Mandioca, sendo especializado na venda desses produtos (CEASA-GO, 2024).

Figura 35: Mapa interno CEASA-GO



Fonte: CEASA-GO

A escolha do projeto se justifica devido a localização no mesmo estado que se insere a proposta deste trabalho, o que possibilita uma maior compreensão e abordagem em relação ao contexto regional, social, cultural e climático. Essa proximidade territorial favorece a análise crítica da edificação e suas aplicabilidades e realidades semelhantes, principalmente em relação à produção agrícola e sua comercialização. Além disso, a forma como a CEASA-GO é organizada, influencia bastante no programa de necessidades do trabalho proposto. A setorização de galpões e o uso de áreas abertas e cobertas, trazem essa ideia funcional e flexível que se adequa a realidade dos pequenos produtores rurais locais e de onde ela se insere. Dessa forma, foram analisados aspectos de estudo morfológico e funcional, como apresentado na tabela a seguir (Tabela 5).

Tabela 5: Tabela de estudos morfológico e funcional

<b>ESTUDO MORFOLÓGICO</b>	
FORMA	Galpões cobertos por estruturas em arcos de dupla curvatura; longos eixos com uma série de pavilhões.
MATERIAIS	Tijolo cerâmico estrutural armado (cerâmica armada), utilizado na criação das abóbodas.
RELAÇÃO COM O ENTORNO	Implantação em larga escala; circulação aberta e fácil acesso; possui integração funcional ao tecido urbano e a BR-153; valorização da paisagem funcional.
<b>ESTUDO FUNCIONAL</b>	
PROGRAMA	Possui divisões setoriais claras e áreas administrativas.
CONFORTO AMBIENTAL	Possui abóbodas leves que permitem ventilação natural e iluminação difusa; a construção em cerâmica favorece o conforto térmico; espaços amplos e abertos melhoram a circulação.
ORGANIZAÇÃO ESPACIAL	Disposição modular repetitiva; setores bem definidos; hierarquia funcional adaptada ao uso; possui eixos circulatórios para pedestres e veículos.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A escolha dos estudos de caso foi guiada pela intenção de compreender diferentes escalas, contextos e soluções arquitetônicas aplicadas em projetos do mundo todo voltados para a produção local e o fortalecimento social desse meio. Todos os espaços são pensados como lugares de troca, mas também de encontro, sendo ambientes comerciais, mas também culturais e sociais. Além disso, outro ponto marcante é o uso dos materiais. Cada projeto traz uma leveza, utilizando materiais locais que se conectam com o contexto inserido. A adaptabilidade e as estratégias utilizadas para criar maior conforto térmico nos três projetos, foi um ponto marcante e fundamental para trazer como opção e solução para a proposta desenvolvida.

O Mercado de Agricultores de Tula, por exemplo, se integra junto com a paisagem rural e sua identidade local, a partir da simplicidade usual da forma. O Mercado de Nicolás Bravo, apresenta uma proposta modular, com pátios verdes centrais e passagens fluidas, garantindo sombras e conforto térmico. Já o CEASA-GO, além de possuir uma setorização funcional, apresenta uma solução sensacional de coberturas com iluminação zenital, através do uso da estrutura em formato de arcos. Cada projeto tem sua singularidade e cada uma contribui de uma forma única e fundamental para a criação de um novo projeto destinado aos pequenos produtores rurais.

Além disso, os três projetos priorizam circulação mais fluida, além de possuírem uma modularidade que se adapta conforme o uso ou crescimento do ambiente. Dessa forma, é notável que a simplicidade formal, o conforto térmico e a setorização funcional, serão potenciais pontos a serem trabalhados no projeto desenvolvido em Itaberaí-GO. A análise comparativa permitiu perceber que não existe apenas um único modelo ideal de mercado rural de produção e apoio para a agricultura familiar, mas que pode e deve ser sensível às necessidades de quem produz, consome e vive disso.

# 05 Projeto



### 5.1.1. Conceitos e Diretrizes Projetuais

O conceito do projeto surge a partir da valorização da agricultura familiar, utilizando a arquitetura como mediadora entre saberes do campo e dinâmicas urbanas a fim de fortalecer as redes de apoio, cultura e pertencimento local.

A proposta visa conectar saberes tradicionais e práticas contemporâneas por meio da criação de um ambiente que promova a integração social, capacitação técnica e comercialização de produtos, integrado com a harmonia da paisagem natural da região. Dessa forma, como diretrizes projetuais, pode-se destacar a integração com o entorno, a setorização funcional em blocos, o uso de soluções sustentáveis e bioclimáticas, acessibilidade e mobilidade, espaços de permanência e encontro, flexibilidade de uso, além de garantir a valorização da cultura local.

Como forma de traduzir os princípios que orientam o partido arquitetônico do Centro de Apoio ao Pequeno Produtor Rural, foram desenvolvidas colagens conceituais que representam os valores e intenções do projeto. Por meio das colagens, busca-se reforçar a ideia de um espaço que valoriza a terra e a cultura local, a coletividade e a relação campo-cidade. Os elementos visuais, como a vegetação, estruturas e espaços de contemplação, indicam a intenção de criar um ambiente funcional, sustentável e principalmente, acolhedor. Assim, as colagens atuam como ponto de partida para o estudo arquitetônico.

Figura 36: Colagem 1



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Figura 37: Colagem 2



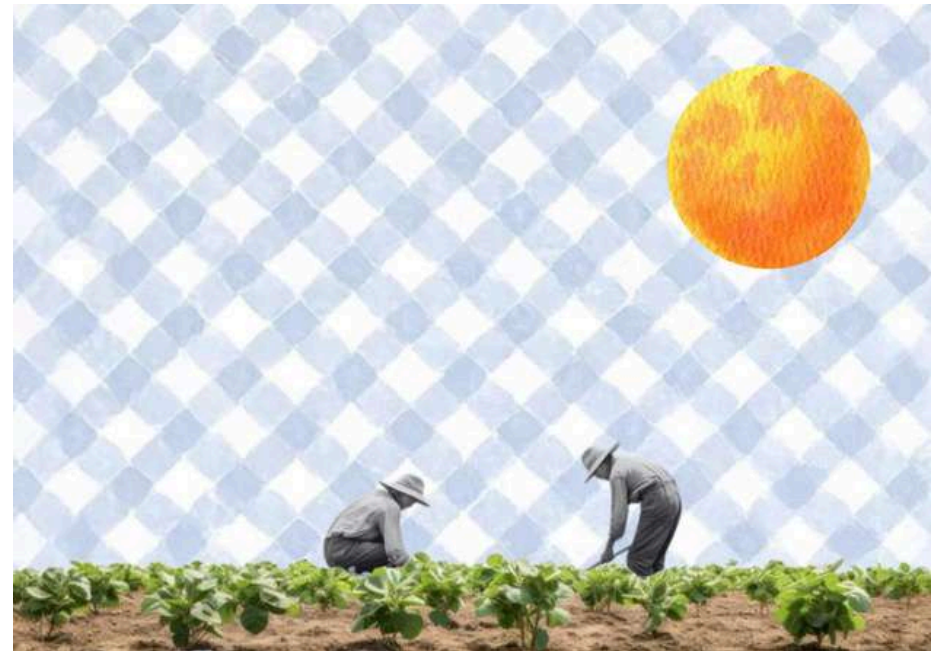
Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Figura 38: Colagem 3



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Figura 39: Colagem 4



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

## 5.1.2. Programa de necessidades

O programa de necessidades foi organizado em seis setores principais, sendo eles: área de recepção e apoio técnico, capacitação, área de produção, comercialização, serviço e área externa complementar, levando em consideração as necessidades dos usuários e as possibilidades encontradas. Na tabela a seguir (Tabela 6), é possível ver quais ambientes cada setor contempla, seu dimensionamento e as principais atividades a serem desenvolvidas. Por fim, foi realizada uma estimativa da área total do Centro de Produção e Apoio aos Pequenos Produtores Rurais.

A partir da análise feita, é possível estabelecer uma conexão entre alguns eixos em específico e criar uma setorização funcional e ao mesmo tempo flexível, que se adapte as necessidades dos usuários.

Tabela 6: Programa de necessidades

PROGRAMA DE NECESSIDADES			
SETOR	AMBIENTE	ÁREA	USO
Área de recepção e apoio técnico	Recepção	32 m <sup>2</sup>	Espaço de acolhimento e orientação dos visitantes e produtores, com área de espera.
	Sala administrativa	16 m <sup>2</sup>	Local destinado à gestão administrativa, atendimento interno e controle de atividades do centro.
	Diretoria	16 m <sup>2</sup>	Ambiente reservado à coordenação geral.
	Sala de reunião	32 m <sup>2</sup>	Espaço para encontros de equipe, planejamento de atividades e reuniões com produtores e técnicos.
	Sala de apoio técnico	32 m <sup>2</sup>	Suporte aos pequenos produtores e suas atividades no campo.
	Copa	16 m <sup>2</sup>	Sala de apoio às equipes técnicas e administrativas, destinada à preparação de lanches rápidos.
	Almoxarifado	16 m <sup>2</sup>	Sala destinada para o armazenamento de documentos técnicos.
	Sanitários	48 m <sup>2</sup>	Atender funcionários, alunos e prestadores de serviço em áreas operacionais do centro.
Capacitação	Salas de capacitação	32 m <sup>2</sup>	Espaço para aulas teóricas e atividades de formação voltadas à agricultura sustentável e gestão rural.
	Salas de oficinas/cursos	32 m <sup>2</sup>	Ambiente prático para oficinas de transformação de alimentos, artesanato e técnicas agrícolas.
	Salas multiuso	16 - 100 m <sup>2</sup>	Espaço flexível para eventos, palestras, feiras internas e encontros comunitários.

Tabela 6: Programa de necessidades

<b>PROGRAMA DE NECESSIDADES</b>			
<b>SETOR</b>	<b>AMBIENTE</b>	<b>ÁREA</b>	<b>USO</b>
Capacitação	Laboratório	96 m <sup>2</sup>	Ambiente destinado à análises básicas de solo, sementes e preparo de substratos.
	Refeitório	200 m <sup>2</sup>	Área de convivência e alimentação para funcionários, alunos e visitantes.
	Cozinha	54 m <sup>2</sup>	Suporte às atividades do refeitório e às oficinas de capacitação em processamento alimentar.
	Refrigeração	8 m <sup>2</sup>	Armazenamento de produtos refrigerados
	Dispensa	8 m <sup>2</sup>	Armazenamento de produtos
	Sanitários	48 m <sup>2</sup>	Atender funcionários, alunos e prestadores de serviço em áreas operacionais do centro.
	Horta aberta	-	Área de cultivo a céu aberto para práticas agroecológicas, produção de hortaliças e atividades de ensino.
	Horta em estufa	1000 m <sup>2</sup>	Estrutura coberta destinada à produção controlada e a experimentos agrícolas, utilizada em oficinas e aulas práticas.
Comercialização	Feira coberta (bancas modulares)	2500 m <sup>2</sup>	Espaço destinado à venda direta dos produtos da agricultura familiar, com estrutura modular que favorece a flexibilidade de uso e organização das bancas.

Tabela 6: Programa de necessidades

<b>PROGRAMA DE NECESSIDADES</b>			
<b>SETOR</b>	<b>AMBIENTE</b>	<b>ÁREA</b>	<b>USO</b>
Serviço	Armazém	1240 m <sup>2</sup>	Área destinada ao armazenamento de produtos agrícolas, insumos e materiais de uso geral.
	Estacionamento	-	Área destinada ao estacionamento de veículos de visitantes, funcionários e prestadores de serviço.
Área externa complementar	Mirante	-	Ponto de observação de contemplação da paisagem local.
<b>TOTAL</b>	<b>5600 m<sup>2</sup></b>		

A área total apresentada (5.600 m<sup>2</sup>) corresponde a uma média estimada, sujeita a ampliação conforme o desenvolvimento das áreas livres e dos espaços de uso variável, cujas dimensões finais serão definidas nas etapas subseqüentes do projeto.

A disposição dos ambientes do Centro de Apoio ao Pequeno Produtor Rural foi pensada de forma a otimizar os fluxos funcionais e reforçar o caráter pedagógico do projeto. O refeitório e a cozinha industrial foram alocados no setor de capacitação, pois cumprem papel essencial no processo de ensino e aprendizagem. Esses espaços não se destinam apenas à alimentação dos usuários, mas também servem como ambientes didáticos, voltados à realização de oficinas, cursos e práticas relacionadas ao processamento de alimentos e à alimentação sustentável. Assim, integram-se às demais salas de aula e laboratórios, promovendo a troca de conhecimento entre produtores, técnicos e visitantes.

Apesar de vinculados ao setor de capacitação, o refeitório e a cozinha mantêm relação funcional direta com o setor de serviço, garantindo eficiência nos fluxos de abastecimento, higienização e descarte de resíduos. Essa integração facilita o funcionamento cotidiano, sem comprometer o caráter educativo dos ambientes.

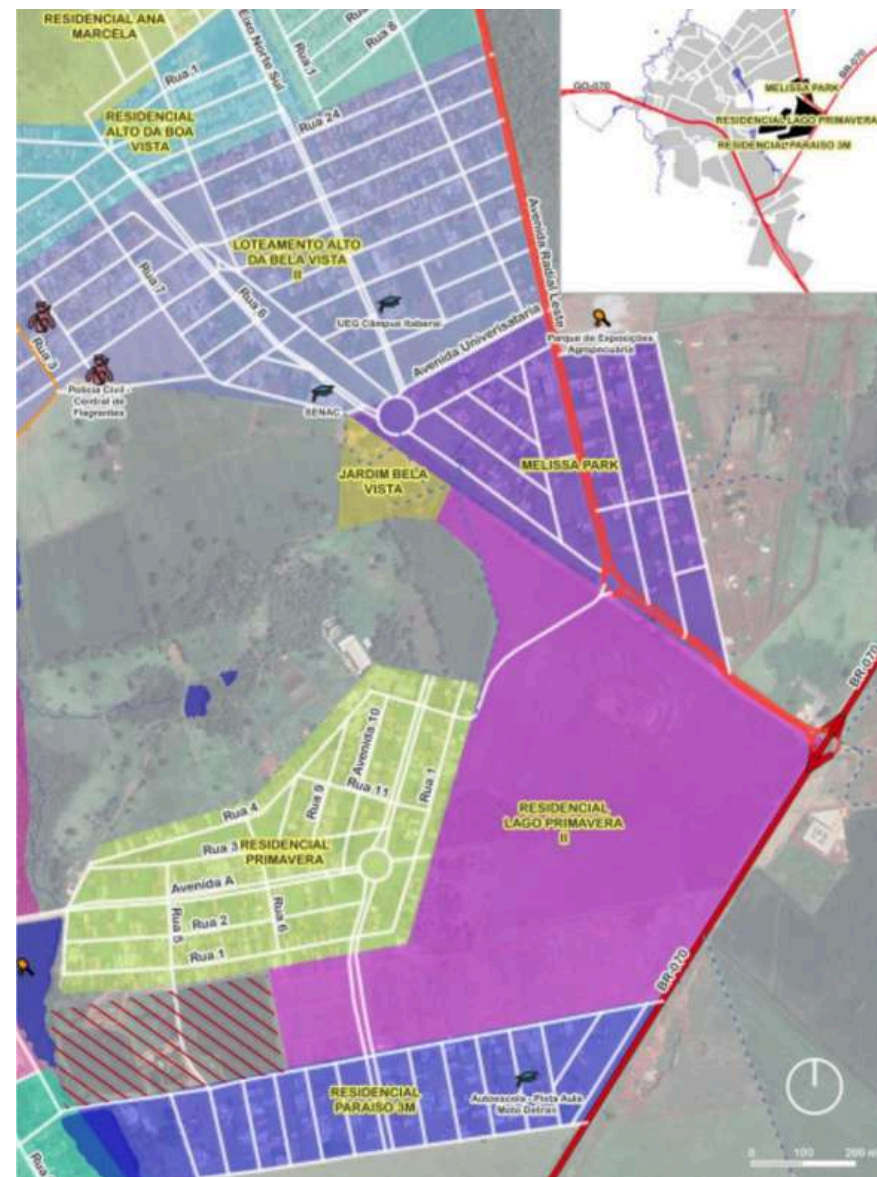
As hortas, por sua vez, foram inseridas no setor de capacitação, por desempenharem função prática e experimental dentro das atividades do centro. Divididas em áreas abertas e estufas, essas estruturas funcionam como laboratórios vivos, onde são desenvolvidas práticas de cultivo agroecológico, manejo sustentável e experimentação agrícola. Além do uso didático, as hortas contribuem para a paisagem do conjunto, reforçando a conexão entre o espaço construído e o ambiente natural, princípio central do projeto.

### 5.1.3. Primeiras aproximações

A gleba escolhida para a implantação do projeto fica localizada na região limítrofe entre áreas de uso rural e de expansão urbana no município de Itaberaí - GO, próxima ao Lago Primavera. Atualmente, a área está inserida em uma área de uso agrícola próximo ao Residencial Primavera, Residencial Lago Primavera II e Residencial Paraíso 3M (Figura 40).

A região encontra-se em processo de transformação, com obras de infraestrutura viária, abertura e pavimentação de vias de acesso, além da revitalização do Lago Primavera, o que configura uma possível implantação futura de um loteamento na área. Em Itaberaí, o zoneamento urbano está definido na Lei ordinária 1056/2009, onde há a divisão de Macrozonas que compõem a cidade, sendo elas, nove urbanas e duas rurais. As Macrozonas têm o intuito de separar as áreas do município, levando em consideração os investimentos públicos, ordenando assim, uma maior e melhor distribuição de infraestrutura e serviços públicos (Prefeitura de Itaberaí, 2023).

Figura 40: Mapa de zoneamento de Itaberaí-GO



Fonte: Prefeitura de Itaberaí (2023).

A Lei de Parcelamento do Solo de Itaberaí, apresenta as condições a serem atendidos para o caso de transformação do solo rural para fins urbanos e os requisitos para a implantação da modalidade de loteamento, para fins urbanos, de imóvel rural, com vistas à formação de núcleos urbanos, ou à formação de sítios de recreio, ou à industrialização (Relatório do Novo Plano Diretor de Itaberaí, pág. 219).

Para tal, propõe-se que a área seja de interesse público, modificando o uso atual da gleba. A proximidade com o Lago Primavera, cartão postal do município, confere ao terreno uma ambiência privilegiada, com grande potencial paisagístico, além de representar uma oportunidade estratégica para o desenvolvimento de um equipamento voltado ao fortalecimento da agricultura familiar e à valorização da cultura local.

Do ponto de vista topográfico, o terreno apresenta leve declividade (Figura 41), favorecendo o escoamento natural das águas pluviais, além de permitir uma implantação com menor necessidade de movimentação de terra. Além disso, essa característica também contribui para a valorização das vistas em direção ao Lago Primavera, elemento natural de destaque no entorno que pode ser integrado ao projeto paisagístico, resultando em um espaço de contemplação e permanência.

Figura 41: Área de estudo com curvas de nível



Fonte: Adaptado de Google Maps (2025).

Em relação a hierarquia viária da região (Figura 42), a Avenida Vicente da Silva Melo (destacada em vermelho) é a principal via sentido Leste-Oeste, responsável pela ligação entre bairros e que faz conexão direta com a BR-070, indicando sua função de escoamento de tráfego urbano e intermunicipal. As vias coletoras servem como intermediárias, sendo importantes para a conexão entre as vias locais e arteriais, facilitando o deslocamento da vizinhança. Já as vias locais (em amarelo), constituem a maior parte da malha viária, sendo vias de acesso diretas à loteamentos e residências, favorecendo boa acessibilidade interna. Dessa forma, a localização com uma hierarquia viária clara e funcional, favorece a implantação do centro de apoio, reforçando essa conectividade e integração entre rural e urbano.

Para a próxima etapa do projeto, propõe-se a abertura de uma nova via que conecte diretamente a área de intervenção à BR-070, visando facilitar a acessibilidade ao local. Essa nova conexão reforçará a integração entre a malha viária existente e o centro de apoio, garantindo maior fluidez no trânsito e melhorando o escoamento tanto do tráfego local quanto do intermunicipal.

Figura42: Mapa de Hierarquia Viária



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A gleba ainda possui orientação solar favorável (Figura 43), com fachadas predominantemente voltadas para o norte, possibilitando maior aproveitamento da luz natural nos ambientes, auxiliando assim, na configuração do posicionamento dos volumes, resultando em um edifício com boas estratégias bioclimáticas, sombreamento e ventilação cruzada. Outra potencialidade é o Lago Primavera, que além de ser um elemento importante para a conexão do espaço, também contribui com o microclima local. Além disso, na região escolhida, os ventos predominam do Leste, influenciando diretamente na ventilação natural dos espaços, favorecendo o confortotérmico e reduzindo a necessidade de climatização artificial.

Figura 43: Mapa de meios físicos



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

### 5.1.4. Diretrizes legais e ambientais para ocupação da área

Diante do contexto de transição rural-urbana e da valorização paisagística associada à proximidade do Lago Primavera, impõe-se uma análise integrada entre os instrumentos urbanísticos municipais e as normas ambientais federais, que delimitam os espaços edificáveis, as margens de preservação e os recuos obrigatórios.

Integração com o zoneamento municipal e diretrizes do Plano Diretor Conforme a Lei Ordinária nº 1.056/2009, que institui o Plano Diretor de Ordenamento Territorial de Itaberaí, o município adota a divisão de macrozonas com atribuições e normas específicas para cada zona urbana e rural (Itaberaí, 2009). Essa lei formaliza os instrumentos de planejamento urbano previstos no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), determinando que o uso e ocupação do solo sejam regulados por diretrizes urbanísticas e pela compatibilidade com a infraestrutura disponível (Brasil, 2001).

O processo de revisão do Plano Diretor de Itaberaí enfatiza a elaboração de novos mapas de zoneamento, uso e ocupação do solo e faixas de proteção ambiental, integrados à dinâmica urbana e rural do município (ITCO, 2023). Essa atualização visa consolidar regras específicas para áreas de expansão ou de transição, como a gleba em estudo, e servir como base para aprovação de projetos de parcelamento ou loteamento.

Portanto, o projeto deverá observar as diretrizes e índices que o Plano Diretor estabeleça para aquela macrozona, tais como: coeficiente de aproveitamento, taxa de ocupação, altura máxima permitida, recuos mínimos e padrão de permeabilidade.

### Limites ambientais: APPs e vegetação nativa

Em âmbito federal, a Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal) disciplina as áreas de Preservação Permanente (APPs) e as reservas legais, aplicáveis inclusive em glebas em processo de urbanização (Brasil, 2012). Segundo o Código Florestal, toda margem de curso d'água natural ou corpo hídrico deve contar com faixa de APP mínima - 30 metros nas margens de corpos hídricos.

No caso do terreno escolhido, enquanto ainda não urbanizado, pode possuir passivo ambiental ou exigência de recomposição de vegetação conforme o regime de reserva legal (Art. 12 da Lei nº 12.651.2012). Ao ser transformado para uso urbano, tais condicionantes devem ser considerados e, se necessário, regularizados para que a implantação seja legalizada.

## **Recuso urbanísticos e compatibilidade com o entorno**

Na transição entre rural e urbano, as diretrizes urbanísticas exigem que os recuos mínimos previstos no Código de Obras e na Lei de Uso e Ocupação do Solo sejam respeitados, mas também que o projeto dialogue com o entorno imediato, garantindo fluidez visual, ventilação e integração paisagística com o lago.

Recuos frontais, laterais e de fundos devem ser compatíveis com as normas vigentes do município e ajustados à zona em que o lote se insere, considerando ruas futuras de acesso, áreas verdes de borda, corredores ecológicos e fluxos visuais.

As normas para recuos mínimos em edificações públicas não são especificadas de forma explícita no Código de Obras e Edificações do Município de Itaberaí (Lei Ordinária nº 257/1980). No entanto, é comum que as edificações públicas sigam as diretrizes gerais estabelecidas para edificações em áreas urbanas.

- Recuo frontal: é aconselhável manter um afastamento mínimo de 5 metros da fachada principal ao alinhamento da via pública;
- Recuo lateral: Um afastamento mínimo de 2 metros em relação às divisas laterais do terreno;
- Recuo de fundo: Um afastamento mínimo de 2 metros em relação à divisa de fundo do terreno.

Essas medidas visam garantir ventilação, iluminação e segurança das edificações, além de contribuir para a estética e funcionalidade do espaço urbano.

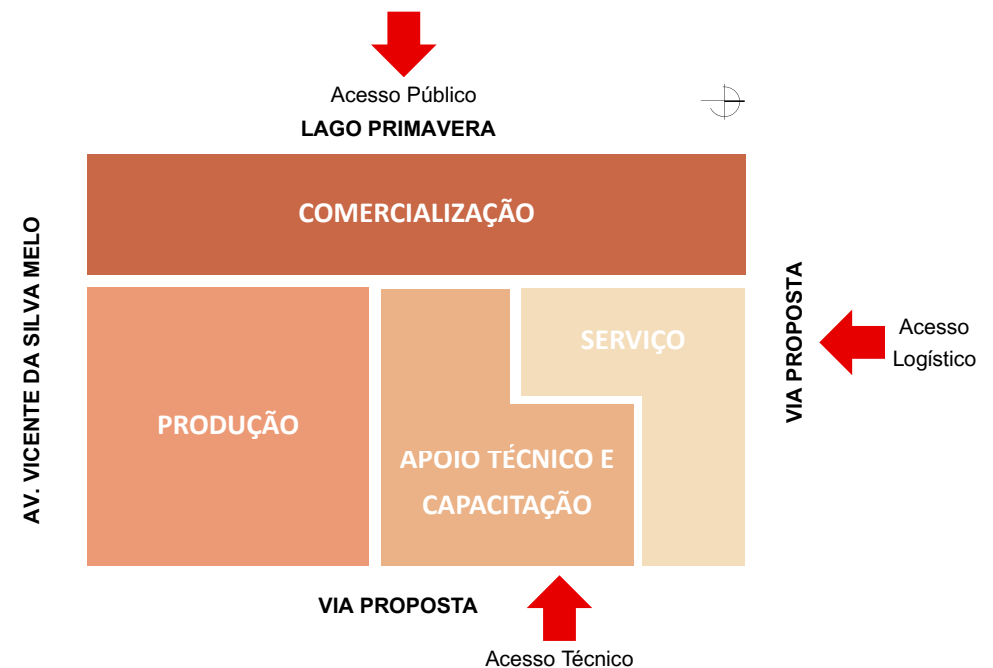
### 5.1.5. Plano de massas

O plano de massas desenvolvido para o centro foi pensando levando em consideração aspectos funcionais, acessível e que fossem articulados com o entorno imediato. A proposta busca uma conexão fluida entre os setores, respeitando a hierarquia viária e o contexto paisagístico do local.

A implantação da edificação conta com quatro frentes viárias, sendo a Avenida Vicente da Silva Melo a mais significativa, pois estabelece a principal conexão do acesso público ao centro. Além disso, com o intuito de facilitar o escoamento da produção e organizar o acesso técnico e logístico do complexo, foi proposta uma nova via, com conexão direta a BR-070.

Dessa forma, foram definidos três tipos de acessos distintos, sendo eles: o acesso público, que se dá pela nova rua em frente ao Lago Primavera, voltado exclusivamente para o eixo de comercialização; o acesso técnico pela via não pavimentada, voltado para as áreas de apoio técnico e capacitação; e o acesso logístico, pela nova via proposta, voltado à produção e serviço, garantindo essa separação entre fluxos de cargas e pedestres.

Figura 44: Organograma



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A disposição geral dos blocos resulta em uma integração funcional e harmônica com a malha urbana existente e proposta. Além disso, considerando a proximidade próxima com o Lago Primavera e a declividade acentuada nessa região, será proposto a implantação de espécies nativas para contribuir com a contenção de processos erosivos, melhorar a infiltração da água no solo, além de servir como barreira protetiva para o centro.

## 5.1.6. Modificações do entorno

Figura 45: Entorno da área de intervenção



Fonte: Google Earth (2025)






Figura 46: Intervenções propostas



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A comparação entre as imagens evidencia as estratégias de reestruturação urbana propostas para o entorno da área de intervenção. O diagnóstico inicial revela um tecido fragmentado, com grandes vazios urbanos, uso predominantemente rural e ausência de diretrizes de parcelamento, o que resulta em baixa integração com o bairro consolidado ao redor.

O plano proposto organiza o território por meio da definição de novos lotes, quadras e vias, promovendo maior conectividade e continuidade do traçado urbano. A incorporação de áreas destinadas à produção agrícola, à implantação de equipamentos comunitários e a criação de uma faixa de permanência verde fortalece as relações entre espaço construído, atividades produtivas e espaços públicos.

-  Ciclofaixa
-  Gleba
-  Lotes propostos
-  Faixa de permanência verde
-  Lotes propostos pela Prefeitura de Itaberaí

## 5.1.7. Pensando o projeto

Antes de se materializar em forma construída, o projeto nasce da leitura atenta do lugar. A compreensão do terreno, os fluxos, preexistências e relações com o entorno foi determinante para orientar as decisões projetuais. Mais do que um suporte físico, o solo é entendido como agente ativo, capaz de conduzir a implantação, os percursos e a disposição dos volumes.

A topografia existente, associada às dinâmicas de acesso, insolação e ventilação, fundamenta a organização espacial do conjunto, buscando minimizar intervenções agressivas e valorizar as características naturais do sítio. Dessa forma, o projeto se estrutura a partir do diálogo entre arquitetura, paisagem e uso, estabelecendo uma implantação que respeita o território e reforça sua vocação produtiva e coletiva.



Dessa forma, a implantação dos blocos foi pensada para garantir organização, funcionalidade e integração entre os diferentes usos. O conjunto se estrutura a partir de um eixo público que conecta a praça com o parquinho, o estacionamento, o mirante e a área de comercialização. Esse eixo serve como espaço de convivência e como transição entre a cidade e o equipamento produtivo.

O bloco de comercialização foi implantado voltado para a área pública, aproveitando o fluxo natural de pessoas e criando uma atmosfera convidativa, com quiosques e boxes que valorizam a produção local. Mais ao fundo e restrito ao público externo, fica o bloco de serviços e armazém, conectado diretamente ao acesso logístico. Essa decisão evita conflitos entre carga e visitantes, garantindo segurança e melhor funcionamento.

O bloco de capacitação é o setor mais educacional e de uso frequente. Seu acesso técnico facilita o acesso de produtores, estudantes e técnicos que participam de oficinas e cursos. Já as estufas e áreas de produção foram implantadas em um setor mais reservado, porém integrado ao fluxo interno do conjunto, permitindo fácil manejo e observação pelos produtores durante as capacitações.

Essa organização cria setorização clara, favorece a ventilação cruzada e fortalece a conexão entre produção, capacitação e comercialização, que é o eixo central do projeto.

# Implantação

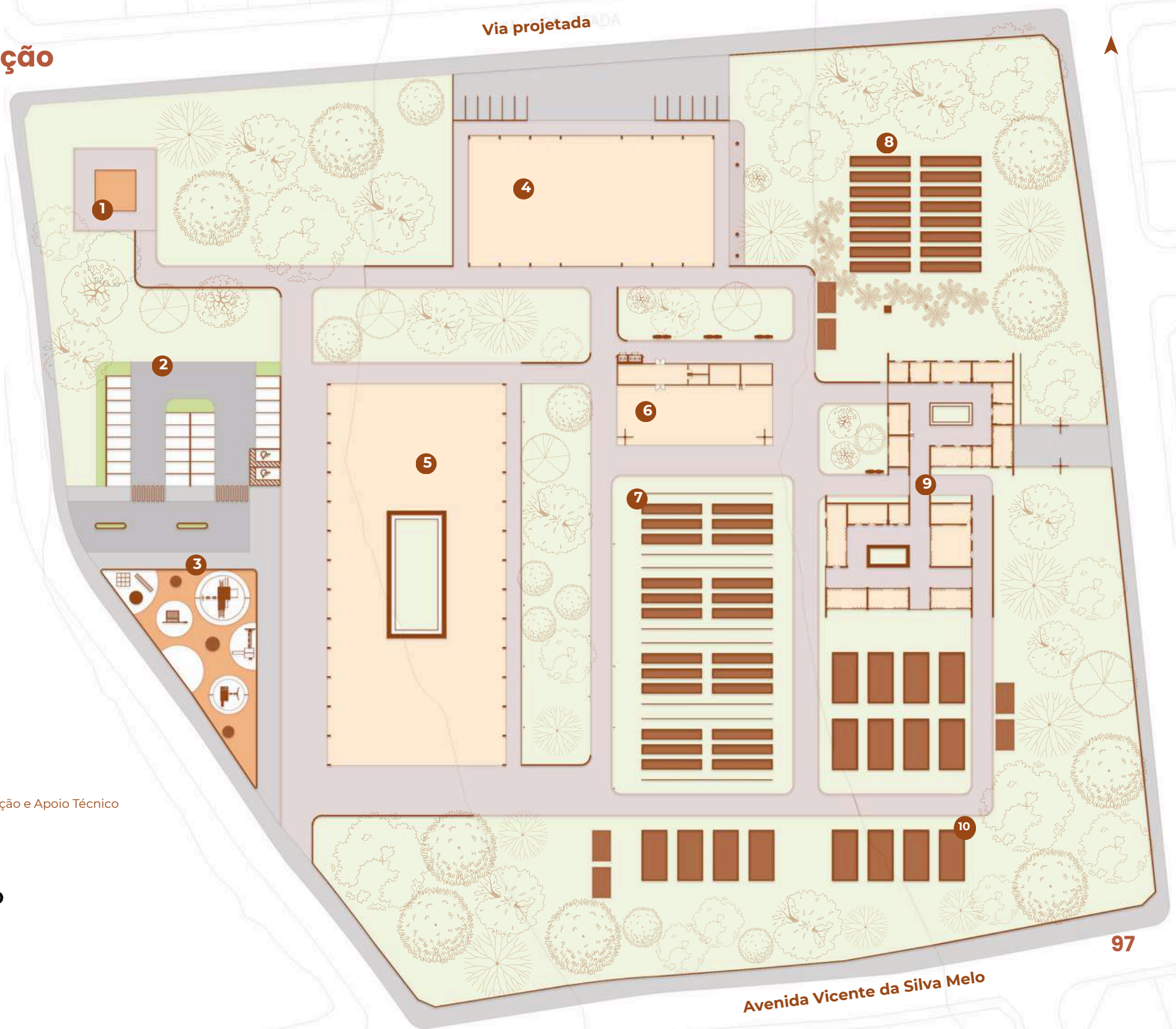
Via projetada

Lago Primavera

- Legenda:**
- 1 Mirante
  - 2 Estacionamento
  - 3 Parquinho
  - 4 Armazém
  - 5 Feira coberta
  - 6 Refeitório
  - 7 Estufas
  - 8 Composteira
  - 9 Bloco de Capacitação e Apoio Técnico
  - 10 Área de plantio

## IMPLANTAÇÃO

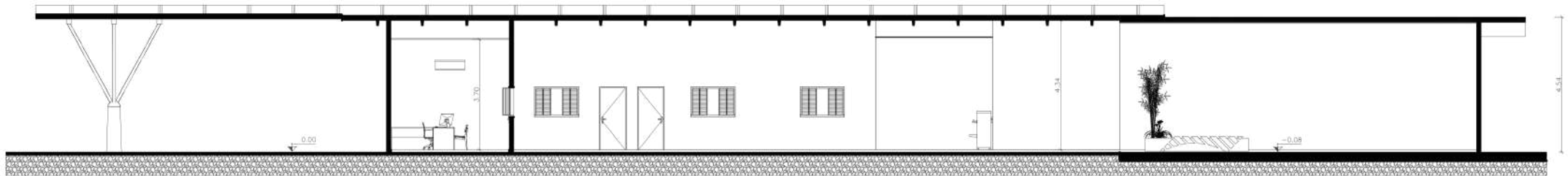
esc: 1/500



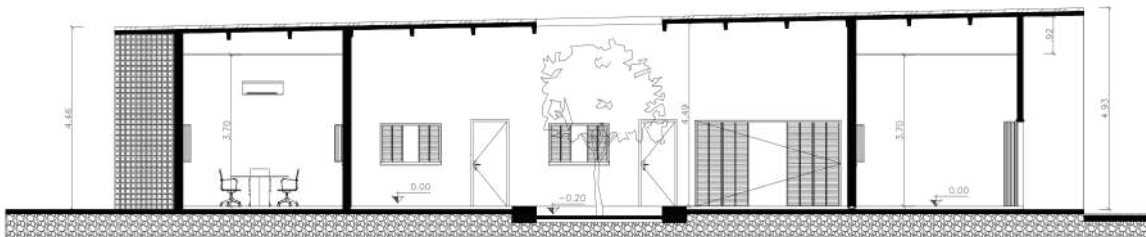


## Cortes

### Bloco de capacitação



**CORTE A**  
esc: 1/100



**CORTE B**  
esc: 1/100

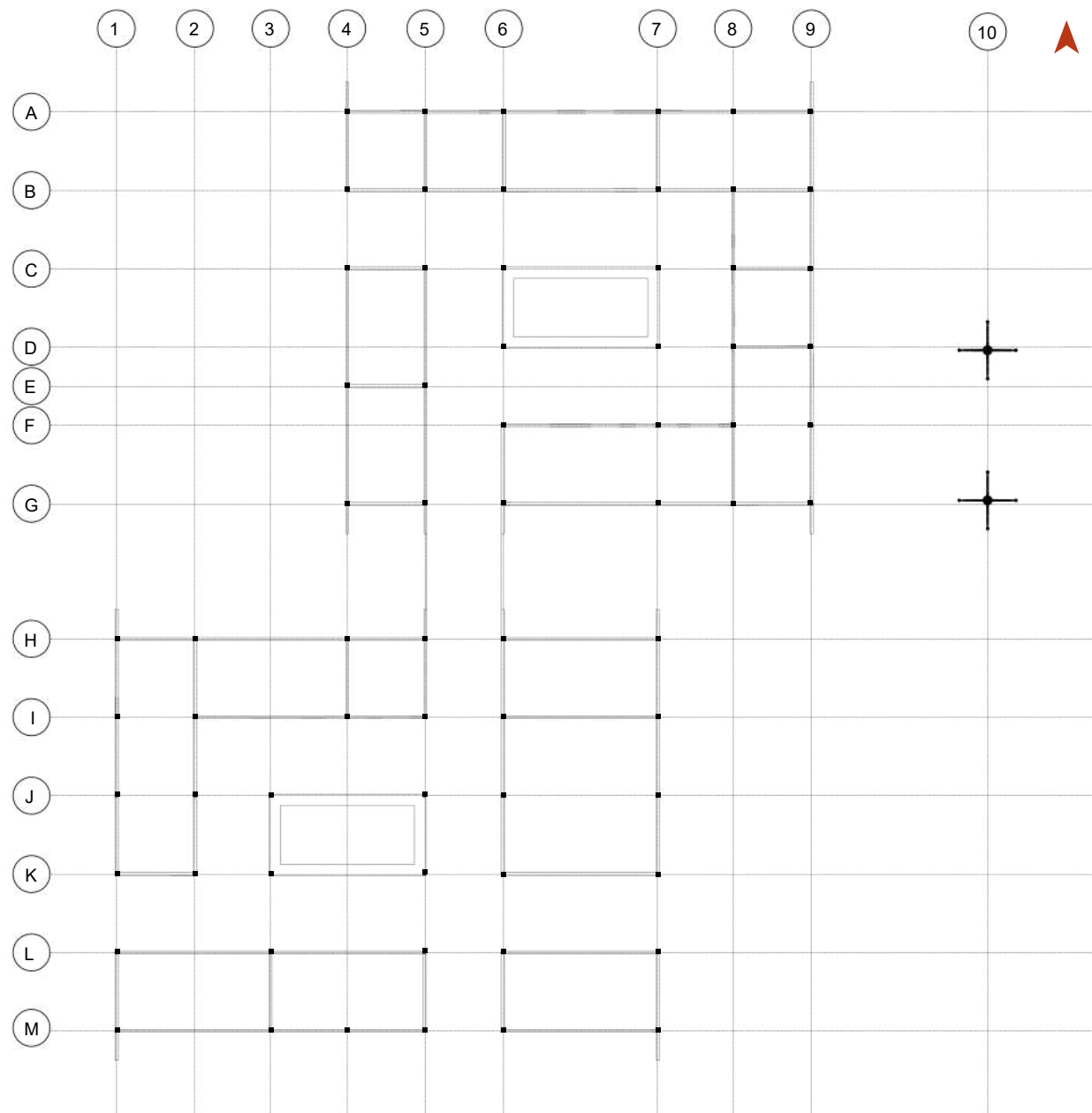
## Planta de eixos estruturais Bloco de capacitação

A planta de eixos apresenta a modulação estrutural adotada no bloco, organizada para garantir vãos eficientes, repetição construtiva e redução de custos executivos.

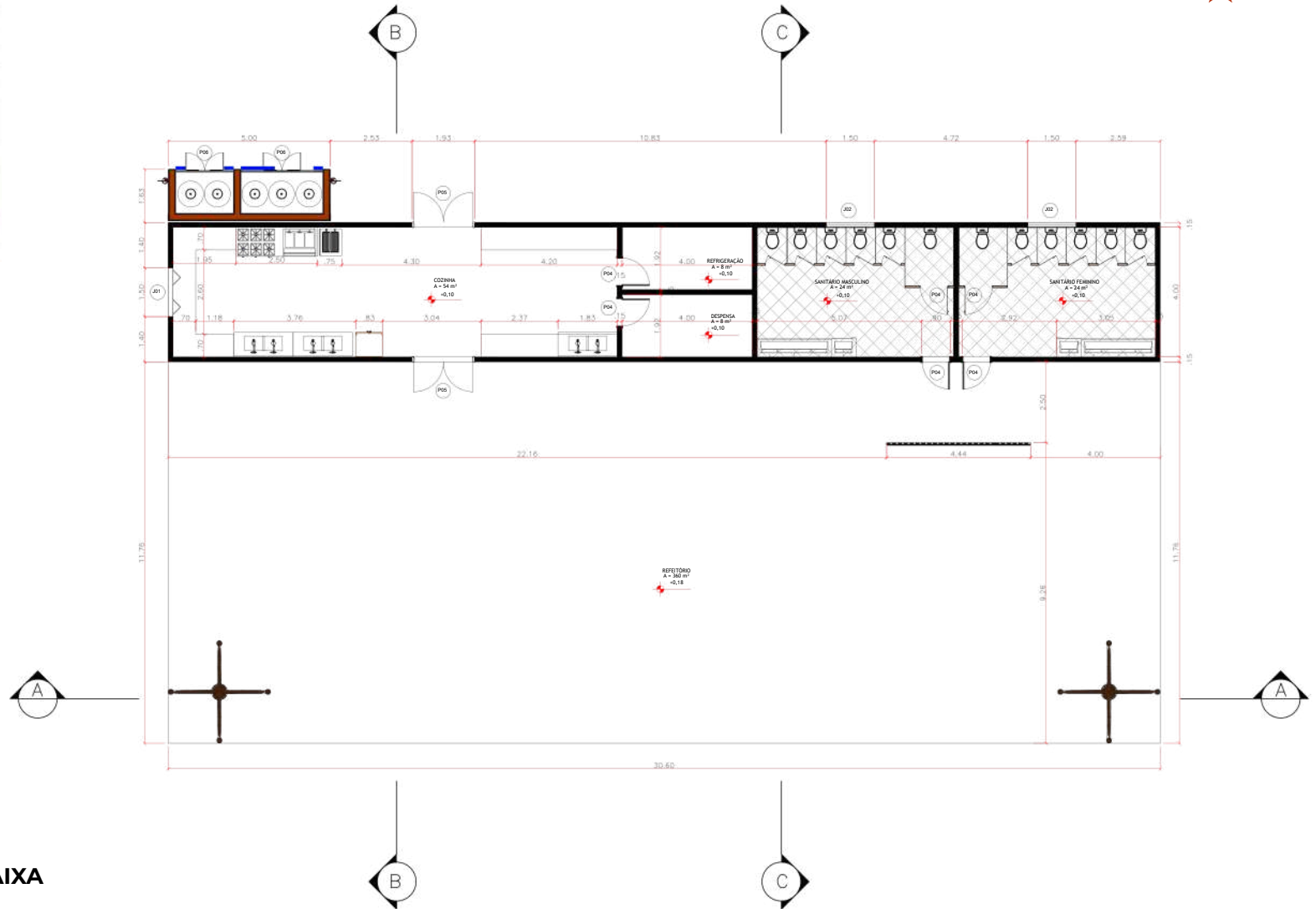
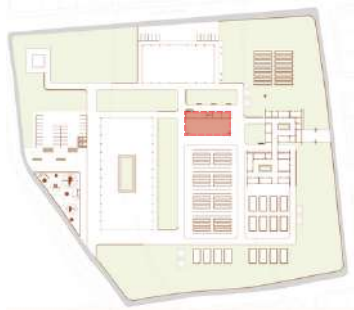
Todos os pilares seguem o mesmo módulo e seção estrutural, com exceção do pilar localizado no setor dos sanitários, que recebeu dimensionamento diferenciado devido às particularidades funcionais e espaciais do ambiente.

### PLANTA DE EIXOS

esc: 1/200

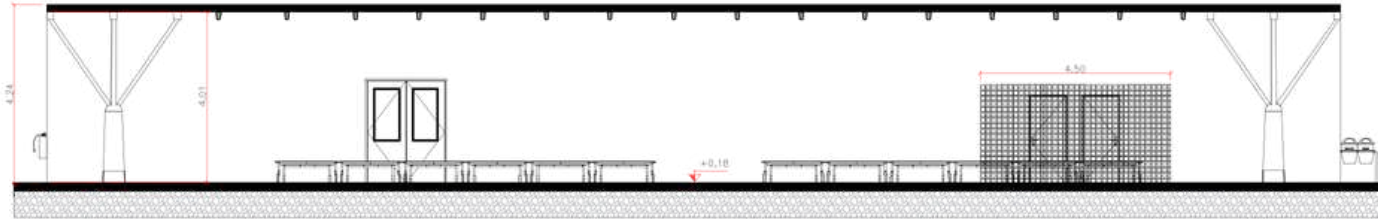


# Planta técnica Refeitório

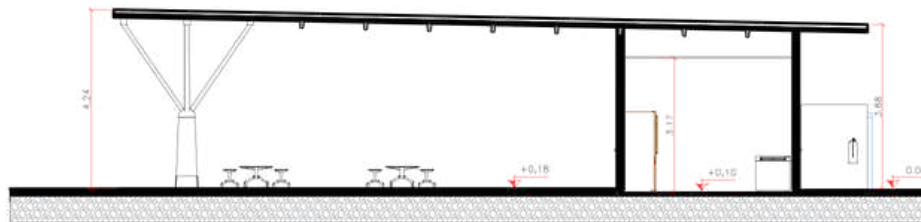


**PLANTA BAIXA**  
esc: 1/100

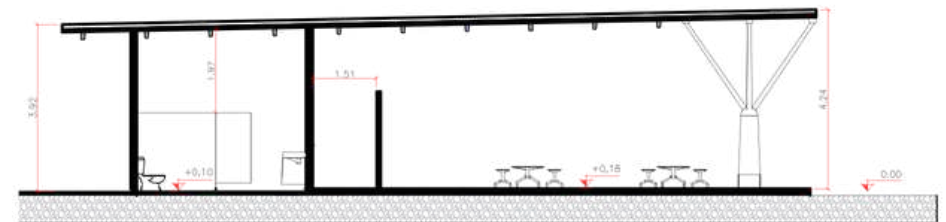
## Cortes Refeitório



**CORTE A**  
esc: 1/100

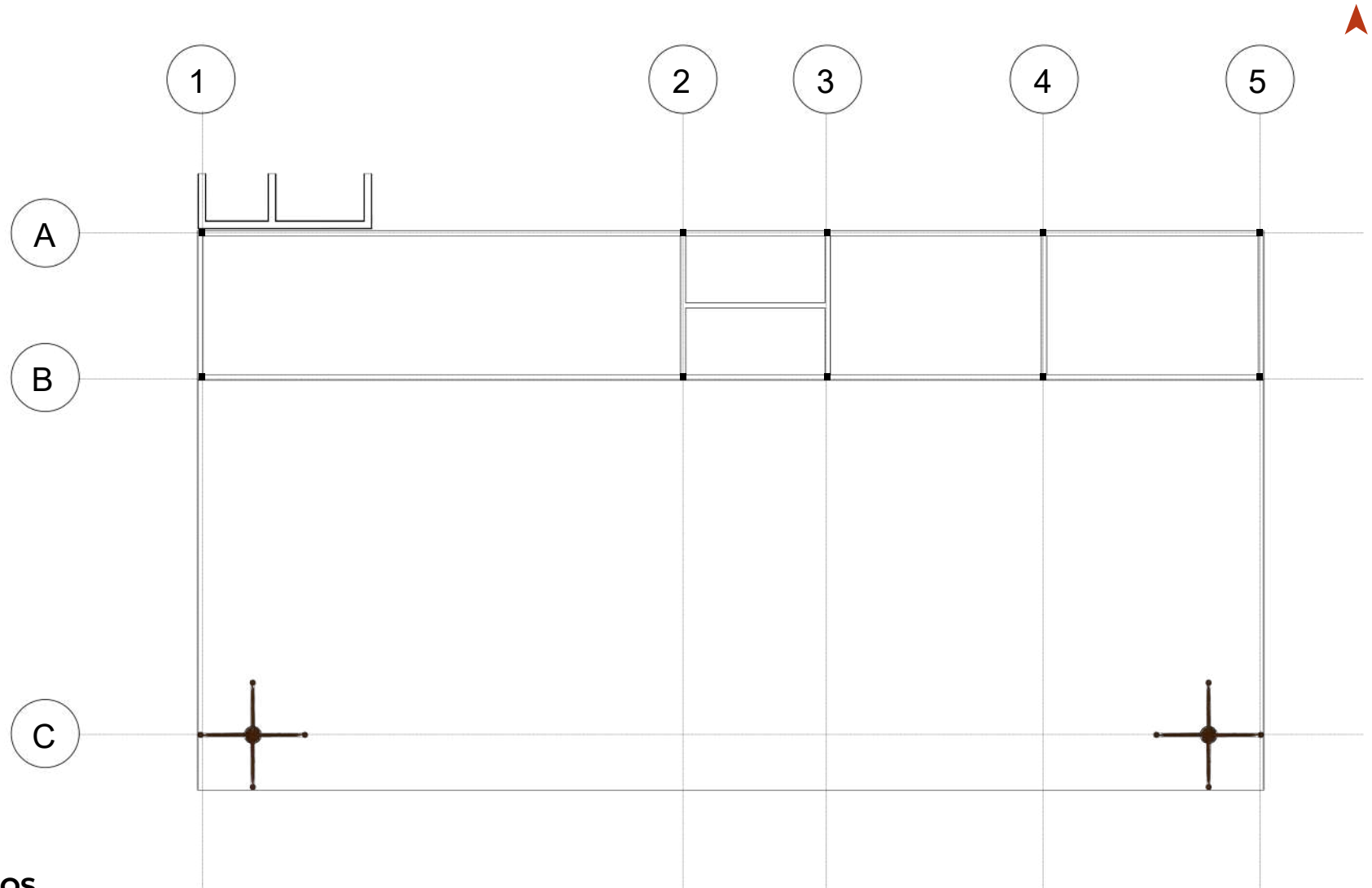


**CORTE B**  
esc: 1/100



**CORTE C**  
esc: 1/100

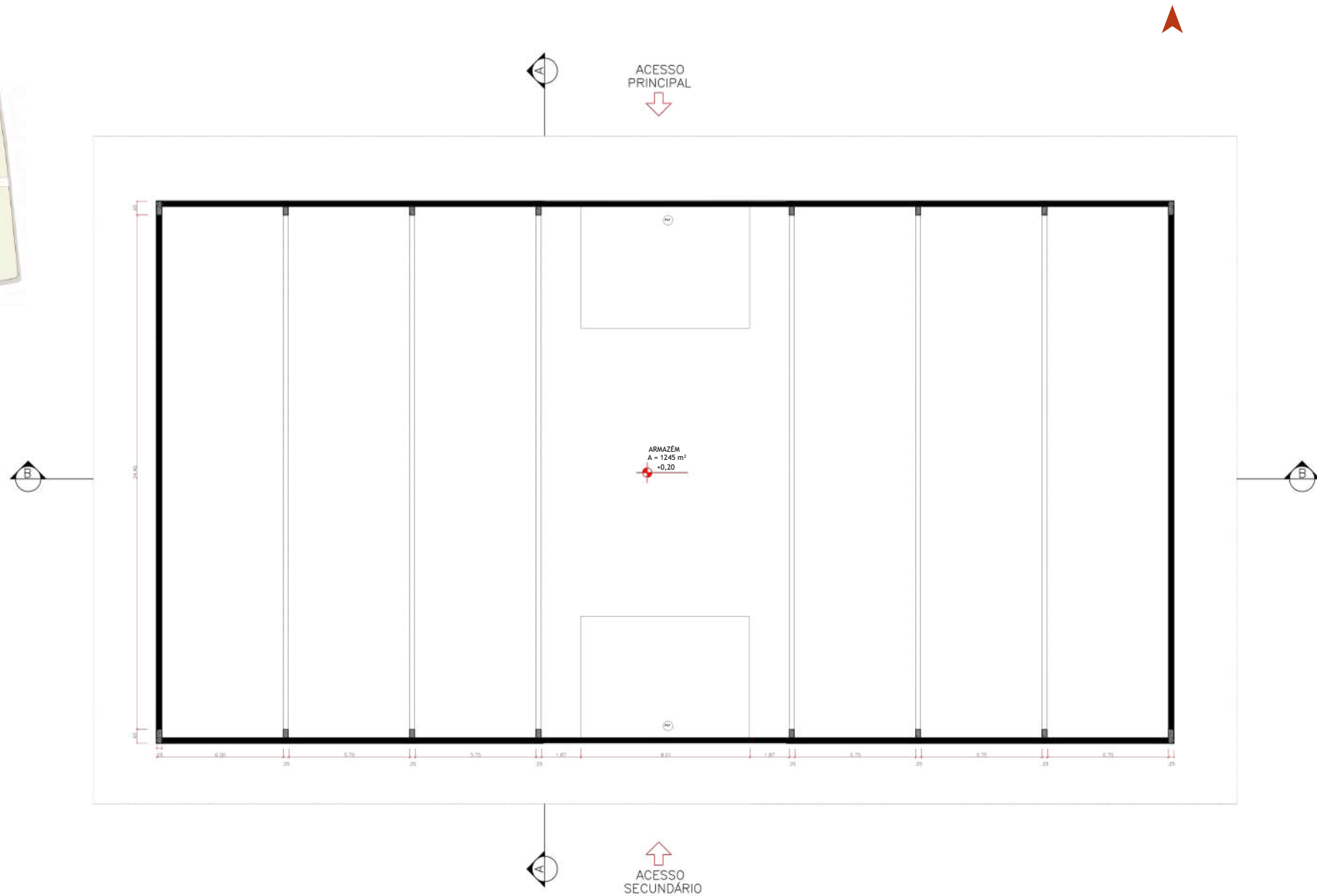
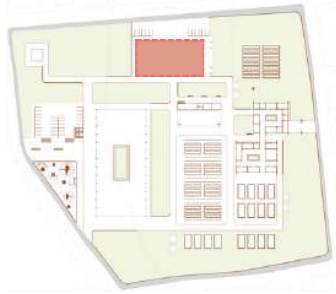
## Planta de eixos estruturais Refeitório



**PANTA DE EIXOS**

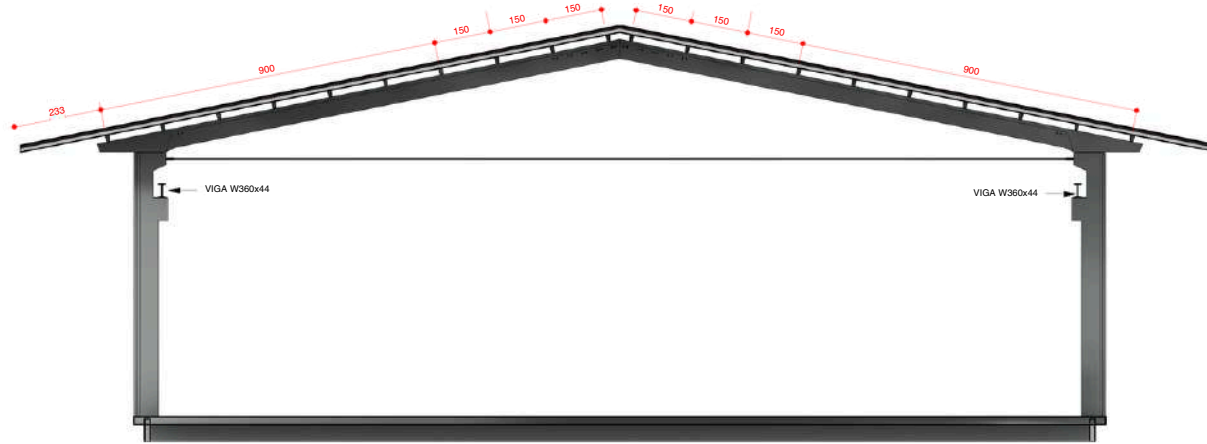
esc: 1/100

# Planta técnica Armazém

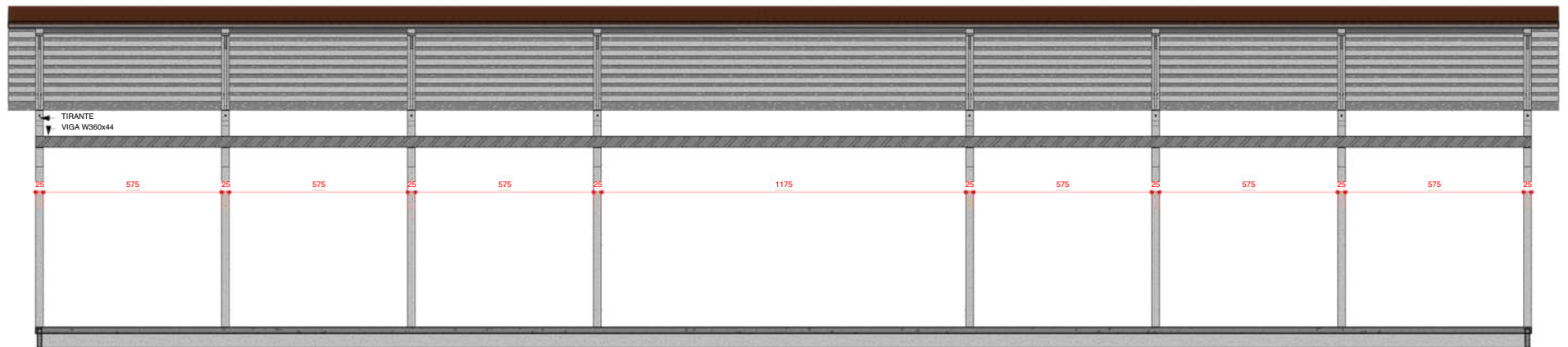


**PANTA BAIXA**  
esc: 1/125

# Cortes Armazém

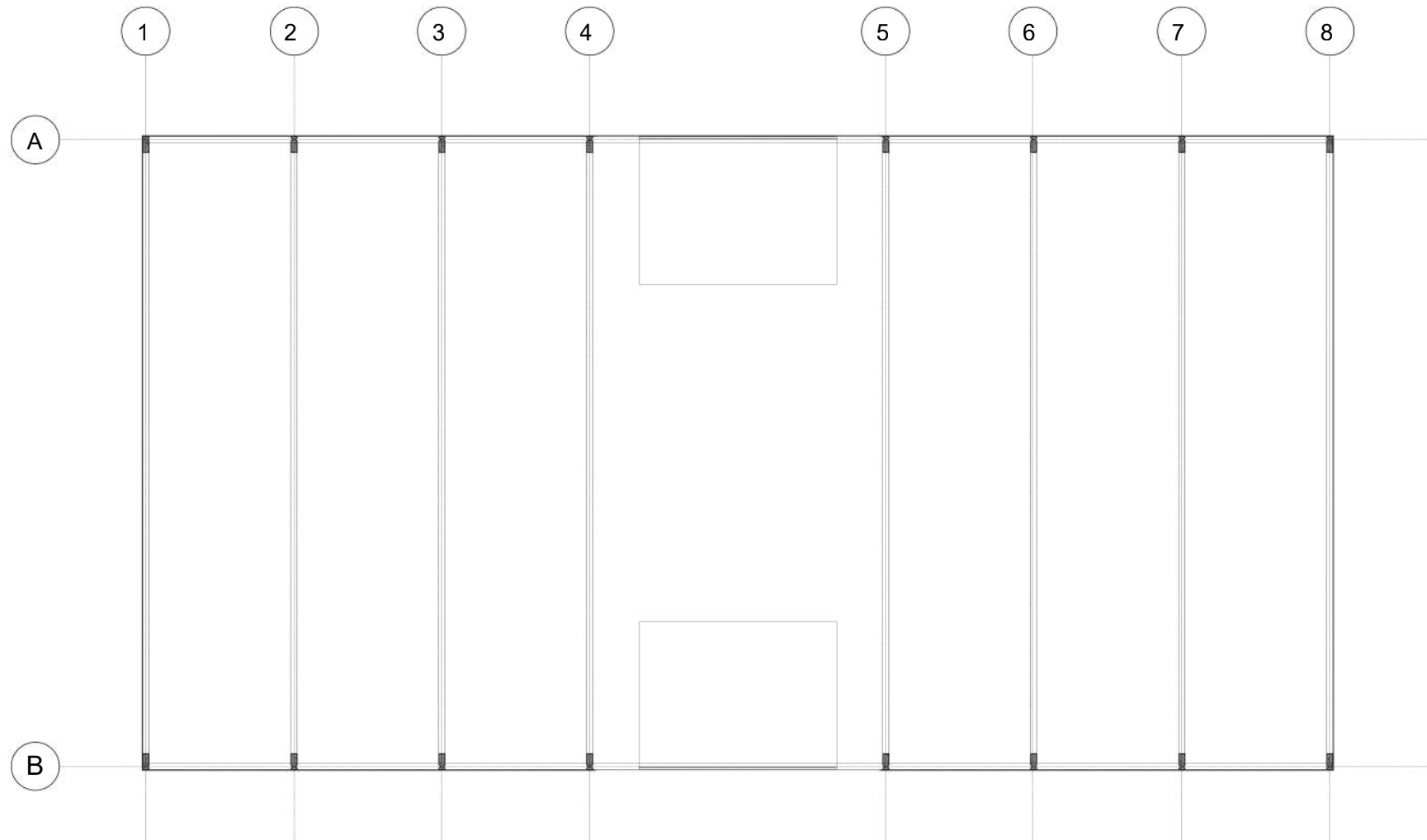


**CORTE A**  
esc: 1/100



**CORTE B**  
esc: 1/100

## Planta de eixos estruturais Armazém

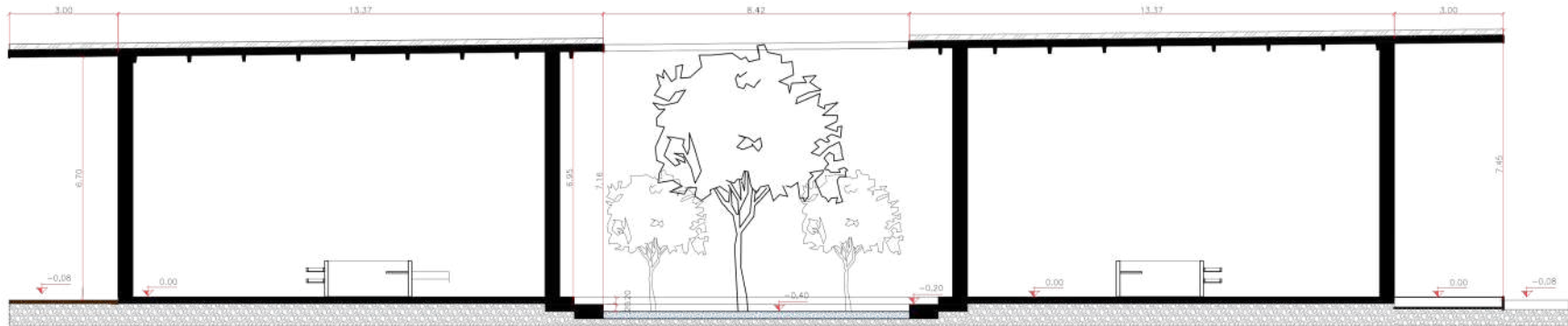


**PLANTA DE EIXOS**  
esc: 1/125

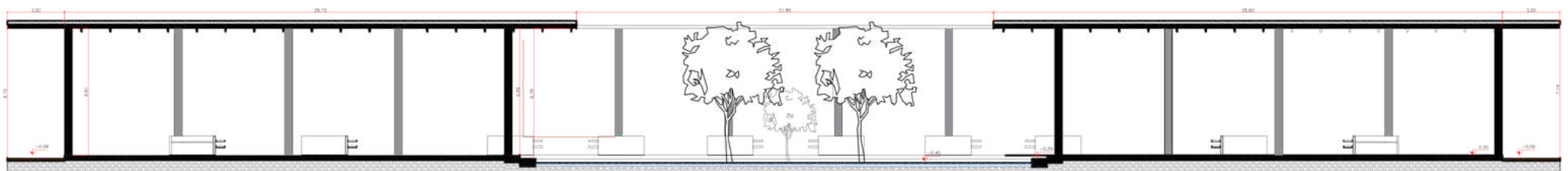


## Cortes

### Bloco de comercialização

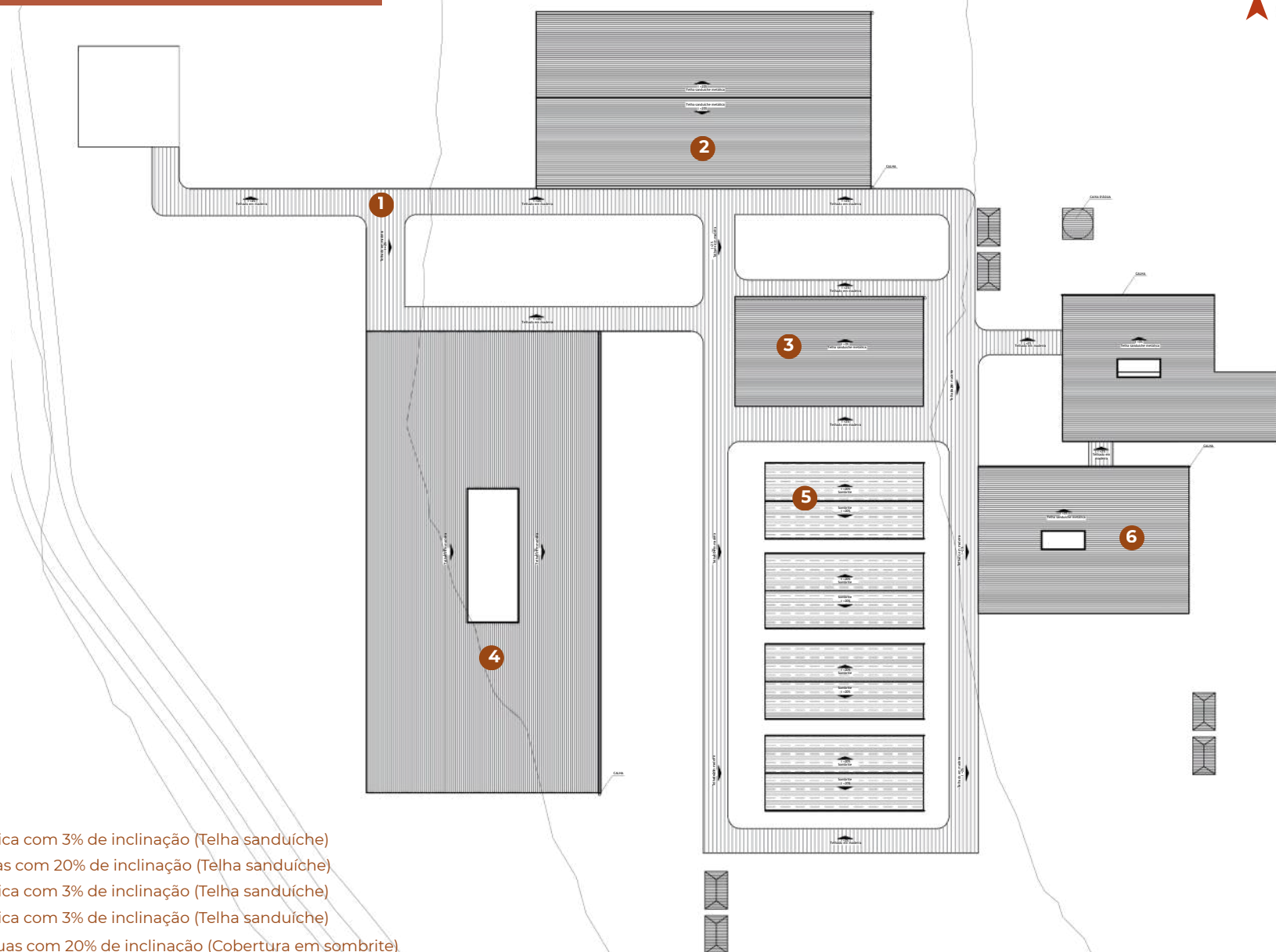


**CORTE A**  
esc: 1/100



**CORTE B**  
esc: 1/150

## PLANTA DE COBERTURA

**Legenda:**

- 1 Telhado em queda única com 3% de inclinação (Telha sanduíche)
- 2 Telhado em duas águas com 20% de inclinação (Telha sanduíche)
- 3 Telhado em queda única com 3% de inclinação (Telha sanduíche)
- 4 Telhado em queda única com 3% de inclinação (Telha sanduíche)
- 5 Estrutura em duas águas com 20% de inclinação (Cobertura em sombrite)
- 6 Telhado em queda única com 3% de inclinação (Telha sanduíche)

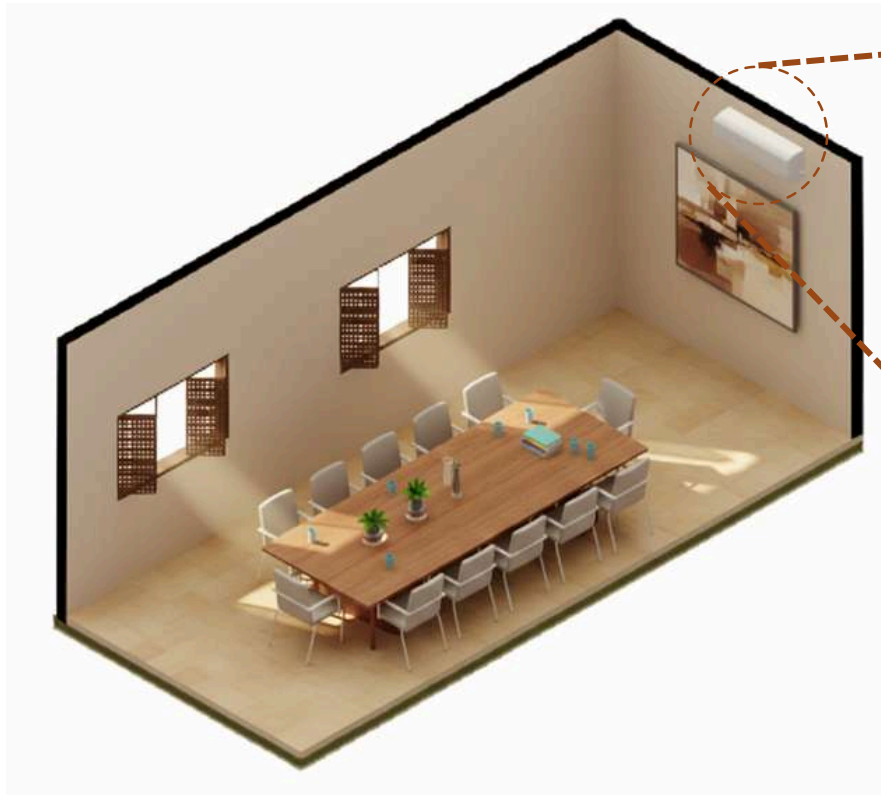
## PLANTA DE COBERTURA

Sobre as coberturas, foram adotadas duas soluções diferentes, sempre pensando na função de cada bloco e no desempenho ambiental. Nos blocos de capacitação, apoio técnico e serviços, foi utilizado a telha sanduíche, que oferece um bom conforto termoacústico e melhora muito o desempenho bioclimático desses ambientes fechados.

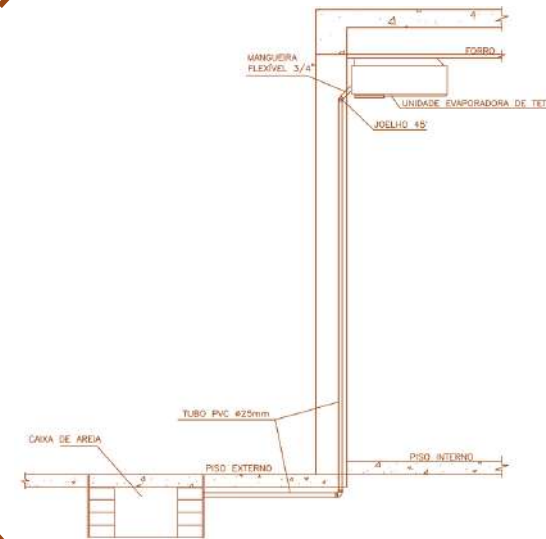
Já nas passarelas e no bloco de comercialização, optou-se por uma cobertura em madeira, que é um material renovável e que traz leveza, permeabilidade e sombreamento natural para os espaços de convivência.

As duas coberturas são inclinadas para permitir a captação da água da chuva, que é armazenada e reutilizada na irrigação da área produtiva. Dessa forma, mesmo com soluções diferentes, elas trabalham juntas dentro de uma lógica sustentável e coerente com o uso de cada espaço.

## DETALHAMENTO DE APROVEITAMENTO DE ÁGUA

**ISOMÉTRICA**

## SALA DE REUNIÃO

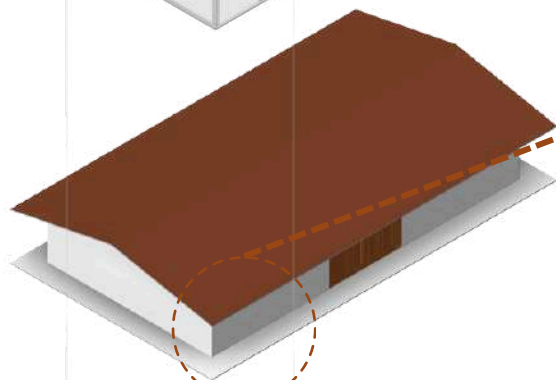
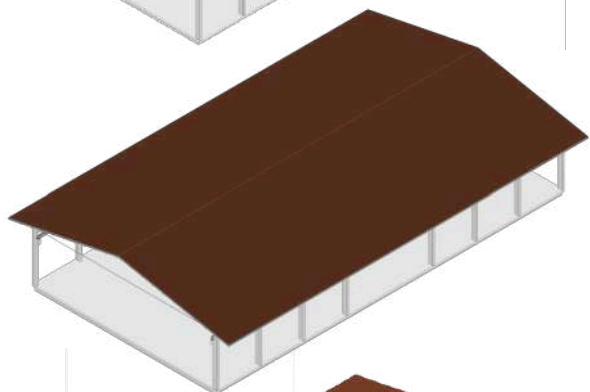
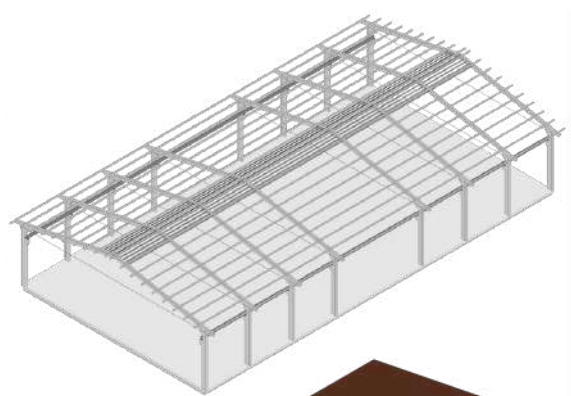


01

O detalhamento apresenta o sistema de coleta e condução da água de condensação gerada pelo equipamento de ar condicionado instalado na sala de reunião. A tubulação é conectada ao dreno do aparelho e direcionada para o exterior da edificação, garantindo o escoamento contínuo e o aproveitamento da água.

A definição da capacidade dos equipamentos de ar condicionado segue o critério de dimensionamento simplificado de 700 BTU/h por metro quadrado, conforme prática corrente para ambientes de uso coletivo. Assim, foram especificados: 12.000 BTU/h para a sala de 16m<sup>2</sup>, 18.000 BTU/h para a sala de 32m<sup>2</sup> e 36.000 BTU/h para a sala de 64m<sup>2</sup>.

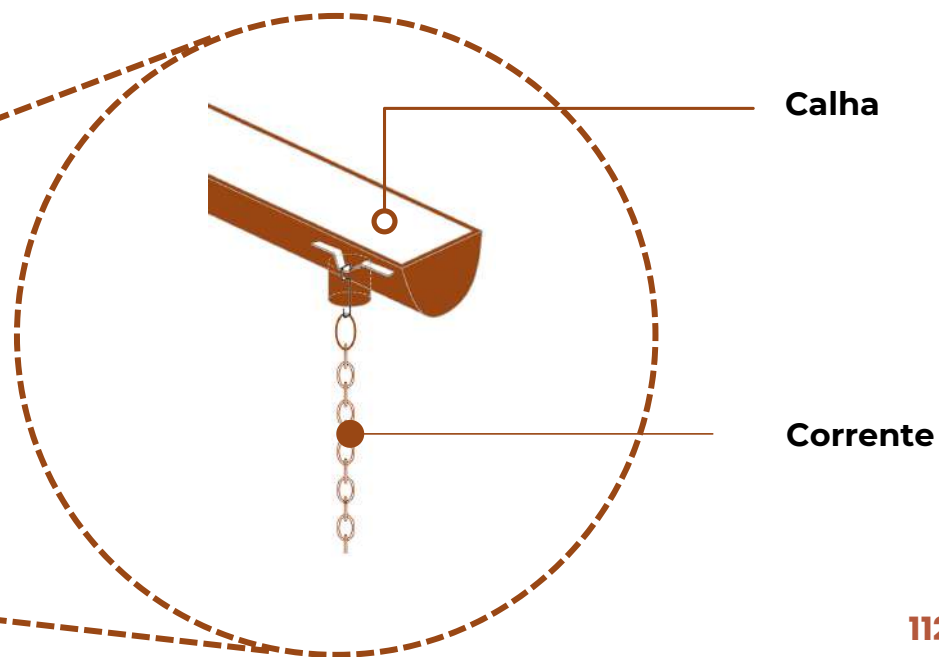
## DETALHAMENTO DE APROVEITAMENTO DE ÁGUA



No bloco do armazém, foi adotado o seguinte sistema de captação e condução das águas pluviais através da cobertura do bloco. A cobertura recebe uma calha metálica contínua, instalada ao longo do beiral inferior, fixada diretamente na extremidade da estrutura da cobertura. A água captada é conduzida para o ponto de descida, através do sistema de corrente pluvial em substituição ao tubo convencional de queda.

A corrente é ancorada na extremidade da calha por meio de suporte metálico, garantido estabilidade e mantendo o alinhamento vertical até o ponto de dissipação no solo. Esse sistema permite direcionamento controlado do fluxo de água, além de facilitar inspeção e manutenção, além de minimizar interferências visuais na volumetria do bloco.

02



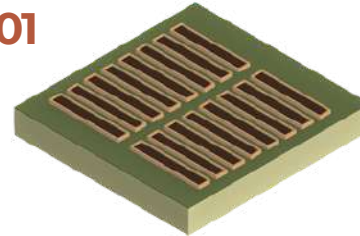
## ESTRUTURA MODULAR - COMPOSTEIRA

O sistema de tratamento e produção de composto orgânico está estruturado em módulos dimensionados (bacias), cada qual apresentando uma medida de 2,00 x 10,00 m.

Essa abordagem de compartimentação foi adotada para garantir a eficiência e a organização do processo. A divisão em baias permite o manejo sequencial e segregado da matéria orgânica em suas diferentes fases: Recebimento e início da decomposição; Revolução e bioestabilização intermediária; Maturação final e colheita do composto orgânico (húmus).

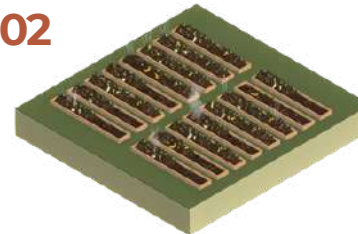
A padronização das dimensões e a separação física dos estágios de compostagem asseguram um controle de qualidade superior do produto final e otimizam a logística operacional.

01



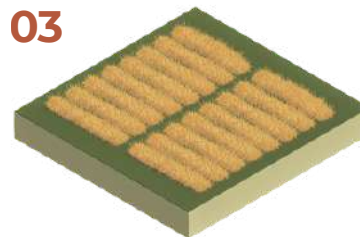
**Ambiente inicial para as minhocas e absorção de umidade**

02

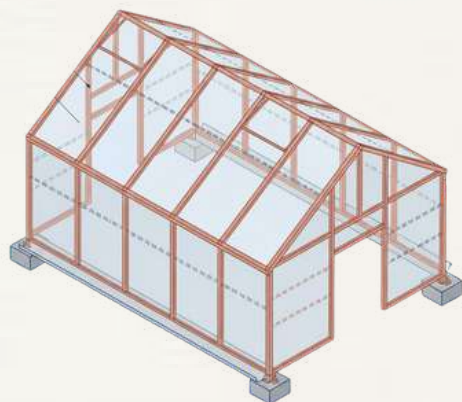


**Recebimento e decomposição da matéria orgânica**

03

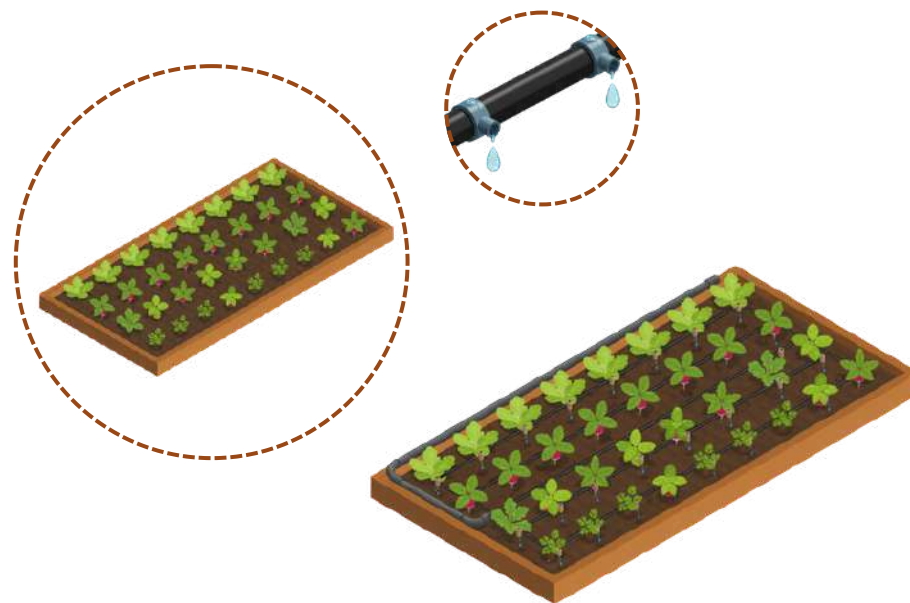


**Bioestabilização e Maturação**



As estufas agrícolas foram projetadas para garantir condições adequadas de cultivo e aprimorar a produção dos pequenos agricultores. A estrutura em madeira com fechamento em filme agrícola transparente permite a entrada de luz difusa, regulando a temperatura interna e favorecendo o crescimento das hortaliças. O sistema modular facilita montagem, manutenção e expansão futura. No interior da estufa são utilizados canteiros elevados, que ajudam no controle da irrigação, reduzem a compactação do solo e melhoram o manejo diário.

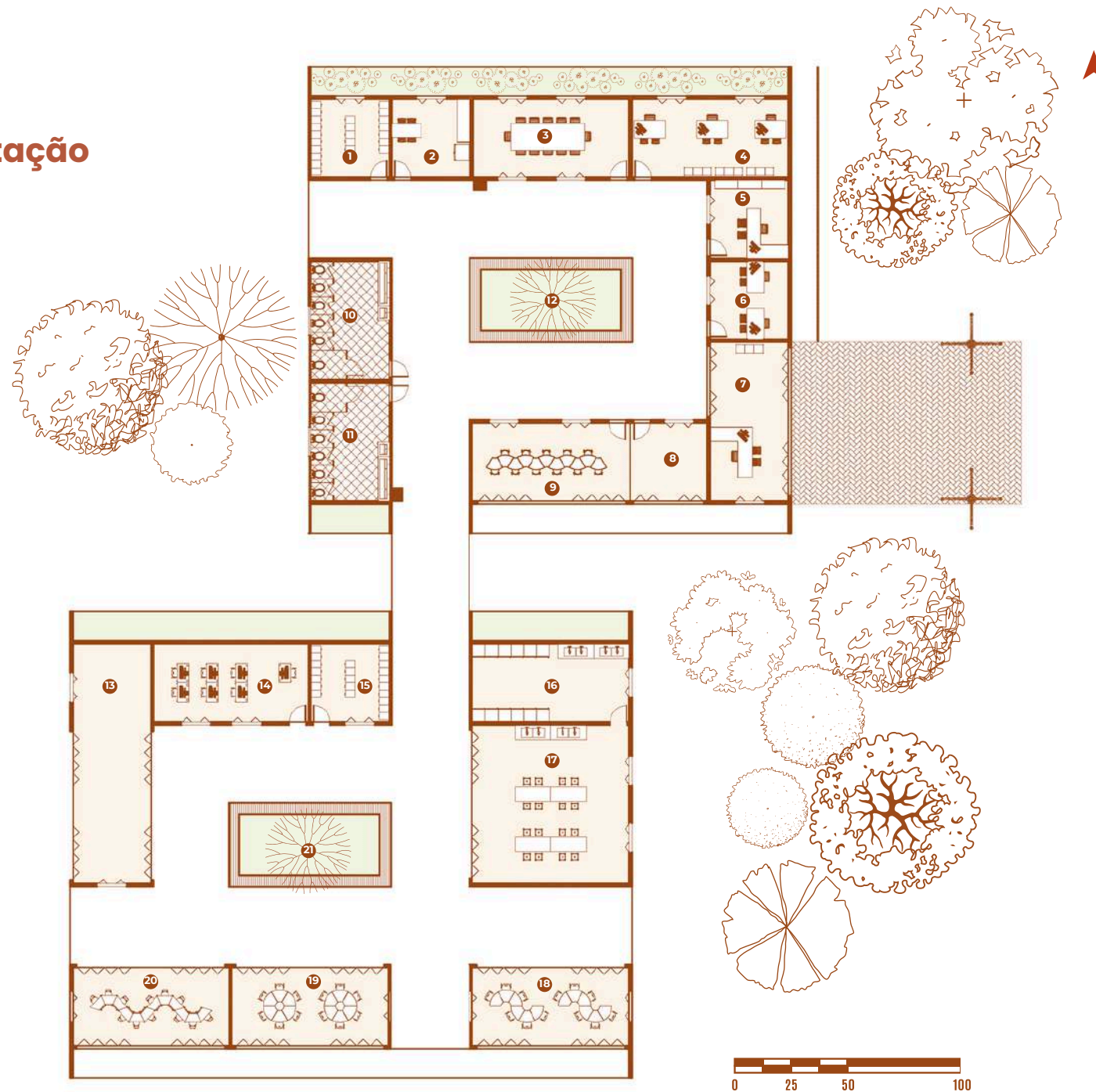
04



O canteiro elevado é composto por uma caixa de madeira com solo preparado para cultivo, permitindo maior controle da drenagem, melhor ergonomia e manejo mais eficiente. Esse sistema reduz o ataque de pragas do solo, diminui a compactação e favorece a organização das culturas dentro da estufa. O uso de módulos padronizados permite rotatividade de plantio e manutenção simplificada.

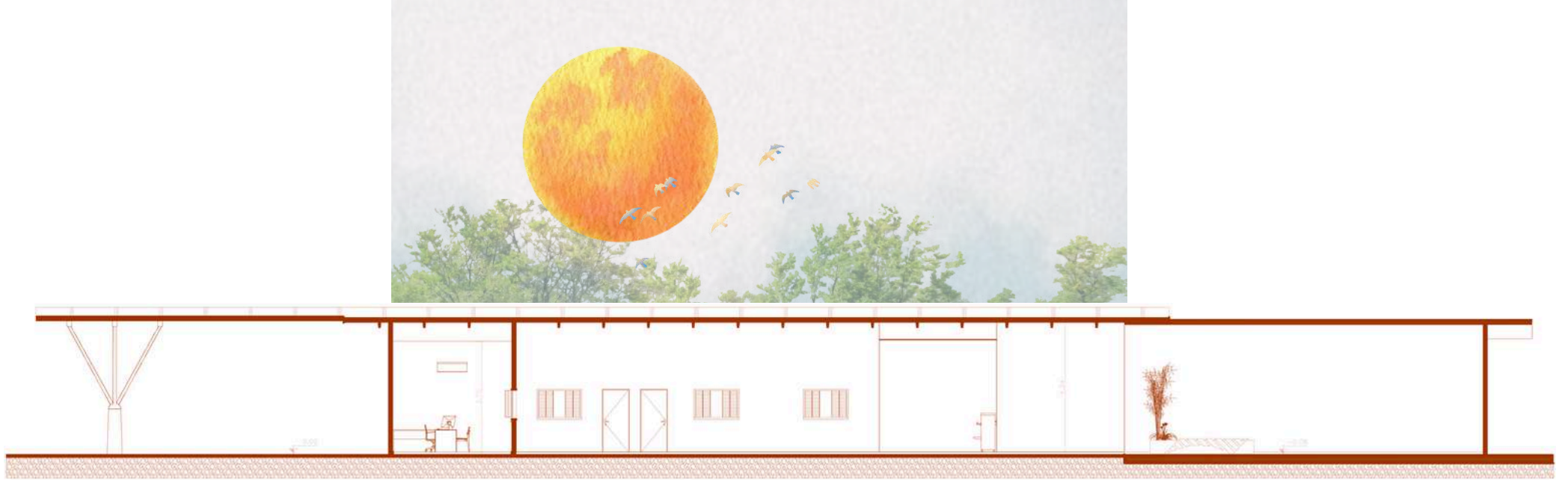
Os canteiros elevados contam com sistema de irrigação por gotejamento, que distribui a água de forma contínua e localizada ao longo das fileiras de cultivo. O uso de mangueiras gotejadoras garante umidade constante no solo, minimiza desperdícios e permite maior controle no ciclo produtivo.

# Planta de layout Bloco de capacitação



## Legenda:

- 1 Almoarifado
- 2 Copa
- 3 Sala de reunião
- 4 Sala de apoio técnico
- 5 Diretoria
- 6 Administração
- 7 Recepção
- 8 Sala multiuso
- 9 Sala multiuso
- 10 Sanitário feminino
- 11 Sanitário masculino
- 12 Pátio interno
- 13 Sala multiuso
- 14 Sala de informática
- 15 Depósito
- 16 Laboratório
- 17 Laboratório
- 18 Sala oficina
- 19 Sala capacitação
- 20 Sala capacitação
- 21 Pátio interno



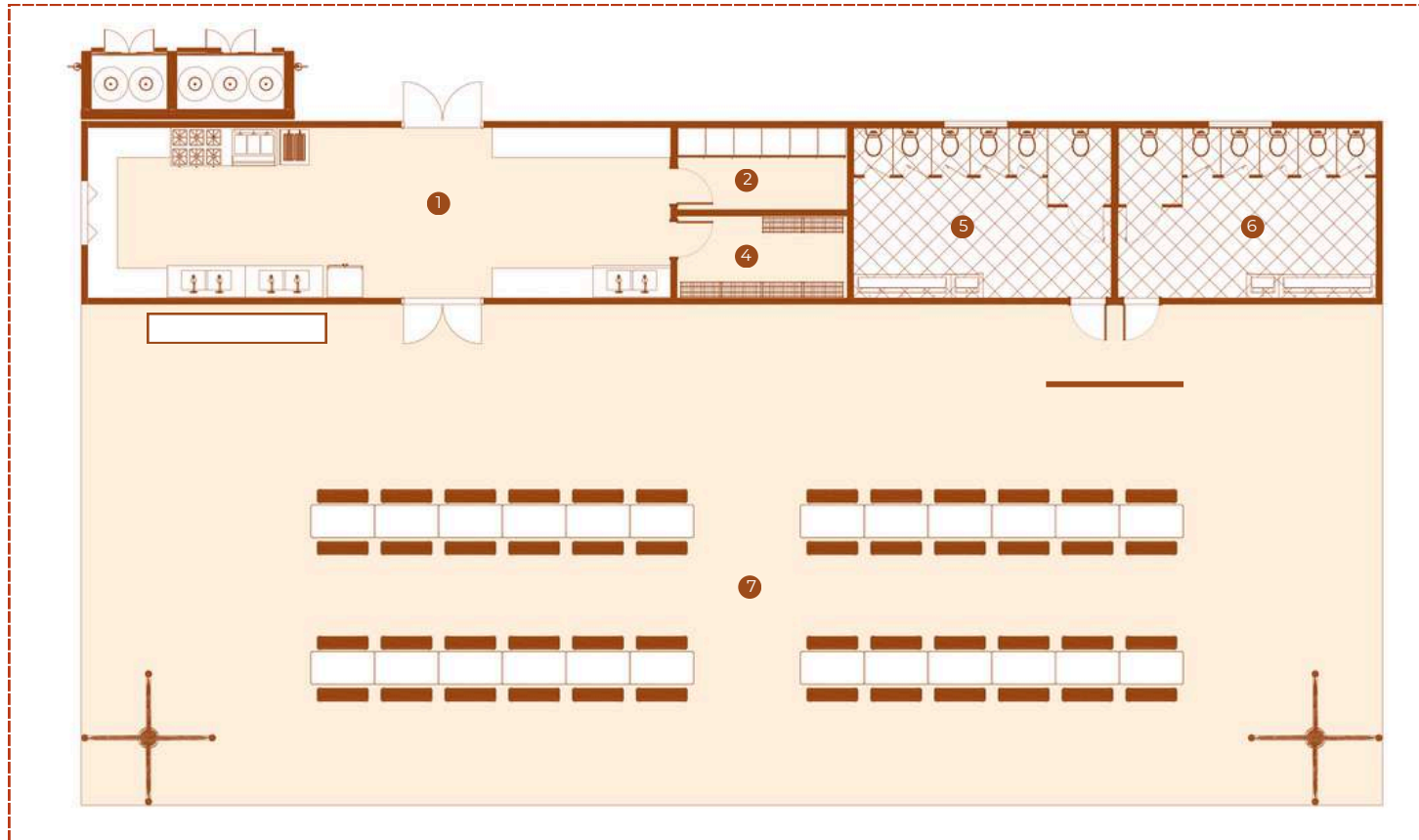
**CORTE A**



**CORTE B**



## Planta de layout Refeitório

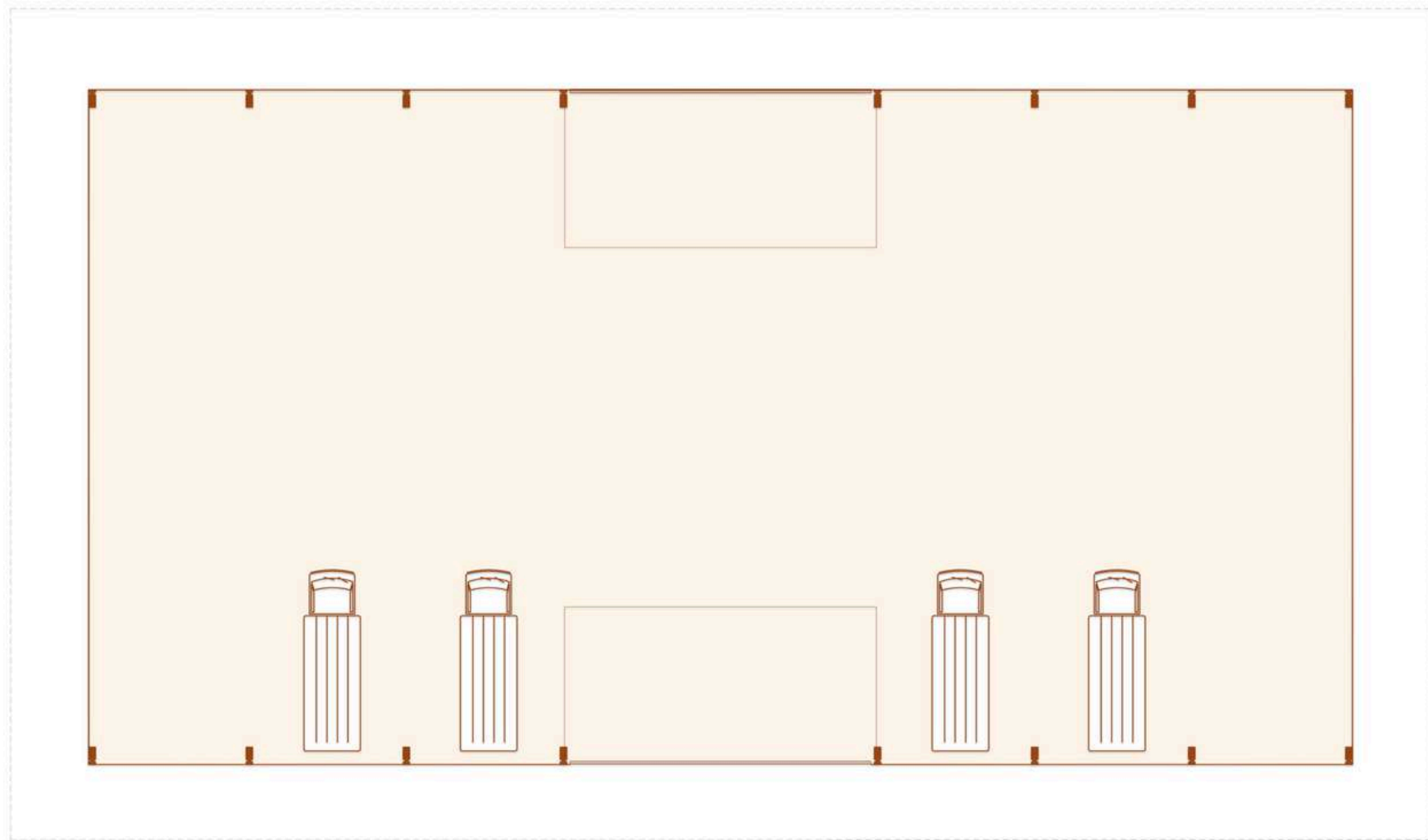


**Legenda:**

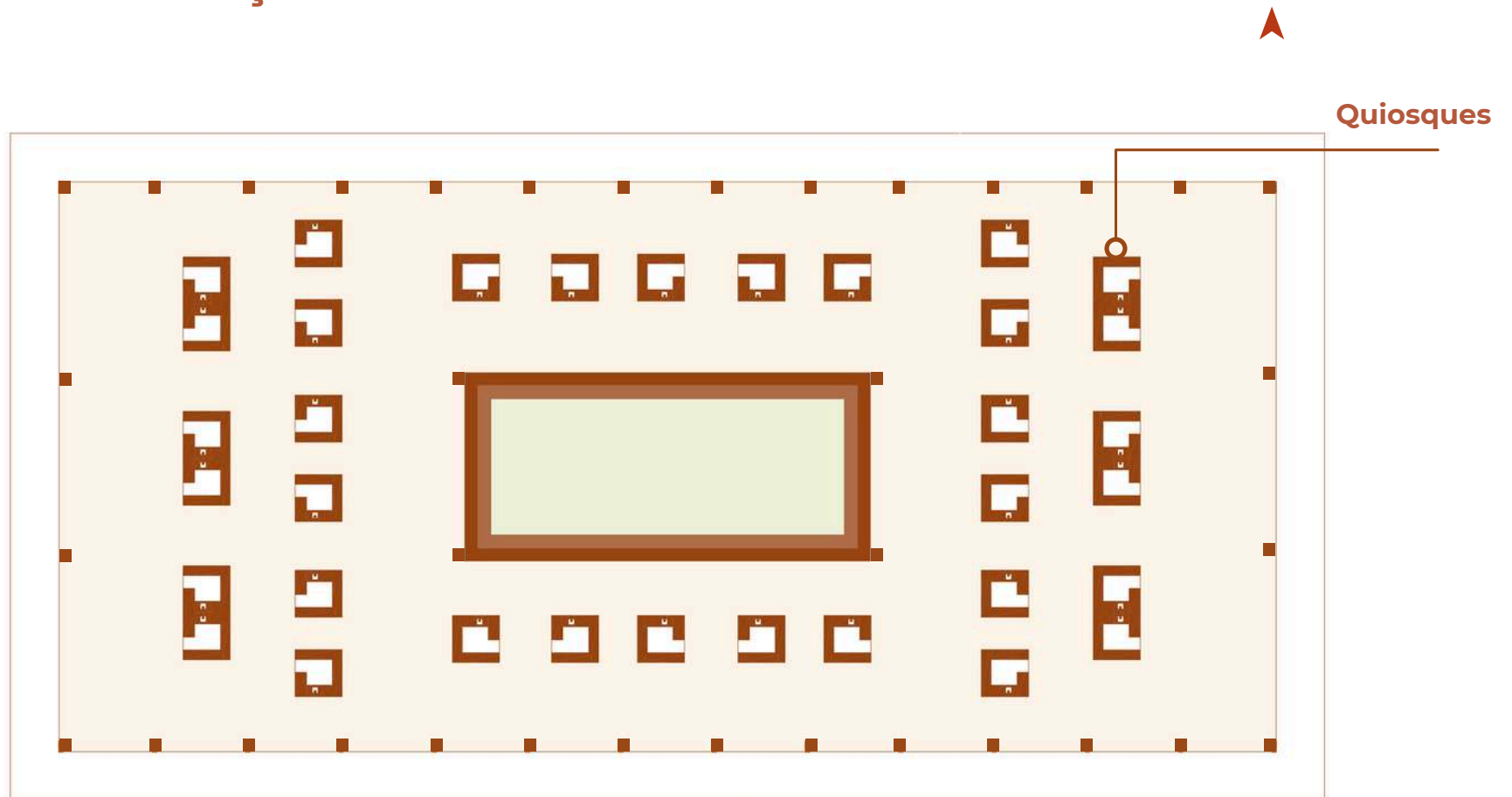
- 1 Cozinha
- 2 Câmara fria
- 3 Depósito
- 4 Sanitário feminino
- 5 Sanitário masculino
- 6 Refeitório

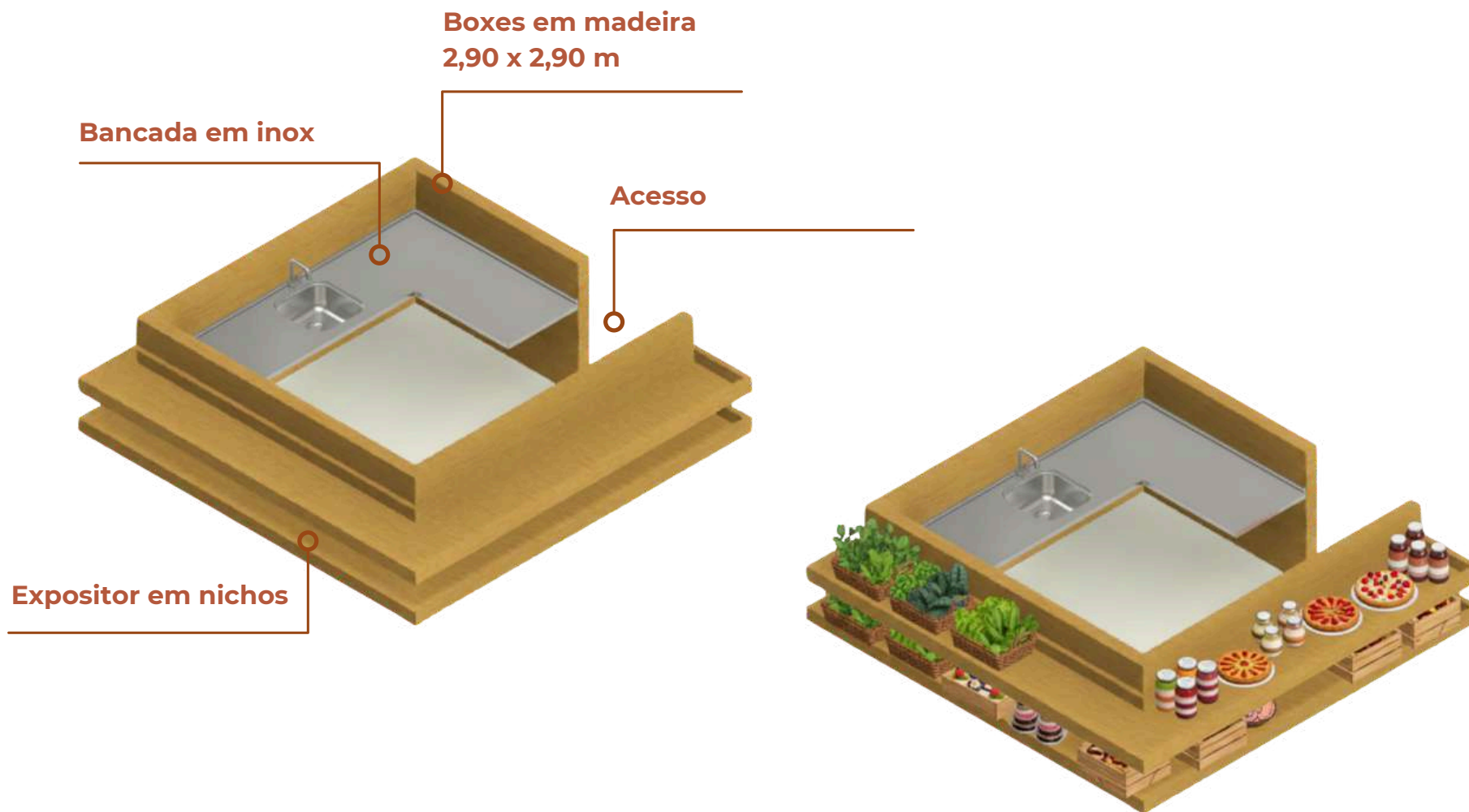


## Planta de layout Armazém



## Planta de layout Bloco de comercialização





## SOLUÇÕES CONSTRUTIVAS E SUSTENTÁVEIS

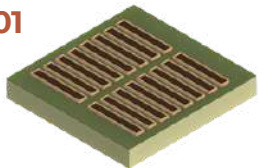
### Materialidade

A materialidade do centro prioriza soluções de baixo impacto ambiental, com o uso de madeira reflorestada, estruturas metálicas leves, alvenaria reduzida e fechamentos modulares. Esses materiais favorecem rapidez construtiva, manutenção simples e integração visual com o ambiente rural.

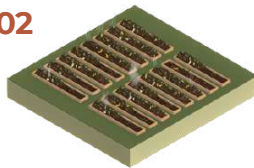
### Composteira

A composteira, feita em palets, complementa o ciclo produtivo, permitindo o reaproveitamento dos resíduos orgânicos gerados no centro. O composto produzido retorna para o solo, enriquecendo os canteiros e fortalecendo práticas agroecológicas.

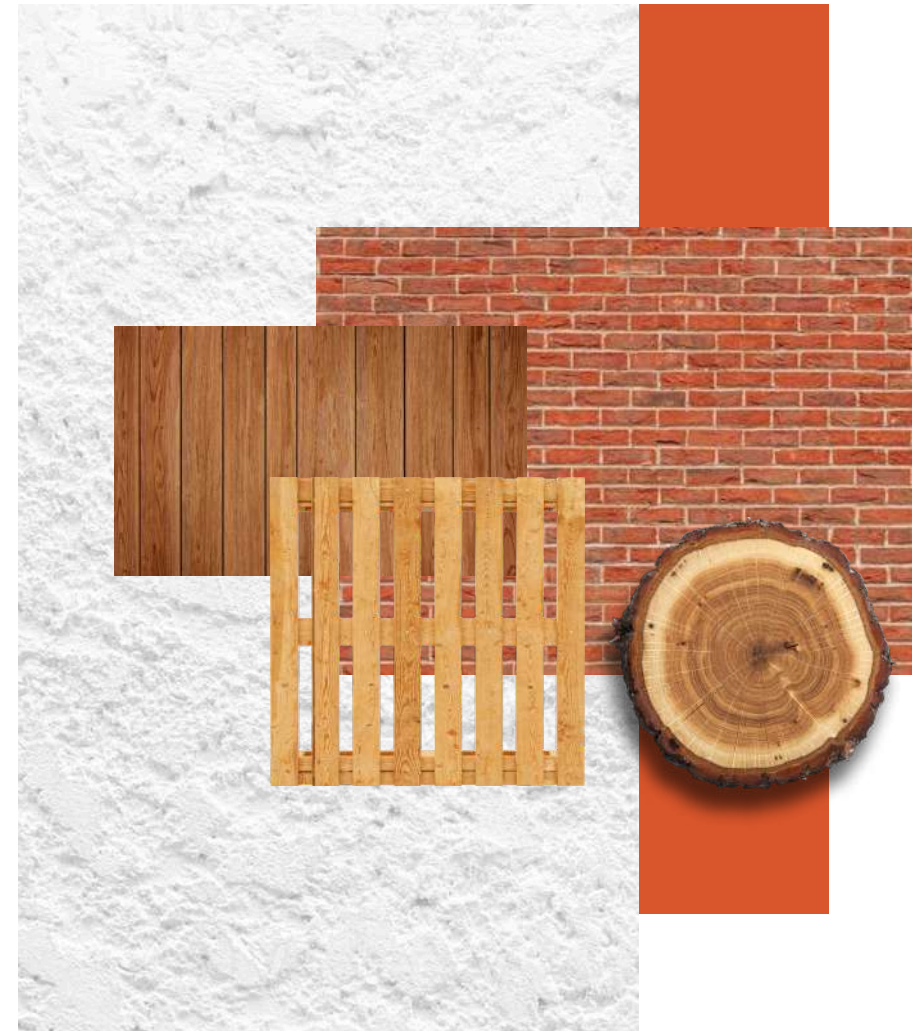
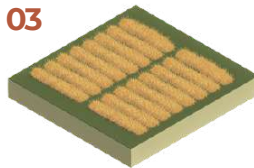
01



02



03



## RESERVATÓRIO

A definição do reservatório elevado para o Centro de Apoio e Produção Rural considerou principalmente a demanda hídrica das atividades desenvolvidas no complexo, bem como a necessidade de autonomia de abastecimento em áreas rurais.

Optou-se por um reservatório com capacidade de 30.000 litros, valor que atende à estimativa de consumo diário do equipamento, incluindo:

- **uso sanitário e limpeza dos ambientes;**
- **consumo relacionado ao processamento de alimentos, lavagem de produtos e higienização de bancadas;**
- **irrigação leve das áreas produtivas e experimentais;**
- **atividades eventuais de capacitação, feiras e uso do público.**

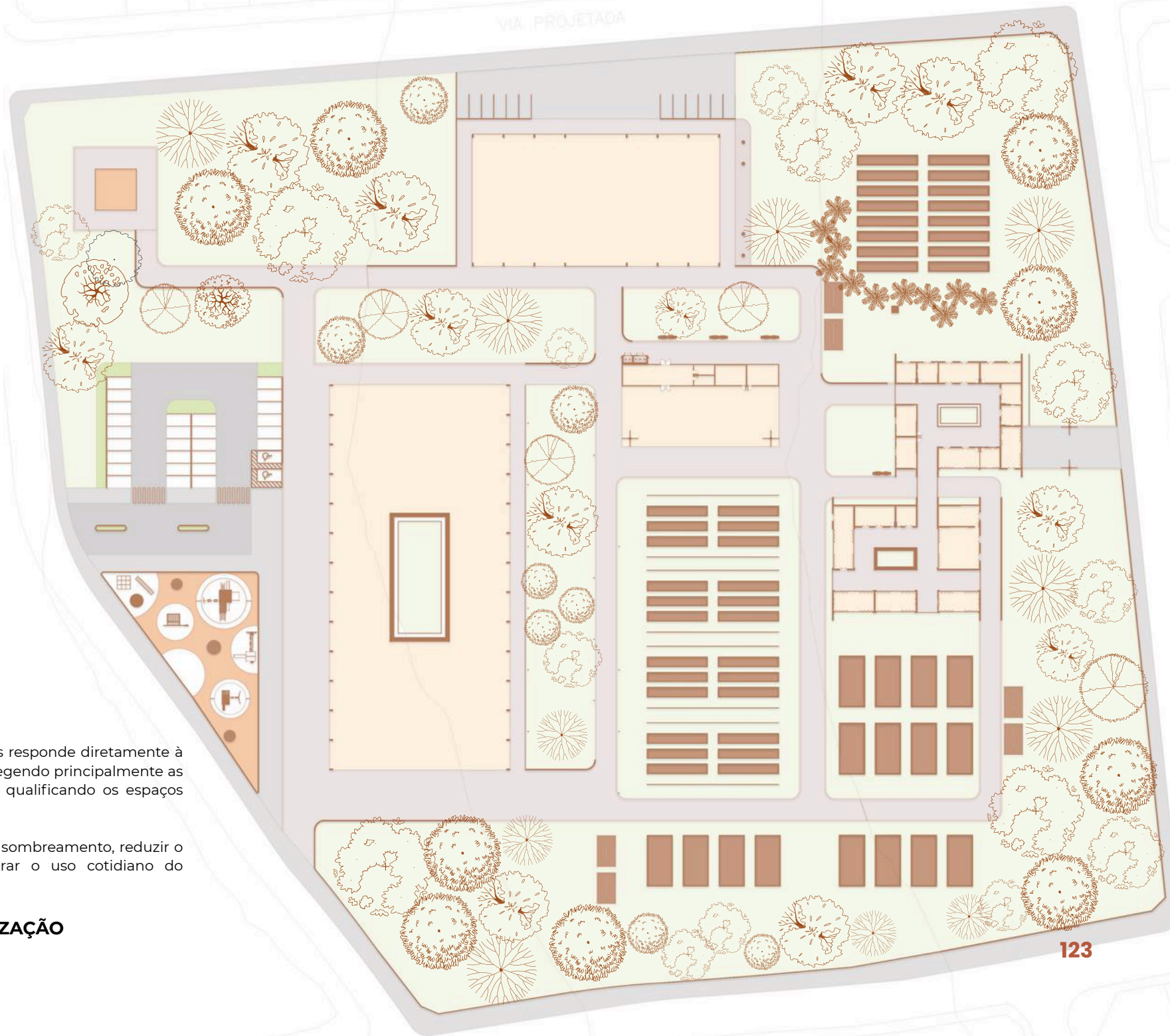
Além disso, priorizou-se a adoção de um volume que compatibilizasse eficiência energética e estrutural: 30.000 litros é suficiente para atender ao programa de necessidades sem gerar sobrecarga estrutural ou custos excessivos de implantação e manutenção.

O dimensionamento também possibilita a futura ampliação do sistema, caso o complexo passe por expansão das atividades produtivas ou aumento de usuários.

Por fim, o reservatório foi implantado em torre elevada revestida com cobogó — garantindo proteção visual, integração à proposta arquitetônica e segurança do sistema.



## Arborização



A implantação das árvores responde diretamente à insolação do terreno, protegendo principalmente as fachadas norte e oeste e qualificando os espaços externos.

O objetivo aqui é garantir sombreamento, reduzir o ganho térmico e melhorar o uso cotidiano do centro.

### PLANTA DE ARBORIZAÇÃO

esc: 1/500

Tabela : Espécies selecionadas para plantio em estufas e hortas

NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO
Abóbora	<i>Cucurbita maxima</i>
Agrião	<i>Nasturtium officinale</i>
Alface	<i>Lactuca sativa</i>
Batata-doce	<i>Ipomoea batatas</i>
Batata-inglesa	<i>Solanum tuberosum</i>
Cebolinha-verde	<i>Allium fistulosum</i>
Cenoura	<i>Dacus carota</i>
Chuchu	<i>Sechium edule</i>
Couve	<i>Brassica oleracea var. acephala</i>
Hortelã	<i>Mentha spicata</i>
Jiló	<i>Solanum gilo</i>
Quiabo	<i>Abelmoshus esculentus</i>
Rabanete	<i>Raphanus sativus</i>
Tomate cereja	<i>Solanum lycopersicum var cerasiforme</i>

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Tabela : Espécies selecionadas para plantio em estufas e hortas

NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO
Rúcula	<i>Eruca sativa</i>
Manjericão	<i>Ocimum basilicum</i>
Coentro	<i>Coriandrum sativum</i>
Pimentão	<i>Capsicum annum</i>
Quiabo	<i>Abelmoschus esculentus</i>
Berinjela	<i>Solanum melongena</i>
Cenoura	<i>Dacus carota</i>
Beterraba	<i>Beta vulgaris</i>

Fonte: Elaborado pela autora (2025).



Tabela : Espécies selecionadas para plantio

NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO
Abacateiro	<i>Persea americana</i>
Ameixinha (ameixa)	<i>Prunus domestica</i>
Amora	<i>Morus nigra</i>
Bananeira	<i>Musa spp.</i>
Cagaita	<i>Eugenia dysenterica</i>
Canela	<i>Ocotea odorifera ou Cinnamomum verum</i>
Figo	<i>Ficus carica</i>
Laranja	<i>Citrus sinensis</i>
Limão	<i>Citrus limon</i>
Manga	<i>Mangifera indica</i>
Mamoeiro	<i>Carica papaya</i>
Pequi	<i>Caryocar brasiliense</i>
Aceroleira	<i>Malpighia emarginata</i>

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Tabela : Espécies selecionadas para plantio

NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO
Ipê-amarelo	<i>Handroanthus albus</i>
Ipê-rosa	<i>Handroanthus heptaphyllus</i>
Jatobá-do-cerrado	<i>Hymenaea stigonocarpa</i>
Angico-vermelho	<i>Anadenanthera peregrina</i>
Sibipiruna	<i>Caesalpinia pluviosa</i>
Hibisco comestível (vinagreira)	<i>Hibiscus sabdariffa</i>
Ingá	<i>Inga edulis</i>
Alecrim	<i>Rosmarinus officinalis</i>
Clúsia	<i>Clusia fluminensis</i>
Jasmim manga	<i>Plumeria rubra</i>
Flamboyant	<i>Flamboyant</i>
Acácia	<i>Acacia</i>
Jacarandá mimoso	<i>Jacaranda mimosifolia</i>

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

# Perspectivas conceituais do projeto



## FACHADA - BLOCO CAPACITAÇÃO



FIGURA 49: FACHADA - BLOCO CAPACITAÇÃO

FIGURA 50: FACHADA - ARMAZÉM

## ARMAZÉM



SALA DE OFICINA



FIGURA 51: SALA DE OFICINA

## SALA CAPACITAÇÃO

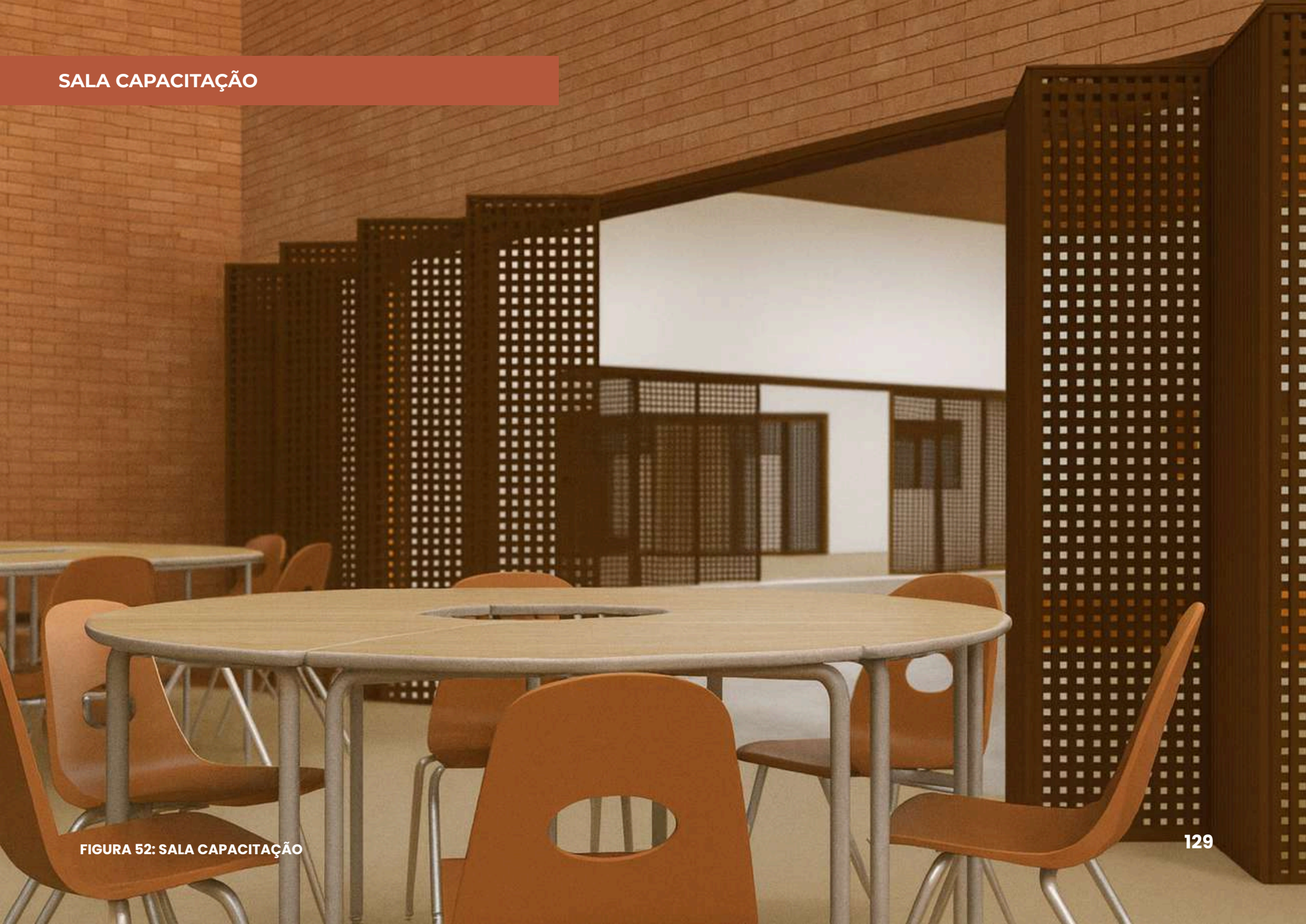


FIGURA 52: SALA CAPACITAÇÃO



**PÁTIO INTERNO**

**FIGURA 53: PÁTIO INTERNO**



FIGURA 54: ÁREA DE CULTIVO



FIGURA 55: ESTUFAS AGRÍCOLAS



FIGURA 56: ÁREA DE CULTIVO



**PARQUINHO - FEIRA COBERTA**

**FIGURA 57: PARQUINHO**



**PARQUINHO - FEIRA COBERTA**

**FIGURA 58: PARQUINHO**

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho evidenciou a importância da agricultura familiar em Itaberaí e os desafios enfrentados pelos pequenos produtores.

A proposta de um Centro de Produção e Apoio surge como uma resposta para fortalecer vínculos comunitários, ampliar oportunidades e promover o desenvolvimento sustentável.

O projeto demonstra como a arquitetura pode atuar como agente social, integrando produção, capacitação e comercialização em um único espaço. Assim, o anteprojeto se consolida como uma proposta que valoriza o território, a cultura local e os modos de vida rurais.



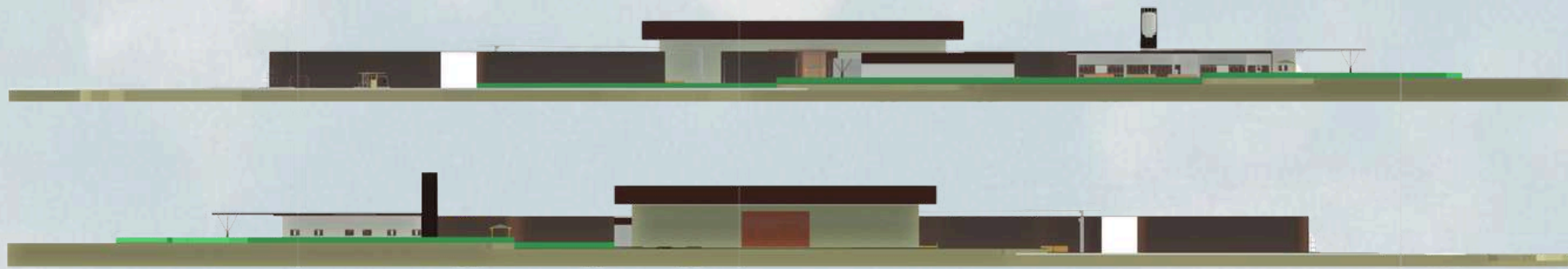


FIGURA 59: IMPLANTAÇÃO GERAL

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERE, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ANDRADE, José Célio Silveira; COSTA, Paulo. **Mudança climática, Protocolo de Kyoto e mercado de créditos de carbono: desafios à governança ambiental global**. Organizações & Sociedade, Salvador, v. 15, n. 45, p. 29-5, abr./jun. 2008.

ARAÚJO, Alessandra Silva. **O planejamento urbano e ambiental na construção de cidades sustentáveis: as hortas urbanas comunitárias em Porto, Portugal e Belo Horizonte, Brasil**. Urbana, V. 8 n.2. p. 190-209, maio/ago. UNICAMP, Campinas, 2016.

BARBOSA, Eduarda Milhomem. **Município, cidade, parque: uma proposta de requalificação do Lago Primavera na cidade de Itaberaí**, 2022.

COELHO, Luana Xavier Pinto; CUNHA, Isabella Madrugada. **Direito à cidade contra o desenvolvimento**. Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, v.11, n.1, p. 535-561, 2020.

FERREIRA, L. A. **Desafios enfrentados pelos pequenos produtores rurais no Brasil**. Revista Brasileira de Agricultura Familiar, v. 6, n.3, p. 201-217, 2020.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **O impacto da agricultura familiar na economia brasileira**. São Paulo: FGV, 2019.

GOMES, Ivair. **Sustentabilidade social e ambiental na agricultura familiar**. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v. 42, n. 3, p. 399-415, jul./set/ 2004. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/500/50050107.pdf>. Acesso em: 26 maio. 2025.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO CENTRO-OESTE – ITCO. **Relatório da Leitura Técnica Preliminar - Itaberaí**. ITCO, [s. l.], [s. d.]. [https://itco.org.br/plano-diretor/itaberaí/media/RELATORIO\\_LEITURA\\_TECNICA\\_ITABERAL\\_PRELIMINAR.pdf](https://itco.org.br/plano-diretor/itaberaí/media/RELATORIO_LEITURA_TECNICA_ITABERAL_PRELIMINAR.pdf). Acesso em: 9 jun. 2025.

MARGUTI, Bárbara Oliveira. Políticas de habitação. In: COSTA, Marco Aurélio *et al.* **A nova agenda urbana e o Brasil: insumos para sua construção e desafios a sua implementação.** Brasília: Ipea, cap. 8, 2018.

NOBRE, Marcos. **Desenvolvimento sustentado e problemática ambiental.** Lua nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 47, ago. 1999.

SACCARO JÚNIO, N. L.; COELHO, O. F. **Cidades resilientes e o ambiente natural: ecologia urbana, adaptação e gestão de riscos.** In: COSTA, M. A (Org). **O Estatuto da Cidade e a Habitat III: um balanço de quinze anos de política urbana no Brasil e a Nova Agenda Urbana.** Brasília: Ipea, 2016.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar.** 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 258. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/b7spy/pdf/schneider-9788538603894.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2025.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 21. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, T. R.; COSTA, M. A. **O impacto do associativismo na agricultura familiar.** Revista de Economia Rural, v. 18, n. 2, p. 120-136, 2018.

SUZUKI, Juliana Harumi. **Tijolo com tijolo num desenho lógico: As CEASA e os Pavilhões de Dieste e Montañez no Brasil.** In: Anais do 13º Seminário DOCOMOMO Brasil, Salvador, 2019. Disponível em: <https://docomomobrasil.com/wp-content/uploads/2020/04/110841.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025.

REIS, Saulo Ferreira; RIBEIRO, Dinalva Donizete. **Inclusão produtiva e as políticas públicas para a agricultura familiar no estado de Goiás.** [s.i.]: [s.n.], [2014].

ROSA, MARCOS L. ESCOLA DA CIDADE (ORG.). **Microplanejamento Práticas Urbanas Criativas.** São Paulo: Escola da Cidade, 2011.

## SITES

ARCHDAILY. **Coronavírus: o mais recente da arquitetura e notícia.** Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/tag/coronavirus>. Acesso em: 12 jun. 2025.

BATAIER, Carolina. **MST ocupa sede do Incra em Goiás e pede urgência em moradias e reforma agrária; ação faz parte de jornada nacional.** Brasil de Fato, São Paulo, 23 jul. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/07/23/mst-ocupa-sede-do-incra-em-goias-e-pede-urgencia-em-moradias-e-reforma-agraria-acao-faz-parte-de-jornada-nacional>. Acesso em: 4 maio 2025.

BLOG DA BOITEMPO. FLÁVIO VILICA (1929–2021): **O território e a dominação social.** Blog da Boitempo, 30 mar. 2021. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2021/03/30/flavio-vilica-1929-2021-o-territorio-e-a-dominacao-social/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria.** 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/pesquisa/bookshelf/book/144>. Acesso em: 28 abr. 2025.

BRASIL. **Constituição (1988). Artigo 182 da Constituição Federal de 1988.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/const/1988/artigo-182-tda-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em: 16 abr. 2025.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 21 abr. 2025.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 4 maio 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.598, de 20 de agosto de 1942. Dispõe sobre aluguéis de residências e dá outras providências.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4598-20-agosto-1942-41441-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 29 abr. 2025.

BRASIL. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. O Inbra. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/o-incra>. Acesso em: 21 abr. 2025.

BRASIL. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA**. Histórico institucional. Brasília: INCRA, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/o-incra>. Acesso em: 19 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm). Acesso em: 9 jun. 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITABERAI. **História. Itaberaí (GO)**, [s. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://itaberaigo.leg.br/historia/>. Acesso em: 4 jun. 2025.

CBIE – **CENTRO BRASILEIRO DE INFRAESTRUTURA. Como foram as Crises do Petróleo?** Rio de Janeiro: CBIE, 13 mar. 2020. Disponível em: <https://cbie.com.br/como-foram-as-criises-do-petroleo/>. Acesso em: 16 abr. 2025.

CLIMATE-DATA.ORG. **Clima Tula: Temperatura, Tempo e Dados climatológicos Tula**. Climate-Data.org, [s. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://pt.climate-data.org/asia/russia/tula-oblast/tula-847/>. Acesso em: 6 jun. 2025.

CONTAG - **Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultores Familiares**. Página inicial. [s. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - **EMBRAPA. Políticas públicas para a agricultura familiar**. Embrapa, [s. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar/politicas-publicas>. Acesso em: 31 mar. 2025.

GUITARRARA, Paloma. **“Êxodo rural”**; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/exodo-rural.htm>. Acesso em: 9 abr. 2025.

PACTO CONTRA A FOME. **Agroecologia e sua importância no combate à fome.** Pacto Contra a Fome, [s. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://pactocontrafome.org/agroecologia-e-sua-importancia-no-combate-a-fome/>. Acesso em: —.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABERAI. **História. Itaberaí (GO).** [s. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://itaberaí.go.gov.br/historia/>. Acesso em: 4 jun. 2025.

MARANHÃO, Rogério de Araújo; OLIVEIRA, José Luiz Ferreira; SILVA, Maria do Socorro de Araújo. **A importância da agroecologia familiar no Brasil.** Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v. 44, n. 3, p. 455–480, jul./ago. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/QogW8WZdP5GLdEZLKWSRRSC/>. Acesso em: 26 maio 2025.

MELO, Thainara Graener de; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. **Políticas públicas para os assentamentos rurais e cooperativismo: entre o idealizado e as práticas.** Revista de Sociologia e Política, Brasília, v. 33, n. 1, p. 62–82, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/9MSJWxVtDX5EDWWSbyZ5d/>. Acesso em: 22 maio 2025.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. FAO: **Programa Desenrola Rural.** Governo do Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/desenrola-rural/fao/programa-desenrola-rural>. Acesso em: 31 mar. 2025.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **O Brasil que alimenta: uma celebração à agricultura familiar.** Governo do Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/01/o-brasil-que-alimenta-uma-celebracao-a-agricultura-familiar>. Acesso em: 26 mar. 2025.

PEREIRA, Caio; NETA, Ana Clara dos Santos Lima; SOUZA, Marize Figueirêdo; CARDOSO, Juliana Veneziano; COELHO, Thabata Ribeiro; VILAR, Thais Jeronimo. **Resenha do livro Guerreiros dos Lugares: A colonização da terra e da moradia nos dias finos, de Raquel Rolnik.** Revista Culturas Jurídicas, v. 3, n. 5, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufc.br/culturasjuridicas/article/view/41743/28547>. Acesso em: 28 abr. 2025.

SILVEIRA, José Augusto Ribeiro da; RIBEIRO, Edson Leite. **Cidade e história, caminhos e aspirações: qual a cidade que queremos?** Minha Cidade, ano 10, n. 114, abr. 2010. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/10.114/3389>. Acesso em: 28 abr. 2025.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Geografia Agrária.** São Paulo. Disponível em: <https://www.fflch.usp.br/69750>. Acesso em: 16 abr. 2025.

WIKIWAND. Nicolás Bravo (Quintana Roo). Wikiwand, [s. l.], [s. d.]. Disponível em: [https://www.wikiwand.com/es/articles/Nicol%C3%A1s\\_Bravo\\_\(Quintana\\_Roo\)](https://www.wikiwand.com/es/articles/Nicol%C3%A1s_Bravo_(Quintana_Roo)). Acesso em: 6 jun. 2025